

**Nº20 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 04 de outubro
de 2018. -----**

Aos quatro dias do mês de outubro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de um de outubro de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - REPROGRAMAÇÃO/ALTERAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA AGENDADA PARA PRÓXIMO DIA 02/11/2018. -----

O Presidente da Câmara deu início à presente reunião, tendo começado por solicitar, em vista a boa preparação e aprovação do projeto correlacionado com os instrumentos de gestão financeira, a vigorar, no próximo ano de 2019, a alteração da data de realização da reunião ordinária da Câmara Municipal, calendarizada para o dia 02.11.2018, sendo a mesma realizada no dia 30.10.2018, à mesma hora. -----

A proposta mereceu a concordância de todos os Vereadores presentes, devendo se publicitada, nos termos legais, tal alteração à data de realização da reunião, em causa. -----

Seguidamente, o Presidente da Câmara deu conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) Nota de congratulação "Flaviense Pedro Salvador". Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da conquista do título de campeão nacional de velocidade, pelo Flaviense, Pedro Salvador. ----- Tal título desportivo foi alcançado, na penúltima etapa do campeonato, realizada em Braga. -----

b) Requalificação de Bairros Sociais. Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota do investimento que o Município vai realizar com a requalificação do Bairro social das Casas dos Montes, na sua totalidade, englobando obras de reabilitação em 11 edifícios e respetivos arranjos exteriores. ----- Tal investimento é financiado, pela candidatura apresentada ao plano de ação integrado para as comunidades desfavorecidas, contemplando um investimento total aproximado de 3 milhões de euros, cofinanciados a 85%, pelo Portugal 2020. ----- Tal ação inclui ainda a reabilitação de 13 moradias, no Bairro Social dos Fortes. -----

c) Nota de congratulação "Flavienses Luís Delgado e André Carvalho". Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota de que os

Flavienses, Luís Delgado e André Carvalho, venceram o Campeonato Norte de Ralis, pelo 3º ano consecutivo. -----

Tal título foi alcançado no Rali de Amarante/Baião. -----

d) Nota de congratulação "Karaté Club do Alto Tâmega". Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota do facto do Karaté Club do Alto Tâmega ter arrecadado dois lugares no pódio "Open Lion Cup" no Luxemburgo. -----

Participaram, em representação do clube, os atletas flavienses, Nuno Oliveira, Nádia Pinto, Maria Barreira e Gonçalo Barreira, sendo que os irmãos Barreira conseguiram atingir o pódio. -----

Registe-se ainda que, o referido Clube, arrecadou mais três lugares de pódio, na edição do Torneio Solidário das Vindimas, em Paredes, realizado no último fim de semana de setembro. -----

O pódio foi alcançados pelos atletas, Gonçalo Barreira (1º Lugar, na categoria Sénior - 67Kg), Maria Barreira (2º Lugar, na categoria Júnior - 48Kg) e Ricardo Dias (3º Lugar, na categoria cadete - 63Kg) -----

e) Encontro Internacional de Turismo Sustentável. Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da realização, em Chaves e Vidago, nos próximos dias 25 e 26 de outubro, do Encontro Internacional sobre Turismo Sustentável, uma organização conjunta da Green Lines Institute e do Município de Chaves. -----

f) Nota de congratulação "Flaviense Nuno Pinto" integra seleção Nacional no Campeonato Super Moto das Nações, em Valência. Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que a equipa que representará as cores nacionais, integrada na federação de motociclismo de Portugal, no âmbito da competição identificada, em epígrafe, irá contar com a participação do piloto flaviense Nuno Pinto. -----

g) Dia Europeu do Desporto Escolar. Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da comemoração do dia Europeu do Desporto Escolar, no dia 28.09.2018, envolvendo perto de mil crianças e jovens dos três agrupamentos escolares do Concelho. -----

h) Orçamento Participativo 2018. Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota do início, no dia 01 de outubro último, da fase de votação das propostas apresentadas ao Orçamento Participativo, Chaves 2018. -----

A votação irá decorrer até ao final do mês, em curso. -----

A edição deste ano do OP tem a votação três propostas na componente "Promoção e dinamização" e "Projetos de âmbito Cultural e Desportivo"

i) Comemoração da Implantação da República. Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota de que o Município vai comemorar a Implantação da República, dia 05 de outubro de 1910, com um programa diversificado, que contempla uma palestra e uma parada comemorativa, convidando, para o efeito, todos os Vereadores para estarem presentes em tal cerimónia. -----

j) Encontro de Gaiteiros. Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da realização, no próximo dia 05 de outubro, de um encontro de gaiteiros. -----

A concentração será no Largo General Silveira, pelas 19:00 horas, seguindo-se um desfile, pela cidade, até às Termas de Chaves. -----

Às 16:30 horas terá lugar um desfilio de gaiteiros, no Largo Tito Flávio Vespasiano. -----

III - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR JOÃO CARLOS ALVES NEVES. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, tendo abordado, verbalmente, os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) Políticas de Natalidade - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente, teceu os seguintes comentários: -----

- 1 - Chaves tem vindo a perder, sistematicamente, população. -----
- 2 - A taxa de natalidade tem sido diminuta. -----
- 3 - Não seria possível atribuir um subsídio, à respetiva família, por cada nascimento ocorrido no Concelho de Chaves? -----
- 4 - Neste contexto, está disponível para apresentar uma proposta, em vista à sua apreciação, pela Câmara Municipal. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

- 1 - A concessão deste tipo de apoios, ora, sugeridos, pelo Vereador do Partido Social Democrata, não se têm traduzido no incremento do número de nascimentos. -----
- 2 - Ao invés, tais medidas têm tido um efeito pernicioso, consubstanciado no registo de novos nascimentos, nas famílias mais desestruturadas. -----
- 3 - Devem ser discutidas políticas ativas de incremento da população, com incidência nas condições financeiras, nas condições de contexto e a uma escala mais global. -----
- 4 - O único Município do Alto Tâmega que, ainda, concede, tal apoio, é Boticas. -----

b) Colocação de relvado Sintético no Campo do Flaviense - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente, apontou para a necessidade de ser ponderado o apoio, ao Flaviense, tendo como objeto a colocação de um relvado sintético no seu campo de jogos. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

- 1 - No anterior Executivo Municipal foram tomadas decisões que implicaram a possível deslocalização do campo de jogos do Flaviense.
- 2 - O Flaviense, sem prejuízo dos préstimos firmados na formação desportiva, tem menor público formativo. -----
- 3 - Quando houve financiamento externo para a construção de campos relvados sintéticos, a Autarquia, à data, optou por avançar com a construção de um campo relvado sintético, em Vidago. -----
- 4 - Este ano foi concedido, ao Flaviense, um pequeno apoio para a requalificação dos seus balneários. -----
- 5 - No presente, o financiamento da construção de campos relvados sintéticos não é acomodável, no orçamento do Município, face aos encargos que a Autarquia tem de assumir com outros projetos municipais de interesse relevante. -----

c) Construção das novas Piscinas Municipais - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente, solicitou, junto do Presidente da Câmara, esclarecimentos, sobre o projeto relacionado com a construção das novas piscinas municipais, considerando que o mesmo deve ser assumido como uma prioridade para o desenvolvimento do Concelho de Chaves, atendendo à notória carência de infraestruturas desportivas. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - A carência de infraestruturas desportivas registada, no Concelho de Chaves, foi identificada, durante muitos anos, pelo Partido Socialista. -----

2 - Tal identificação não é, todavia, suficiente, sendo necessário encontrar as devidas soluções. -----

3 - Quando o quadro comunitário de apoio financiava a construção deste tipo de equipamentos desportivos, a autarquia não tomou tal opção. --

4 - Hoje, a construção de tais equipamentos desportivos não tem participação comunitária, razão pela qual, a concretização de tal projeto exige um esforço financeiro muito significativo para a autarquia. -----

5 - No próximo ano, é intenção autarquia colocar, em discussão pública, o projeto de construção das novas piscinas, sendo de admitir o recurso a um empréstimo bancário destinado ao financiamento da sua construção. -----

c) Aquisição de terrenos, junto ao Rio Tâmega - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente, sugeriu que a Câmara Municipal reforçasse a sua preocupação, relativamente à eventual aquisição de terrenos localizados, junto à margem do Rio Tâmega, pertencentes, ao Sr. Delfim e ao Sr. Rodrigues Alves, terrenos esses destinados, aparentemente, a depósito de artefactos de cimento e atividade agrícola. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - O diagnóstico feito, sobre a matéria, pelo Vereador do Partido Social Democrata, está bem feito. -----

2 - Todavia, no que concerne à sugestão apresentada, quanto à aquisição dos terrenos, em causa, tais decisões devem ser bem ponderadas, tanto mais que os procedimentos expropriativos, no passado, acabaram por dar origem a encargos financeiros muito gravosos para a Autarquia. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - Os terrenos referidos, pelo Vereador do Partido Social Democrata, faziam, inicialmente, parte do projeto "POLIS". -----

2 - No entanto, à data, face ao valor económico avultado peticionado, pelos proprietários, a Autarquia abandonou a ideia de proceder à sua aquisição. -----

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 20 de setembro de 2018. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. EHATB, EIM, SA - "RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 2.º TRIMESTRE" E INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA - 1.º SEMESTRE" REPORTADOS A 30 DE JUNHO DE 2018. OFICIO 1126/2018 DA EHATB - EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA. DE 19/09/2018 -----

Foi presente o ofício identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Exmo. Sr. Presidente -----

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis à atividade empresarial local, alínea e) do n.º1 do artigo 42º, da Lei 50/2012, de 31 de agosto, vimos pelo presente proceder ao envio do Relatório de Execução Orçamental do 2º trimestre de 2018, da "EHTAB- Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A". - Junto enviamos, também, a pedido do Fiscal Único, o relatório sobre a situação económica e financeira" acompanhado com o relatório do Fiscal Único, reportada a junho de 2018, para dar cumprimento à alínea h) do n.º6 do artigo 25º da referida lei. -----

Sem outro assunto, com os melhores cumprimentos, -----

Ribeira de Pena, 19 de setembro de 2018, -----

O Diretor -----

(Antónia Manuela Carvalho Rodrigues, Eng.) -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.09.25. -----

Ao conhecimento dos Órgãos Municipais. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.2. PROJETO LITERÁRIO "Á PROCURA DA TERRA DO NUNCA". OFICIO 38/2018 DO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CHAVES, DE 20/09/2018. -----

Foi presente o ofício identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Exmo. Sr. Presidente, da Câmara Municipal de Chaves -----

Já em pleno ano escolar com um projeto pedagógico facilitador da integração das crianças, girando à volta do tema literário "Á PROCURA DA TERRA DO NUNCA". -----

Como forma de boas vindas a toda a comunidade educativa ao Mês de Outubro temos planificado uma atividade de envolvência de crianças e Pais. -----

- Uma MEGA AULA de Zumba -----

- Dia 1 de Outubro -----

- Destinatários: crianças e pais -----

- Local: Largo das Freiras -----

- Hora: 20h30 às 21h30 -----

Para que esta actividade se possa realizar vimos solicitar ao Sr. Presidente da Câmara se digne conceder autorização de ocupação da praça, bem como o desligar de repuxos e 4 estrados para apoio ao trabalho esquema dança da professora. -----

Gratas pela consideração dispensada a estes nossos pedidos desejamos também todo o sucesso a toda agenda de trabalho que assume. -----

Pela Instituição agradece e cumprimenta -----

A Diretora Técnica Pedagógica -----

Irmã Maria Elisabete Veiga -----

Pedimos deferimento. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.09.25. -----

Defiro. À reunião de Câmara para ratificação. -----
 Ao Sr. Eng. Figueiredo para desligar os repuxos no período em questão.-
 À DRO para efeitos de disponibilização dos 4 estrados. -----
 Proceda-se. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 25.09.2018. -----

2.3. COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA - CIM - AT. CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA O ANO DE 2018. PROPOSTA Nº 68/GAP/18. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Da Justificação -----

1. Considerando que, em sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 27 de dezembro de 2012, veio a ser sancionada a proposta nº 104/GAPV/2012, atinente à criação da Comunidade Intermunicipal do alto Tâmega - CIM - AT, como entidade impulsionadora do reforço das atribuições e competências das entidades intermunicipais, na senda da cooperação e coesão territorial e de acordo com a estratégia consagrada na Lei nº 437/2012, de 30 de agosto, ao prever a definição do novo regime jurídico das Autarquias Locais e o estatuto das entidades Intermunicipais; -----

2. Considerando que, esta nova realidade organizativa, pelo redimensionamento do modelo das CIM, veio a reforçar a articulação das políticas públicas à escala supramunicipal, tendo em vista alcançar níveis de eficácia e de eficiência adequados, assente na boa governação no patamar sub-regional; -----

3. Considerando que, a constituição da CIM-AT, enquanto pessoa coletiva de direito público de base associativa e de âmbito territorial, dá guarida aos pressupostos mínimos exigidos pelo seu enquadramento jurídico, de verificação cumulativa à sua criação: a) um número de Municípios que não pode ser inferior a cinco; b) uma população que não pode ser inferior a 90.000 habitantes, integrando os seguintes municípios: Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, contando com cerca de 94.731 residentes e uma dimensão territorial de 2.922 Km²; -----

4. Considerando que, fazendo jus aos objetivos inerentes à sua criação, a CIM-AT, tem vindo a desenvolver, de forma solidária e concertada, um conjunto de ações e projetos, de relevante interesse público supramunicipal, com ganhos de eficiência e eficácia evidentes, tendo em vista a satisfação das necessidades coletivas das populações locais, na senda da melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes;

5. Considerando que, mediante ofício refa.168/2018, de 18/09/2018, veio a CIM - AT, enviar mapa com a identificação dos projetos aprovados e/ou em curso, respetivos valores afetos a cada município e distribuição plurianual dos pagamentos, solicitando, para o efeito, o pagamento, do montante de 43.738,90€, correspondente à parcela do exercício de 2018, no âmbito dos projetos identificados em quadro anexo. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de propor ao executivo municipal o seguinte: -----

a) Que seja aprovada a transferência da quantia de € 43.738,90€ (quarenta e três mil, setecentos e trinta e oito euros e noventa cêntimos) para a CIM-AT, a título da comparticipação financeira afeta

aos projetos aprovados e/ou, em curso e a liquidar até ao final do mês de outubro de 2018; -----

b) Que a presente proposta tenha cobertura através da rubrica orçamental da despesa 0405010499, de acordo com informação de cabimento e compromisso, em anexo; -----

c) Que, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do executivo municipal, a mesma seja publicitada nos termos do artigo 56º, do Anexo 1, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

d) Que seja dado conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à entidade peticionária; -----

e) E por último, em caso de aprovação da presente proposta, que a mesma seja remetida à Unidade Flexível de 2.º Grau de Gestão Financeira para ulterior operacionalização. -----

Chaves, 26 de setembro de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----
(Nuno Vaz) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.4. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA PASTORIA - OS GOLFINHOS PROPOSTA N.º 67/GAP/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Antecedentes-----

1. Considerando que a Associação Cultural e Recreativa da Pastoria - Os Golfinhos -, veio solicitar a colaboração deste Município, centrada na cedência, a título de comodato, do prédio abaixo identificado - ponto nº 2 - a fim de que a mesma se sirva dele para a instalação da respetiva sede; -----

2. Considerando que o prédio designado por "Escola Primária da Pastoria", sito na Pastoria, freguesia de Redondelo, concelho de Chaves, se encontra inscrito na respetiva matriz sob o artigo 763º, a favor do Município de Chaves, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º 1512/200100929, freguesia de Redondelo;

3. Considerando que o referido espaço se encontra devoluto devido ao encerramento das escolas sedeadas na respetiva freguesia, no âmbito da reorganização da Rede Escolar levada a efeito pelo Ministério da Educação, não se prevendo, a médio prazo, que o Município venha a ter necessidade do mesmos; -----

4. Considerando que a necessidade, por parte da Associação requerente, de ocupar o referido prédio se relaciona directamente com o desenvolvimento de atividades de âmbito cultural e recreativo, as quais constituem uma mais-valia para o enriquecimento dos munícipes;

5. Considerando que o comodato é o contrato pelo qual uma das partes entrega à outra certa coisa móvel ou imóvel para que se sirva dela, com a obrigação de a restituir, de acordo com o disposto no art. 1129º e ss, do Código Civil; -----

6. Considerando que a coisa comodatada ou emprestada deve ser aplicada ao fim a que se destina, sendo, nessa justa medida, vedado ao comodatário fazer dela o uso imprudente ou proporcionar a terceiros a sua utilização sem autorização do comodante, no caso, Município de Chaves; -----

7. Considerando, por último, que existe interesse mútuo na resolução deste problema, em benefício da população em geral deste Concelho e da região. -----

II - Do Enquadramento Legal -----

1. Considerando que, nos termos do disposto na alínea f) e k), do n.º 2, do artigo 23º, ao Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 14 de Setembro, os Municípios dispõe de atribuições no domínio cultural e recreativo;

2. Considerando que, nos termos do disposto na alín. u), do n.º 1, do art. 33º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município. -----

III - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que seja autorizada a celebração do contrato de comodato entre o Município de Chaves e a Associação Cultural e Recreativa da Pastoria - Os Golfinhos -, tendo como objeto o prédio designado por "Escola Primária da Pastoria", sito na Pastoria, freguesia de Redondelo, concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 763º, a favor do Município de Chaves, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º 1512/200100929, freguesia de Redondelo, e para o fim em vista, conforme matriz do contrato de comodato, contendo as cláusulas disciplinadoras dos direitos e obrigações das partes signatárias, que segue em anexo à presente proposta; -----

b) Para o efeito, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima reunião do executivo, em conformidade com o disposto na alín. u), do n.º 1, do art. 33º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com vista à aprovação da mesma, legitimando simultaneamente o Presidente da Câmara a outorgar, em representação do Município de Chaves, o mencionado contrato de comodato; -----

c) Logo que tal decisão venha a ser praticada, deverá a mesma ser levada ao conhecimento da Associação Cultural e Recreativa da Pastoria - Os Golfinhos -, através da emissão da competente notificação. -----

Chaves, 1 de outubro de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Nuno Vaz) -----

Em anexo: - A referida minuta de contrato de comodato; -----

- O respetivo processo administrativo. -----

MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA PASTORIA - OS GOLFINHOS - -----

Entre -----

O Município de Chaves, pessoa coletiva número 501 205 551, com sede no Largo de Camões da cidade de Chaves, representado neste ato pelo Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, e com poderes para o ato, conforme o disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e adiante designado por primeiro outorgante ou comodante, devidamente autorizado por deliberação camarária de ____ de _____ de 2018. -----

e -----

A Associação Cultural e Recreativa da Pastoria - Os Golfinhos -, NIPC 508885523, com sede na Rua do Senhor dos Aflitos, n.º 1, Pastoria 5400-728 Redondelo, representada neste ato pelo Presidente da Direção da Associação, _____, e adiante designado por segundo outorgante ou comodatário, devidamente autorizado por deliberação de ____ de _____ de 2018. -----

É celebrado o presente contrato de comodato que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1ª -----
(Identificação do Imóvel) -----

O primeiro outorgante é proprietário do imóvel designado por "Escola Primária da Pastoria", sito na Pastoria, freguesia de Redondelo, concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 763º, a favor do Município de Chaves, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º 1512/200100929, freguesia de Redondelo;.

Cláusula 2ª -----
(Objeto) -----

Considerando que o primeiro outorgante não tem, nem se prevê a médio prazo, que venha a ter, necessidade daquele imóvel, e que o segundo outorgante dele necessita para seu uso, o primeiro entrega o mesmo ao segundo, a fim de que este se sirva dele para o desenvolvimento das atividades associadas ao seu objeto social, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 1135º do Código Civil, com a obrigação de o restituir assim que o primeiro outorgante o exija. -----

Cláusula 3ª -----
(Das Obrigações do Comodatário) -----

O segundo outorgante fica obrigado, para além do cumprimento das obrigações previstas no art. 1135º, do Código Civil, a fazer um uso prudente e cuidado do identificado imóvel, designadamente, dando integral cumprimento às seguintes prescrições: -----

- a)** Manter e restituir o imóvel em bom estado de conservação, ressaltadas as deteriorações decorrentes de um uso prudente, tendo em conta a finalidade para a qual foi cedido; -----
- b)** Promover a expensas suas todas as obras de conservação ordinária que se mostrem indispensáveis à adequada utilização do imóvel; -----
- c)** Suportar os encargos decorrentes do seu normal funcionamento, designadamente, pagamento das taxas e consumos de água, eletricidade e outros da mesma natureza; -----
- d)** Disponibilizar o imóvel, a solicitação do Primeiro Outorgante, para a realização de eventos de interesse público municipal, nomeadamente, para a realização de atos eleitorais e/ou referendos, coordenados pela Comissão Nacional de Eleições. -----

Cláusula 4ª -----
(Benfeitorias) -----

1. Todas as obras e benfeitorias que forem realizadas pelo segundo outorgante, no imóvel em causa, passarão a fazer parte integrante do mesmo, sem direito a qualquer indemnização, e reverterem a favor do Município. -----

2. Em caso de extinção dos efeitos do presente contrato, não assiste ao segundo outorgante qualquer direito de receber do primeiro outorgante, qualquer indemnização, seja a que título for, pela realização de obras ou benfeitorias executadas. -----

Cláusula 5ª -----
(Prazo de Vigência) -----

1.O presente contrato tem a duração de **10 anos**, renovável por igual período de tempo, se não for denunciado por qualquer das partes contratantes. -----

2.O exercício do direito de denúncia, deverá ser formalizado, mediante carta registada com aviso de receção, dirigida à outra parte contratante com a antecedência de 30 dias sobre a data do termo do presente contrato, incluindo as sucessivas renovações, e ou da produção dos efeitos da denúncia. -----

3.Não obstante a existência de prazo, qualquer das outorgantes poderá resolver o presente contrato nos termos do art. 1140º, do Código Civil.

Cláusula 6ª-----
(Resolução e caducidade do Contrato) -----

1.É conferido ao primeiro outorgante o direito de resolução do contrato com fundamento no incumprimento das obrigações do segundo outorgante, previstas na cláusula 3ª. -----

2.A resolução do contrato por parte do primeiro outorgante operar-se-á nos termos gerais, ou seja, de acordo com o disposto nos artigos 432º a 436º do Código Civil, nomeadamente mediante declaração à outra parte. -----

Cláusula 7ª -----
(Entrada em Vigor)-----

O presente contrato produz todos os seus efeitos após a sua assinatura.

Cláusula 8ª-----
(Disposição final) -----

Em tudo o que não estiver especificamente previsto no presente contrato, observar-se-á o disposto no art. 1129º e seguintes do Código Civil. -----

O presente contrato é elaborado em duplicado, sendo um dos exemplares para cada um dos outorgantes. -----

Assim o outorgaram. -----

Chaves, ____ de ____ de 2018 -----

O primeiro Outorgante: -----

O segundo Outorgante: -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DE SINISTRO OCORRIDO NA RUA DR. JOÃO CARVALHO GROSSO, N.º 5, CHAVES. REQUERENTE: MARIA TERESA BATISTA MONTEIRO - INFORMAÇÃO Nº 189/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local nº 1936, datado do pretérito dia 05/03/2018, Maria Teresa Batista Monteiro veio solicitar a assunção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização pelos danos patrimoniais sofridos na sua viatura, após ter embatido num buraco existente na estrada que dá acesso à sua habitação. -----

2. Invoca, em defesa do direito reclamado, que o buraco, em causa, não se encontrava sinalizado, não se tendo apercebido da existência do mesmo, uma vez que estava tapado com neve. -----

3. Analisado o processo enviado a estes serviços, e compulsados todos os seus elementos, verificou-se a **inexistência** do seguinte: -----

- a) Registo fotográfico do buraco na estrada que provocou o sinistro, em causa; -----
- b) Elemento provatório que comprove que o sinistro ocorreu da forma descrita no requerimento inicial. -----
- c) Quantificação dos danos sofridos; -----
- d) Documento comprovativo do valor dos danos sofridos; -----
- e) Documento comprovativo de que os bens danificados são da sua propriedade. -----
4. Partindo destes pressupostos, veio a ser solicitado, à requerente, que instruisse o seu pedido com a documentação/elementos acima assinalados. -----
5. Através de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta autarquia local n.º 3462, datado do pretérito dia 23/04/2018, a requerente juntou, ao processo, registo fotográfico do buraco na via pública, onde, alegadamente, terá sofrido o sinistro que fundamenta o pedido formulado pela mesma, bem como orçamento para reparação dos danos e documento de identificação do veículo e do proprietário. -----
6. Na sequência de pedido de esclarecimentos, formulado por estes serviços, a Divisão de Águas e Resíduos emitiu, no dia 09/07/2018, a Informação n.º 129/2018, e através da qual esclareceu o seguinte, a saber: -----
- "O buraco referido deve-se a uma intervenção do setor de águas residuais desta Divisão. -----*
- Na altura o buraco foi compactado e deixado a uma cota um pouco superior tendo sido comunicado à DRO para posterior reparação definitiva."* -----
7. Posteriormente, no dia 25/07/2018, a peticionária apresentou uma testemunha, muito concretamente, Melissa Flipa Vieira Miranda, a qual prestou as declarações constantes do auto de declarações junto ao presente processo, datado do mesmo dia. -----
8. Ora, dos elementos reunidos, tudo aponta para que o sinistro tenha ocorrido conforme descrito pela peticionária, resultando, inequívoco, que o buraco, em causa, resultou de uma intervenção do Município de Chaves. -----
9. Não foi, contudo, possível perceber se à data e hora do sinistro relatado, o buraco se encontrava devidamente sinalizado, nem qual o momento em que o mesmo foi reparado. -----
10. Neste contexto, a Divisão de Recursos Operacionais, em vista ao esclarecimento definitivo da matéria, veio prestar as seguintes informações adicionais: -----
- "(...) A Divisão de Águas e Resíduos, através da informação n.º 151/2018, de 2018/08/22, informa que o processo deverá ser encaminhado para esta divisão, pois esta, é que procede à reparação do pavimento, acrescentando, que na informação 129/2018 DAR, mencionou que o buraco executado para reparação da rotura, foi deixado devidamente compactado, mas sem sinalização. -----*
- A Divisão de Águas e Resíduos no dia 27/02/2018, procedeu à reparação de tubagem de águas pluviais na Rua Dr. João Carvalho Grosso (Bairro de Casas dos Montes), da qual resultou um buraco, sendo este, no fim da reparação, tapado e compactado a uma cota um pouco superior (finalizaram os trabalhos pelas 10h30 do dia 27/02/2018), para posteriormente ser rematado pelos nossos serviços. -----*
- A Divisão de Águas e Resíduos, na sua informação n.º 151/2018 informou que não colocou qualquer tipo de sinalização. -----*
- Assim, após análise do processo, esta divisão informa o seguinte: --*

Diariamente recebemos solicitações por parte da Divisão de Águas e Resíduos, para remate deste tipo de trabalhos por eles realizados.--- Por norma, este tipo de buracos, só são rematados passados uns dias, para melhor estabilização do terreno. -----

A colocação de sinalização, neste tipo de trabalhos ou outros, é da responsabilidade de quem os executa. -----

Neste caso, a DAR entendeu não colocar sinalização, talvez por entenderem que não existia perigo para quem aí circulasse, pois trata-se de uma via sem saída, com pouco movimento (praticamente só com moradores), havendo espaço suficiente para contornar o obstáculo. --

Quanto ao sucedido (vinte e duas horas e meia após reparação), pensamos, que o buraco possa ter abatido devido ao mau tempo, que se fez sentir nesse dia/noite, sendo uma situação anómala, que esta divisão desconhecia e não pôde acorrer celeremente (...)" . -----

11. Assim, atendendo ao quadro acima traçado, cumpre-me informar o seguinte: -----

II - Do Direito -----

1. 1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas encontra-se consagrada na Lei nº 67/2007, de 31 de Dezembro. -----

2. Ora, para que se verifique responsabilidade civil administrativa é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber:

- A prática, através de órgão ou agente, de um acto ilícito (positivo ou omissivo) no exercício de funções públicas ou por causa delas, -----

- Imputação do acto a título de dolo ou mera culpa;-----

- Que desse acto tenham resultado prejuízos; -----

- Da verificação de um nexo de causalidade entre o acto e o prejuízo ou dano. -----

3. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação ".

4. No entanto, a culpa não tem de ser avaliada segundo elevados padrões de competência técnica, de profissionalismo ou de eficiência, mas segundo o que seria normalmente exigível, nas circunstâncias do caso, para quem detém a qualidade de titular de órgão administrativo ou de funcionário, segundo o disposto no n.º 1, do artigo 10º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas. -----

5. Nestes termos, antes de proceder à análise jurídica sobre a existência, ou não, de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia Local, no caso individual e concreto, traduzida na eventual prática de conduta ou omissão ilícita, culposa, que pudesse conduzir à produção dos danos evidenciados pelo interessado, julgou-se necessário solicitar aos serviços técnicos responsáveis, que prestassem esclarecimentos sobre a matéria aparentemente controvertida. -----

6. Neste contexto, a Divisão de Recursos Operacionais informou que o buraco, apesar de não ter sido sinalizado, foi devidamente tapado e compactado logo após a finalização da intervenção da Divisão de Águas e Resíduos, não representando, a partir daí, qualquer perigo. -----

7. Contudo, admite, a retrocitada unidade orgânica "que o buraco possa ter abatido devido ao mau tempo, que se fez sentir nesse dia/noite, sendo uma situação anómala, que esta divisão desconhecia e não pôde ocorrer celeremente". -----

8. Ou seja, fazendo fé na informação prestada pela Divisão de Recursos Operacionais, os serviços agiram com zelo e cuidado, sendo que o abatimento do buraco se ficou a dever a uma situação anómala e que o Município não conseguia prever ou controlar. -----

9. Ora, não é exigível, no atual patamar de evolução (técnica e económica) que o responsável pela conservação e manutenção das estradas possa detetar e fiscalizar, sobre a hora, o estado das mesmas em toda a sua extensão, e bem assim que, mal se verifique qualquer evento que tal requeira, possa sinalizá-las em conformidade.-----

10. Assim sendo, se por um lado é verdade que impende sobre esta Autarquia Local o dever de manutenção e vigilância das vias de trânsito colocadas sob a sua jurisdição, também é verdade que a situação individual e concreta se ficou a dever a circunstâncias extraordinárias e imprevisíveis, que não poderiam ser controladas pelo Município de Chaves. -----

11. Logo, não se vislumbra que haja sido omitido qualquer dever de cuidado por parte deste Município que permita ao interessado fazer a imputação subjetiva do acidente. -----

12. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, e fazendo exclusivamente fé na informação prestada pela Divisão de Recursos Operacionais, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

III - Proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pela requerente, não decorrendo qualquer responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assunção do pagamento de qualquer indemnização pelos danos provocados na viatura da ora peticionária; -----

b) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora peticionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

d) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----
À consideração superior. -----

Chaves, 18 de setembro de 2018 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DATADO DE 19/09/2018 -----

Visto. Concordo com a presente informação técnica. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.20-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.09.25. -----

Visto. À reunião do Executivo municipal para apreciação e deliberação.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DA SINISTRO DE VIAÇÃO OCORRIDO NA RUA NADIR AFONSO, CHAVES, NO DIA 22 DE JUNHO DE 2018. REQ: - GUSTAVO QUEIRÓS. INF. 192/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local nº 5281, de 25/06/2018, Gustavo Queirós, veio solicitar a assunção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização no valor de 130,23€ (cento e trinta euros e vinte e três cêntimos) pelos danos, patrimoniais sofridos na viatura marca Volkswagen, com a matrícula 14-57-JX, na sequência da movimentação de uma tampa de saneamento sita na Rua Nadir Afonso, Chaves, junto ao cruzamento da Rua do Cruzeiro.

2. Na sequência da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2018/08/09, a qual recaiu sobre a Informação nº 153/DAF/2018, produzida por estes serviços, no dia 27 de julho de 2018, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de indeferir a pretensão formulada, de acordo com as razões de facto e de direito expostas no referido parecer. --

3. Neste contexto, foi concedido ao peticionário o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 121º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

4. Decorrido o prazo supra mencionado, o requerente não apresentou qualquer observação ou sugestão, na tentativa legítima de inverter o sentido de decisão entretanto manifestado pelo órgão executivo municipal. -----

5. Assim, deverá tal sentido de decisão tornar-se, agora, definitivo. -----

II - Proposta -----

Em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão definitiva, substantivada no indeferimento do pedido formulado pela requerente, com base nas razões expostas na Informação nº 153/DAF/2018, produzida por estes serviços, no dia 27 de julho de 2018; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 20 de setembro de 2018. -----

O Técnico Superior Jurista -----
 (Dr. Marcos Barroco) -----
Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA SANDRA LISBOA DE 2018/09/20 -----
 Visto. Concordo com a presente informação técnica. À consideração superior. -----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.21-----
 Visto. Concordo. À consideração superior. -----
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.09.24. -----
 Visto. À reunião do Executivo municipal para apreciação e deliberação.-----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DE SINISTRO OCORRIDO NA RUA DAS CASAS DOS MONTE, CHAVES; - VÍTOR MANUEL DIAS ALVES. INFORMAÇÃO Nº. 193/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local nº 5588, datado do pretérito dia 03/07/2018, Vítor Manuel Dias Alves veio solicitar a assunção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização pelos danos patrimoniais sofridos na sua viatura, após ter embatido numa tampa de saneamento instalada na estrada identificada em epígrafe. -----
2. Invoca, em defesa do direito reclamado, que a tampa de saneamento, em causa, se encontrava levantada e fora do local, devido ao forte temporal que se fazia sentir. -----
3. Sobre esta matéria, o encarregado do setor de saneamento, José Ribeiro, a exercer funções na Divisão de Águas e Resíduos, emitiu a seguinte informação, a saber: -----
"Desloquei-me ao local em questão, e verifiquei que a caixa residual estava em carga, isto é, foi necessária a intervenção do camião cisterna para ser desobstruída, ficando o coletor totalmente vazio. Possivelmente o não escoamento do caudal daria origem ao levantamento da tampa." -----
4. Atenda-se, porém, que a responsabilidade extracontratual está dependente da verificação de determinados requisitos legais, em especial, a verificação de um nexo de causalidade entre uma conduta praticada pela autarquia local e os danos sofridos. -----
5. Sendo certo que tal conduta, a existir, e ainda que por omissão, deverá ser configurada como ilícita. -----
6. Assim, em vista ao esclarecimento definitivo da matéria, foi solicitado à Divisão de Águas e Resíduos que prestasse as seguintes informações adicionais, a saber: -----
 - a) Era possível prever que o aumento de caudal provocaria a obstrução da caixa residual e, conseqüentemente, o deslocamento da tampa de saneamento? -----
 - b) A obstrução da caixa residual ocorreu por deficiência na mesma? -----

c) Ou a obstrução da caixa, bem como o deslocamento da respetiva tampa de saneamento, teve a sua génese em circunstâncias excecionais e totalmente imprevisíveis, sendo que o resultado ocorreria independentemente do estado de conservação da mesma ou de qualquer medida adotada por esta autarquia local? -----

d) A caixa residual, em causa, bem como a respetiva tampa de saneamento, encontravam-se em bom estado de conservação? -----

e) Foram tomadas todas as medidas exigíveis no sentido de garantir a correta manutenção de ambas? -----

7. Através da Informação n.º 185/DAR/2018, produzida no dia 17 de setembro de 2018, a DAR veio informar o seguinte: -----

"(...) Não era possível de prever que o aumento do caudal provocasse a obstrução da caixa residual e consequentemente o deslocamento da tampa de saneamento. -----

A obstrução da caixa não decorreu por deficiência da mesma. -----

A obstrução da caixa e o deslocamento da tampa teve na sua génese circunstâncias imprevisíveis. -----

A caixa e tampa encontravam-se em bom estado de conservação. -----

Existe uma manutenção periódica do sistema de águas residuais." ---

8. É, pois, no âmbito dos factos acima revisitados que se apresentam, de seguida, as considerações que reputamos de pertinentes no caso individual e concreto em apreciação. -----

II - Do direito -----

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

a) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa; -

b) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional; --

c) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa. -----

2. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o nº1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

3. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas; --

- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----

- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----

- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

4. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação".

5. Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

6. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor.-----
7. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. ---
8. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----
Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----
9. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, o peticionário afirma que os prejuízos foram provocados na sequência do levantamento de uma tampa de saneamento, instalada na via pública, provocando, tal situação, os danos agora peticionados pelo requerente. -----
10. Ora, a Autarquia Local, enquanto entidade gestora do domínio público municipal, incluindo passeios e vias de trânsito, tem a responsabilidade de garantir a segurança das pessoas e bens que circulam em tais espaços. -----
11. É evidente, portanto, que recaem sobre esta Autarquia Local deveres de regular vigilância, manutenção e conservação das vias sob a sua esfera de aceção. -----
12. Sendo certo que, a presunção de culpa prevista no n.º 1, do artigo 493º, do Código Civil, é extensível à responsabilidade civil extracontratual por factos ilícitos culposos praticados no exercício de gestão pública. -----
13. Partindo destas premissas, poder-se-á concluir que compete à entidade pública, desde que o interessado faça prova da factualidade por ele invocada, bem como do nexo de causalidade existente entre a mesma e os prejuízos sofridos, provar que, no caso individual e concreto, deu cumprimento aos deveres referidos supra ou, alternativamente, que os prejuízos se ficaram a dever a causas estranhas à mesma e de força maior e que ocorreriam independentemente do escrupuloso cumprimento de tais deveres. -----
14. Ora, do teor da Informação n.º 185/DAR/2018, produzida pela Divisão de Águas e Resíduos, no dia 17 de setembro de 2018, retira-se, desde logo, que a deslocação da tampa de saneamento se ficou a dever a um excesso de caudal provocado pelas condições climatéricas sentidas à data. -----
15. Ou seja, a movimentação da tampa de saneamento, fazendo fé na informação dos serviços, teve a sua origem, única e exclusivamente, nas condições climatéricas adversas e inesperadas, e, nesta justa medida, fora do controlo da autarquia local. -----
16. Sendo certo que, a tampa de saneamento e a caixa, em causa, se encontravam em bom estado de conservação, com manutenção periódica, mais uma vez, fazendo fé na Informação prestada pela DAR. -----
17. Assim sendo, se por um lado é verdade que impende sobre a Câmara Municipal o dever de manutenção e vigilância das vias de trânsito sitas no domínio público municipal, também é verdade que os factos descritos pelo peticionário tiveram origem em circunstâncias extraordinárias e imprevisíveis, que não poderiam ser controladas pela Autarquia local. -----
18. Logo, não se vislumbra que haja sido omitido qualquer dever de cuidado, por parte deste Município, que permita ao interessado fazer a imputação subjetiva do acidente. -----

19. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

IV - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pelo requerente, não decorrendo, dos factos evidenciados, qualquer responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assunção do pagamento de qualquer indemnização pelos danos sofridos no seu veículo; -----

b) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir ao ora peticionário vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá o interessado ser notificado, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

d) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 21 de setembro de 2018 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA SANDRA LISBOA DE 2018/09/20 -----

Visto. Concordo com a presente informação técnica. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.25-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.10.01. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. ATRIBUIÇÃO DE PASSE ESCOLAR AO ALUNO ANDRÉ FILIPE AMORIM CUNHA QUE FREQUENTA A ESCOLA EB 2,3 DE VIDAGO - ANO LETIVO 2018/2019 - REQUERIMENTO N.º. 9019, DE 7 DE SETEMBRO. INFORMAÇÃO N.º218/SE N.º88/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

A encarregada de educação, Sr^a Maria Fernanda Amorim Cunha, contribuinte fiscal n.º. 154228354, residente na Avenida Nuno Álvares, Ed. Nuno Álvares, Bl II, 1.º esq., Chaves, veio junto deste serviço, Setor de Educação, solicitar o passe escolar para o seu educando André Filipe Amorim Cunha aluno do 8.º ano da Escola EB 2,3 de Vidago, através do requerimento n.º. 9019, de 7 de setembro de 2018. -----

Considerando que, o aluno em causa frequenta a referida escola desde o 5.º ano, com diversas problemáticas de adaptação, o que leva ao Agrupamento a solicitar a sua continuidade na mesma escola e com o mesmo grupo de trabalho pedagógico, de forma a evitar que, o aluno, mais uma vez seja retido, uma vez que, apesar de ter 16 anos e de manifestar as problemáticas já referidas anteriormente, a escola tem conseguido incentivar e corrigir o comportamento do aluno em causa, crendo que a continuidade pedagógica será benéfica para o sucesso escolar do mesmo; -----

Considerando que, pelos motivos expostos no requerimento da mãe, o qual se anexa à presente informação, nomeadamente por se encontrar em situação de carência económica e por temer que mais uma mudança na vida do seu filho prejudique o seu percurso escolar; -----

Considerando que, o agrupamento de escolas Fernão de Magalhães entende que é de todo o interesse que haja uma continuidade pedagógica no percurso escolar do aluno André Filipe Amorim Cunha; -----

Considerando que o meio de transporte que a retro mencionada encarregada de educação utiliza é o transporte público, da Empresa Auto Viação do Tâmega; -----

Considerando que o referido aluno é beneficiário do escalão B; ----- Assim e face ao exposto tomo a liberdade de propor a V. Ex^a que o Município assuma o pagamento do passe do aluno, Chaves - Vidago, para o ano letivo 2018/2019. -----

O encargo do valor previsto é de 675,68€, será suportado pelo ajuste direto n.º13/SC/2018, referente à aquisição de bilhetes de assinatura (Passes Escolares), para o ano letivo 2018/2019, à Empresa Auto Viação do Tâmega. -----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir o seu encaminhamento, à próxima reunião de Câmara para deliberação, uma vez que compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, de acordo com o disposto na alínea h), do ponto I, do artigo 33.º, da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro. ----

À consideração superior. -----

Chaves, 26 de setembro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Dra. Zuleika Rodrigues -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.28-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.09.28 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. COMPARTICIPAÇÃO DE PASSE ESCOLAR - REQUERIMENTO Nº 9175, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018. INFORMAÇÃO/DDSC Nº219/SE Nº89/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

O encarregado de educação da aluna Lara Silva Fernandes, a frequentar o 9º ano, no Agrupamento escolar Dr. Júlio Martins e residente em Vilarinho das Paranheiras, vem, através do ofício em anexo, referência n.º 9175, de 12 de setembro de 2018, solicitar apoio para o pagamento do passe escolar da sua educanda. -----

Considerando que o estabelecimento de ensino que serve a área de residência da referida aluna é a Escola EB2,3 de Vidago; -----

Considerando que a aluna, por opção do respetivo encarregado de educação, passou a frequentar a Escola Dr. Júlio Martins, nunca tendo utilizado a carreira pública, pois ambos encarregados de educação trabalhavam em Chaves e assumiam o seu transporte; -----

Considerando que o ponto 3.1-C, do Despacho nº5106 - A/2012 refere que quando estabelecimento pretendido pelo encarregado de educação ou pelo aluno não for aquele que serve a respetiva área de residência e neste também for oferecido o percurso formativo pretendido, o encarregado de educação ou o aluno suportam a expensas próprias os encargos ou o acréscimo de encargos que daí possam resultar, designadamente com a deslocação do aluno; -----

Considerando que se esta aluna frequentasse a Escola EB2,3 de Vidago, o encargo do Município com o respetivo passe escolar para o ano letivo 2018/2019 seria no valor de €331,80; -----

Considerando que o referido encarregado de educação, menciona ter algumas dificuldades económicas para suportar esta despesa em virtude de a entidade patronal do encarregado de educação o ter deslocado para Vila Real; -----

Considerando que o encargo previsto com o passe escolar Vilarinho das Paranheiras - Chaves, é de €568,80, referente a 158 dias, 2 viagens por dia. -----

Considerando que, a diferença de encargo que o Município tem com a aluna frequentar a Escola Secundária Dr. Júlio Martins, é de €237; -- Assim e face ao exposto tomo a liberdade de propor a V. Ex^a, que o Município suporte o encargo na íntegra da aquisição do passe escolar, de Vilarinho das Paranheiras para Chaves, da referida aluna, pelo valor de €568,80. -----

O respetivo encarregado de educação suportará, posteriormente, o valor de €237, que será pago diretamente nos serviços de Tesouraria/Divisão de Gestão Financeira. -----

Esta despesa tem cabimento no Ajuste direto n.º13/SC/2018 - Aquisição de bilhetes de assinatura (passes escolares), para o ano letivo 2018/2019. -----

Mais sugiro que, a presente informação seja encaminhada para a próxima reunião de Câmara para deliberação, e de seguida seja remetida à Divisão de Gestão Financeira para cabimento e compromisso, bem como o tratamento processual do assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 26 de setembro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Dra. Zuleika Rodrigues -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.28-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.09.28 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. ATRIBUIÇÃO DE PASSE ESCOLAR AO ALUNO PEDRO MIGUEL FONTES TOMÉ QUE FREQUENTA A ESCOLA DR. JÚLIO MARTINS - ANO LETIVO 2018/2019 - REQUERIMENTO N.º.9178. INFORMAÇÃO N.º220/SE N.º90/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

A encarregada de educação, Sr^a Márcia Elisabete de Almeida Fontes, contribuinte fiscal n.º. 223316270, residente na Rua Santos Vidago, Edifício Vespasianus, n.º.26 - 3º A, Vidago, veio solicitar o passe escolar para o seu educando Pedro Miguel Fontes Tomé, aluno do 9º ano da Escola Dr. Júlio Martins, através do requerimento n.º.9178, de 12 de setembro de 2018. -----

Considerando que, o aluno em causa frequentava no ano letivo transato a escola referida, e beneficiava de passe escolar gratuito pelo motivo de frequentar o ensino articulado; -----

Considerando que, pelos motivos expostos no requerimento, o qual se anexa à presente informação, nomeadamente o facto do aluno se encontrar matriculado no ensino articulado da música e sendo a Escola Secundária Dr. Júlio Martins a única no concelho que permite a articulação entre o ensino da música e o ensino regular; -----

Considerando que o meio de transporte que a retro mencionada encarregada de educação utiliza é o transporte público, da Empresa Auto Viação do Tâmega; -----

Considerando que o encargo com o passe escolar do referido aluno é no valor de 625,24€; -----

assim e face ao exposto tomo a liberdade de propor a V. Ex^a que o Município assuma o pagamento do passe do aluno, Vidago - Chaves, para o ano letivo 2018/2019. -----

O encargo do valor de 650,96€, será suportado pelo ajuste direto n.º13/SC/2018, referente à aquisição de bilhetes de assinatura (Passes Escolares), para o ano letivo 2018/2019, à Empresa Auto Viação do Tâmega. -----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir o seu encaminhamento, à próxima reunião de Câmara para deliberação, uma vez que compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, de acordo com o disposto na alínea h), do ponto I, do artigo 33.º, da Lei n.º75/22013 de 12 de Setembro. ---

À consideração superior. -----

Chaves, 26 de setembro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Dra. Zuleika Rodrigues -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.28-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.09.28 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. PREÇO DAS REFEIÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PARA O ANO LETIVO 2018/2019, NAS ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DO CONCELHO DE CHAVES. INFORMAÇÃO Nº. 214 / DDSC/SE Nº 86 / 2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - ENQUADRAMENTO: -----

1. À semelhança dos anos letivos anteriores, o Município de Chaves, no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares, dá continuidade ao serviço de refeições para o ano letivo 2018/2019, nos estabelecimentos de ensino da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico. -----

2. Considerando que, o Despacho 8452-A/2015, de 31 de julho, do Senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e dos Municípios, ainda se mantém em vigor para o ano letivo 2018/2019. -----

3. Considerando que, o preço a pagar por refeição pelos alunos do 1º ciclo do ensino básico corresponde ao valor fixado para os alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário. -----

4. Considerando que, de acordo com a alínea hh) do n.º 1 do Artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal deliberar na área da ação social escolar, designadamente no que respeita à alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes. -----

II - PROPOSTA: -----

1. Em consonância com o despacho 8452-A/2015, de 31 de julho, para o ano letivo 2018/2019, mantêm-se os preços do ano anterior, a cobrar aos alunos dos estabelecimentos do pré-escolar e do 1º ciclo do Concelho de Chaves, conforme a presente tabela: -----

Preço de refeição por escalão -----
Alunos -----

Transportados e/ou Escalão A	Escalão B	Restantes alunos
€0.00 - grátis	€0.73	€1.46

2. A exemplo dos anos letivos anteriores e fora do âmbito do despacho retro mencionado, propõe-se que os alunos transportados continuem a beneficiar da refeição gratuita, independentemente do escalão atribuído. -----

3. Caso esta informação mereça concordância favorável, tomo a liberdade de sugerir o seu encaminhamento à próxima reunião de Câmara para deliberação. -----

Chaves, 24 de setembro de 2018 -----

À consideração superior, -----

O Coordenador Técnico, -----
(Jose Carlos Santos Silva) -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.28-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.09.28 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. PROTOCOLO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES ENTRE O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERNÃO DE MAGALHÃES E O MUNICÍPIO DE CHAVES ANO - LETIVO 2018/2019. INFORMAÇÃO Nº217/SE Nº87/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Por Despacho da Ministra da Educação, nº22 251/2005, de 25 de outubro, foi aprovado o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, que visa garantir a todas as crianças que o frequentam uma refeição equilibrada, tendo o Município de Chaves aderido ao referido programa, desde essa data. Considerando que, o fornecimento de refeições escolares aos alunos da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, constitui matéria da competência dos Municípios; -----

Considerando que para o fornecimento de refeições escolares, o Município de Chaves tem lançado mão de um procedimento concursal de prestação de serviços para o fornecimento aos estabelecimentos do ensino básico, através de um concurso público; -----

Considerando que no referido concurso público de fornecimento de refeições, sempre foi excluída a escola EB1 e o Jardim de Infância de Vidago, pelo facto de não ter condições e instalações adequadas para o serviço de refeições; -----

Considerando que, para que os alunos que frequentavam o referido estabelecimento de ensino pudessem, também, beneficiar de uma refeição equilibrada, o Município de Chaves estabeleceu, desde do ano letivo 2006/2007, protocolos com o respetivo Agrupamento; -----

Considerando que, mais uma vez, no âmbito deste Programa é necessário realizar parceria com o Agrupamento de Escolas Fernão de Magalhães, para que os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar beneficiem do referido serviço, no presente ano letivo. -----

Face ao exposto, tomo a liberdade de propor a V. Exa. o seguinte: ---

1. Para apreciação e aprovação, anexa-se a minuta do respetivo protocolo a estabelecer com o Agrupamento de Escolas Fernão de Magalhães, para o fornecimento de refeições aos alunos que frequentam o **1º Ciclo e a Educação Pré-Escolar de Vidago**; -----

2. O envio da presente proposta à Secção de Aprovisionamento, para que a mesma possa iniciar os processos competentes, tendentes à adoção das medidas preventivas em cumprimento do LCPA. -----

3. Caso esta proposta mereça concordância, mais se propõe que a mesma seja presente à próxima reunião de Câmara, para deliberação, e que seja legitimado o Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura, em representação do Município de Chaves. -----

O encargo previsto com esta despesa é de **26.448,50€** e foi calculado tendo em conta o número de crianças que usufruem do serviço de refeições, **(87 alunos com o escalão A/transportados, 03 alunos com o Escalão B e 07 alunos sem escalão)**, o preço da refeição (escalão A/transportados - **1,68€**, escalão B - **0,95€**, sem escalão - **0,22€**) e o nº de dias do calendário escolar **(170 dias letivos + 60 dias referentes às Atividades de Animação e Apoio à Família nas interrupções letivas e mês de julho referentes a 15 crianças da Educação Pré-Escolar)**, o que corresponde o valor de **9.769,65€** referente ao 1º período letivo de 2018 (setembro a dezembro) e o valor de **16.678,85€**, referente ao 2º e 3º período do ano 2019. -----

O presente protocolo deve produzir efeitos ao dia 03 de setembro de 2018, data de início do serviço de refeições, no âmbito das **Atividades de Animação e Apoio à Família nas interrupções letivas** e ser válido desde a sua assinatura até dia 31 de julho de 2019. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 27 de setembro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Lídia Pinto -----

Em Anexo: Minuta de Protocolo -----

Minuta de Protocolo de Fornecimento de Refeições Escolares a crianças da Educação Pré-escolar e alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico de Vidago Ano Letivo 2018/2019 -----

Protocolo -----

Considerando que as refeições escolares dos alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico constituem matéria da competência dos Municípios, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro, e na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Considerando que, de acordo com o estipulado no Regulamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, publicado no anexo v do Despacho nº 1898/2009 de 17 de agosto, os Municípios podem realizar parcerias que permitam assegurar o serviço de refeições através da celebração de protocolos em termos que protejam os direitos e deveres de cada uma das partes. -----

É celebrado o presente protocolo entre: -----

O Município de Chaves, com o número de identificação de pessoa coletiva 501205551, representada pelo seu Presidente, Dr. Nuno Vaz, como primeiro outorgante; -----

E -----

O Agrupamento de Escolas Fernão de Magalhães, com o número de identificação de pessoa coletiva, 600085503 representada pelo seu Diretor, Dr. Fernando Félix de Almeida Castro, como segundo outorgante

Cláusula 1.ª -----

Objeto do Protocolo -----

O presente protocolo tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições em que os outorgantes se comprometem a garantir o fornecimento de refeições às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do 1º ciclo do ensino básico de Vidago, através do refeitório da Escola EB 2,3 de Vidago, do Agrupamento de Escolas Fernão de Magalhães. -----

Cláusula 2.ª -----

Obrigações do Primeiro Outorgante -----

O Município de Chaves, obriga-se a: -----

1. Exercer um controlo direto da gestão do fornecimento das refeições, traduzido no acompanhamento local do funcionamento de serviço e na fiscalização do cumprimento das normas aplicáveis. -----

2. Subsidiar a refeição escolar dos alunos beneficiários da ação social escolar. -----

Cláusula 3.ª -----

Obrigações do Segundo Outorgante -----

O Agrupamento de Escolas Fernão de Magalhães, através da Escola EB2,3 de Vidago, compromete-se a: -----

1. Fornecer refeições equilibradas diariamente e durante todo o ano letivo 2018/2019, a cerca de 97 alunos (66 alunos do 1º ciclo e 31 crianças da educação pré-escolar) confeccionadas na Escola EB 2,3 de Vidago; -----

2. Fornecer refeições equilibradas nas pausas letivas e mês de julho às crianças da educação pré-escolar inscritas nas "Atividades de Animação e Apoio à Família" - Interrupções letivas", confeccionadas na Escola EB 2,3 de Vidago; -----

2. Servir as refeições no horário compreendido entre as 12h00 e as 13h30 horas; -----

3. Utilizar os equipamentos e meios adequados para a confeção das refeições; -----

4. Cumprir requisitos de qualidade das refeições a fornecer; -----

5. Informar mensalmente o Município sobre o número total de refeições servidas. -----

Cláusula 4.ª -----

Financiamento -----

1. O Agrupamento compromete-se a cobrar 1.68€ pelos alunos que usufruem do escalão A ou transportados, 0,95€ pelos alunos que usufruem escalão B e pelos restantes alunos (sem escalão) 0.22€. -----

2. As condições de pagamento, por parte do Município, das refeições fornecidas, serão efetuadas a 60 dias. -----

Cláusula 5.ª -----

Valor estimado dos encargos financeiros -----

O encargo com esta despesa é no valor estimado de 26.448,50€ e foi calculado tendo em conta o número de alunos que usufruem do serviço de refeições, cerca de 97, o escalão atribuído em matéria de ação social escolar e o número de dias do calendário escolar. -----

Cláusula 6.ª -----

Enquadramento Orçamental -----

A presente despesa tem enquadramento orçamental na rubrica 04.07.01.05. -----

Cláusula 7.ª -----

Incumprimento e rescisão do protocolo -----

A falta de cumprimento do presente protocolo constitui justa causa de rescisão para qualquer uma das partes. -----

Cláusula 8.ª -----

Revisão do Protocolo -----

Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo de ambas as partes, a prestar por escrito. -----

Cláusula 9.ª -----

Produção de Efeitos -----

O presente protocolo produz efeitos a 03 de setembro de 2018 e é válido desde a sua assinatura até ao dia 31 de julho de 2019. -----

Chaves, outubro de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal de Chaves -----

(Dr. Nuno Vaz Ribeiro) -----

O Diretor do Agrupamento de Escolas Fernão de Magalhães -----

(Dr. Fernando Félix de Almeida Castro) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018/09/28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.10.01 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. SANDRA MARIA DIAS SILVA MAGALHÃES INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº169/SHSDPC/N.º78/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.09.06-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR MARCELO DELGADO DE 2018.09.14. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.09.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

7. REVISÃO DO VALOR DAS RENDAS RESPEITANTE AOS INQUILINOS DO BAIRRO SOCIAL DE CASAS DOS MONTES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº171/SHSDPC/N.º79/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.09.07-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR MARCELO DELGADO DE 2018.09.14. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.09.24. -----

Concordo. Proceda-se em conformidade com o proposto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

8. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº178/SHSDPC/N.º81/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.09.19-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em

vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR MARCELO DELGADO DE 2018.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.10.01. -----

Concordo. Proceda-se em conformidade com o proposto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

9. PROGRAMA DE APOIO À RENDA - PRORROGAÇÃO. PROCESSO N.º01 /2018 INFORMAÇÃO/PROPOSTA N°185/SHSDPC/N.º82/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.09.24-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR MARCELO DELGADO DE 2018.09.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.09.28. -----

Concordo. Proceda-se em conformidade com o proposto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

10. PROGRAMA DE APOIO À RENDA - PRORROGAÇÃO. PROCESSO N.º02 /2018 INFORMAÇÃO/PROPOSTA N°186/SHSDPC/N.º83/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.09.24-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR MARCELO DELGADO DE 2018.09.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.09.28. -----

Concordo. Proceda-se em conformidade com o proposto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

11. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. TÂNIA SOFIA RAMIRES ALFAMA INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº187/SHSDPC/N.º84/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 6. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.09.26-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR MARCELO DELGADO DE 2018.09.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.09.28. -----

Concordo. Proceda-se em conformidade com o proposto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

12. MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA NADIR AFONSO (MACNA) – EXPOSIÇÕES, "EMA BERTA-A LUMINOSA EXALTAÇÃO DAS SOMBRAS" E EXPOSIÇÃO COLETIVA- " TRÊS GERAÇÕES"/PREÇO DE VENDA DE LIVROS/CATÁLOGOS. INFORMAÇÃO DDSC Nº223/ANO 2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I-Enquadramento e Fundamentação-----

No próximo dia 27 de outubro serão inauguradas no Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, as Exposições, "Ema Berta- A Luminosa Exaltação das Sombras" e a Exposição Coletiva- "Três gerações" (artistas convidados)-----

Para as referidas exposições foram produzidos dois catálogos/livros, com edição de 1000 exemplares (500+500).-----

Foram apurados para cada um dos catálogos, os preços de venda ao público, tendo em conta os respetivos custos de produção.-----

Considerando que é necessário disponibilizar os livros/catálogos como forma de promover e divulgar o MACNA;-----

Considerando que tem sido manifestado um interesse acrescido por parte de visitantes na aquisição de catálogos;-----

II - Da Proposta em Sentido estrito-----

Assim, face ao exposto, sugere-se e/ou propõe-se que seja autorizado: A venda dos livros/catálogos ao público em geral, pelos valores que seguidamente se referem (IVA incluído), dependendo esse valor, da quantidade de exemplares adquiridos:-----

Catálogo -Ema Berta- A Luminosa Exaltação das Sombras-----

Até 9 livros-25 €-----

De 10 até 49 livros -22€ -----

De 50 até 99 livros -20,5€ -----

Mais de 99 livros- 19 €-----
 Catálogo -Três Gerações-----
 Até 9 livros-13 €-----
 De 10 até 49 livros-12 € -----
 De 50 até 99 livros -11 € -----
 Mais de 99 livros- 10 €-----
 O encaminhamento da presente proposta à próxima reunião da Câmara Municipal para deliberação.-----
 À Consideração Superior-----
 Chaves, 26 de setembro de 2018-----
 O Técnico Superior-----
 Agostinho Pizarro-----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.28-----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.09.28 -----
 À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

13. MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA NADIR AFONSO/ REDUÇÃO DO PREÇO DE INGRESSO/ENCERRAMENTO DO MUSEU NO DIA E ATÉ AO EVENTO DE INAUGURAÇÃO. INFORMAÇÃO DDSC Nº209/ANO 2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

|- Enquadramento e Fundamentação-----
 No próximo dia 27 de outubro, será inaugurada a exposição "Ema Berta-A-Luminosa Exaltação das Sombras". À nova mostra irá substituir e ocupar o mesmo espaço que a exposição "Mesa dos sonhos: Duas coleções de arte contemporânea" produzida em conjunto com a Fundação de Serralves (FS), com data prevista de encerramento em 14 de outubro próximo.-----

Considerando que está previsto o início da desmontagem da exposição que finda, em 15 de outubro e o início da preparação do espaço para a montagem da nova exposição, no próximo dia 22 de outubro.-----

Considerando que os trabalhos necessários associados à sua instalação decorrerão até 26 de Outubro.-----

Considerando que a execução desses trabalhos inviabiliza a visita do público a parte do Espaço expositivo do museu.-----

Considerando que uma das muitas maneiras de respeitarmos quem nos visita, é reduzirmos o preço do bilhete de entrada no museu, nos dias que decorrem entre o início da desmontagem da exposição que termina e a inauguração da nova exposição (previsivelmente de 15 a 27 de Outubro), redução essa justificada pelo facto do Serviço que prestamos também estar diminuído. (Por motivos relacionados com a logística/oportunidade do trabalho, pode colocar-se a necessidade de alterar pontualmente o período mencionado, embora não se Ultrapasse o número de dias referido).-----

II - Da Proposta em Sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, propõe-se que seja autorizado:-----

A redução de 50% no preço de ingresso no Macna, nos dias que medeiam entre o encerramento e inauguração das Exposições.-----

O encerramento do Museu no dia e até à hora de inauguração. -----

Encaminhamento da presente Proposta à próxima reunião da Câmara Municipal para deliberação.-----

À Consideração Superior.-----

Chaves, 14 de Setembro de 2018-----

O Técnico Superior-----

Agostinho Pizarro-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.18-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.09.25 -----

Visto. À reunião de Câmara para efeitos de apreciação e deliberação.-

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

14. PROPOSTA PARA DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS CRIATIVAS, NO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA NADIR AFONSO, DESTINADAS A CRIANÇAS ENTRE OS 5 E OS 7 ANOS DE IDADE, A DECORRER DURANTE OS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2018. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 225/DDSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação visa submeter, à consideração superior, uma proposta para autorização do desenvolvimento de oficinas criativas, no Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, destinadas a crianças entre os 5 e os 7 anos de idade, a decorrer durante os meses de novembro e dezembro de 2018. -----

II - ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

De acordo com a definição do ICOM (Conselho Internacional de Museus), "o museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite". -----

A função educativa é reconhecida, na atualidade, como um dos principais eixos de atuação dos museus, sendo o desenvolvimento de atividades educativas uma das principais ferramentas para atrair um maior número de visitantes, facilitar a comunicação com os diversos públicos e promover a integração dos museus na comunidade. -----

Cumpr, por isso, aos museus o desenvolvimento de estratégias motivadoras e ações criativas, que facilitem a comunicação e a leitura dos objetos em exposição, nem sempre ao alcance de um público específico, como é o público infantil. As crianças precisam de coisas para experienciar, tocar e interagir, de modo a estimular a imaginação, a criatividade e a aprendizagem, promovendo o seu crescimento cognitivo, estético e cultural. -----

Considerando que o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso dispõe, em exposição, de obras de arte, cuja fruição e entendimento por parte do público infantil nem sempre é de fácil perceção, torna-se necessário o desenvolvimento de atividades criativas, nomeadamente, oficinas interdisciplinares para crianças, capazes de explorar vários materiais e técnicas, tendo por base as coleções em exibição no museu, de modo a suscitar a curiosidade e sensibilidade para distintas expressões artísticas. -----

Assim, propõe-se a contratação de serviços para a realização de oficinas criativas, no Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, destinadas a crianças, a decorrer durante os meses de novembro e dezembro de 2018. -----

A contratação dos serviços em causa deve cumprir os seguintes critérios: -----

- As oficinas devem ser ministradas por profissionais das diferentes áreas envolvidas; -----
- Os monitores/formadores devem possuir a sensibilidade necessária para lidar com o desafio de trabalhar em conjunto com crianças; -----
- A organização do evento deve assegurar as inscrições para cada oficina, bem como a respetiva divulgação, incluindo o design do cartaz;
- Os serviços contratados devem incluir todo o trabalho de planeamento e organização das sessões, bem como as despesas inerentes ao trabalho dos formadores e disponibilização dos materiais necessários para 20 participantes por sessão (tintas, papel, pincéis, lápis, canetas, telas, cartolinas, panos, adereços de teatro, instrumentos musicais, entre outros); -----
- Deve ser assegurada a recolha fotográfica das diferentes sessões para arquivo/divulgação por parte do Município de Chaves; -----
- Período de ação: de 10 de novembro a 15 de dezembro; -----
- Público-alvo: crianças dos 5 aos 7 anos de idade; -----
- Temas a explorar: corpo, movimento, voz; teatro; artes-plásticas;-
- Grupo: 20 participantes; -----
- Horário: sábado de manhã, das 09h30 às 13h00; -----

As oficinas criativas terão o seguinte calendário: -----

Novembro	Dezembro
Dia 10 • Introdução a Nadir Afonso • Corpo, Movimento, Voz • Teatro	Dia 01 • Introdução a Nadir Afonso • Artes Plásticas • Teatro
Dia 17 • Introdução a Nadir Afonso • Artes-Plásticas • Teatro	Dia 8 • Introdução a Nadir Afonso • Corpo, Movimento, Voz • Artes-Plásticas
Dia 24 • Introdução a Nadir Afonso • Artes-Plásticas • Corpo, Movimento, Voz	Dia 15 • Introdução a Nadir Afonso • Corpo, Movimento, Voz • Teatro

Considerando que a estimativa total de custos proposta para a aquisição de serviços em causa se situa na ordem dos 2.000,00€ (dois mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, devendo este valor ser pago à entidade "Associação Indieror", com o contribuinte nº 513588019. -- Em cumprimento do Código dos Contratos Públicos e tendo em vista a aquisição dos serviços em causa, para os efeitos previstos no n.º 1, do artigo 128º do CCP, pretende-se lançar mão do "Procedimento - Ajuste Direto, em regime simplificado". -----

A presente despesa tem enquadramento orçamental na rubrica dos instrumentos de gestão financeira, em vigor para o ano económico de 2018, com o seguinte número 0202200106 - Museus: promoção e dinamização. -----

III - PROPOSTA DE DECISÃO -----

Face ao exposto tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

1. Que seja aprovado o programa de atividades para desenvolvimento de oficinas criativas, no Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, destinadas a crianças entre os 5 e os 7 anos de idade, a decorrer durante os meses de novembro e dezembro de 2018; -----

2. Caso o programa de atividades supracitado mereça concordância superior, que seja autorizada pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, a abertura de procedimento por Ajuste Direto, em regime simplificado, tendo em vista a adjudicação do contrato de prestação de serviços no valor de 2.000,00€ (dois mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

3. Por último, caso a presente informação venha a merecer concordância superior, deverá a mesma ser agendada para a próxima Reunião de Câmara, tendo em vista a obtenção de deliberação conducente à sua aprovação. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 01 de outubro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Vera Moura) -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.01-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.01. ----

Visto. À reunião de Câmara para efeitos de apreciação e deliberação.-

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. **ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À "CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - DELEGAÇÃO LOCAL DE CHAVES" PROPOSTA Nº 69/GAP/18 -----**

Foi presente a informação que se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais-----

I - Da Exposição de Motivos-----

A **Delegação Local de Chaves da Cruz Vermelha Portuguesa** pessoa coletiva de direito privado, cuja delegação tem sede na Rua Doutor Morais Soares, Edifício 6, Loja 24, Urbanização da Raposeira, em Chaves, NIPC 500 745 749, tem por objeto prestar assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana. De acordo com os seus estatutos, os princípios fundamentais da Cruz Vermelha são: Humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade;-----

A delegação local de Chaves, no âmbito do seu objeto em matéria de saúde, vai levar a efeito uma iniciativa, através de uma Unidade Móvel de Estomatologia e Medicina Dentária, que permite aos cidadãos efetuar uma consulta de diagnóstico precoce de cancro oral;-----

Para a realização desta iniciativa, de crucial importância, uma vez que tem um índice de mortalidade elevado e surge de forma assintomática, foi, em sede de reunião ocorrida nesta autarquia, solicitado o apoio possível no sentido de viabilizar esta importante ação para os cidadãos;-----

Considerando que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º, do Anexo 1, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município.-----
Considerando, por último, que a proposta está excluída do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo, no entanto, sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º A do CCP;-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a) Que seja apoiada a "Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação Local de Chaves" com o valor de 1.120,00 €; -----

b) Caso a presente proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á:-----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto;

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada;

c) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;

d) A presente proposta tem cobertura orçamental através da rubrica 04 07 01 03. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexa-se à presente informação documento contabilístico da Divisão Financeira. -----

Chaves, 1 de outubro de 2018-----

O Presidente da Câmara-----

(Nuno Vaz)-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 7. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 8. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. LICENÇA DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ N.º 5/88, PEDIDO DE ALTERAÇÃO - PROCESSO N.º 418/18 - FERNANDA DO FUNDO LOURENÇO - RUA D. MARIA DA GLÓRIA N.º 9, FREGUESIA DE VILAR DE NANTES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª SUSANA FERNANDES DATADA DE 20.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

A Sr.ª Fernanda do Fundo Lourenço, através do requerimento nº 1142/18, complementado pelo requerimento nº 1576/18, referente ao processo nº 418/18, na qualidade de proprietária, vem solicitar uma "alteração à licença de operação de loteamento", dos lotes 8 e 9 do loteamento com alvará nº 5/1988, localizada na rua D. Maria da Glória, no lugar do Lombo, freguesia de Vilar de Nantes.-----

2. INSTRUÇÃO-----

O processo está instruído de acordo com o disposto no ponto 13.º, do Anexo I, da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, conjugado com o art.º 13.º, do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação (RMUE), Regulamento n.º 732/15, de 22 de Outubro, sendo composto pelos elementos elencados já na informação técnica nº 1280/DGOT/2018.-----

3. ANTECEDENTES-----

3.1. Consultado os antecedentes constata-se que o pedido em questão está inserido no loteamento nº 5/88, em nome de Manuel Almeida Monteiro Pereira, de 31 de maio de 1988, onde são constituídos 7 lotes.-----

3.2. O referido loteamento foi objeto de aditamento, em 20 de fevereiro de 1989, onde foram constituídos mais 11 lotes, alterando a área do lote nº 7.-----

3.3. Consta ainda do processo um pedido de aditamento para retificação das áreas dos lotes, do qual não consta documento que o valide.-----

3.4. No seguimento do requerimento nº 1142/18, informação nº 1139/DGOT/2018 com despacho do Sr. Vereador de 17/07/2018, foram solicitados esclarecimentos adicionais, na sequência do qual foi entregue o requerimento nº 1576/18.-----

3.5. Analisado o pedido foi despachada a informação técnica nº 1280/DGOT/2018 propondo a promoção de edital de acordo com o nº 3, do artigo 27º, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 e ulteriores alterações.-----

4. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

4.1. Nos Instrumentos de Gestão Territorial-----

4.1.1. Segundo a Planta de ordenamento do PDM de Chaves os prédios em questão localizam-se em Espaços Classe 1- Espaços urbanos e urbanizáveis, da categoria 1.3 - Outros aglomerados.-----

4.1.2. De acordo com a planta de ordenamento do mesmo IGT sobre os prédios não impede nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública.

4.2. No regime jurídico-----

4.2.1. O processo apresentado é referente a uma alteração à licença, de acordo com o artigo 27º, do Regime de Jurídico de

Urbanização e Edificação (RJUE), Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e subsequentes alterações.-----

5. DESCRIÇÃO DO PEDIDO-----

5.1. Segundo o descrito nos documentos entregues, o pedido em questão consiste na junção dos lotes n.º 8 e n.º 9 do acima referido loteamento, passando a ser denominado lote n.º 8, diminuindo de 18 para 17 o número total de lotes do loteamento com alvará n.º 5/88. -----

5.2. De acordo com o enunciado, apesar de a área total dos lotes se manter inalterada, os parâmetros urbanísticos propostos para o lote a criar com esta junção terão as seguintes especificações:-----

Área do terreno da junção do Lote 8 e 9 - 860,00 m2-----

Área Bruta de construção da Habitação - 348,90 m2-----

Área bruta de construção dos Anexos e Garagem - 174.90 m2-----

Área Bruta de construção total - 523.80 m2-----

Área de Implantação 417.80 m2-----

Altura máxima da habitação unifamiliar - 7.50m.-----

Altura máxima dos anexos - 4.00m.-----

5.3. A requerente propõe uma mancha de implantação encostada ao limite do lote a sul, poente e ainda a norte, com um piso acima da cota de soleira, e cêrcea máxima 4 metros, delimitando ainda um polígono com recuo face às extremas do lote com 2 pisos acima da cota de soleira e cêrcea máxima 7,5 metros.-----

5.4. Não é feita referência ao Plano de acessibilidades e refere ainda que não prevê a alteração das infraestruturas já existentes.-----

5.5. Demarca ainda 5 lugares de estacionamento no interior do lote a criar junto ao extremo sul do lote.-----

6. ANÁLISE DO PEDIDO-----

6.1. Relativamente aos parâmetros urbanísticos, as peças do loteamento n.º 5/88, mais concretamente do 1.º aditamento onde são originados concretamente o lote n.º 8 e n.º 9, especificam somente a área total de cada um dos lotes.-----

6.2. Nesse sentido, a área de construção máxima estara limitada de acordo com o regulamento do PDM em vigor para o concelho, para a subclasse de espaços em questão, designadamente cêrcea máxima a 7,5 metros e < ou = a 2 pisos, prevendo um Índice de construção < ou = que 0,8 m2/m2, antevendo assim uma área de construção máxima de 688,00 m2.-----

6.3. Tendo em consideração que a requerente propõe Área de Construção máxima de 523,80 m2 e portanto inferior à edificabilidade máxima permitida como calculada no ponto anterior, e, tendo em consideração que não há aumento da área de lotes e portanto da área total de terreno objeto da operação de loteamento, salvo melhor juízo, não deverá haver lugar a cedências de acordo com o artigo 21.º do regulamento do PDM.--

6.4. Relativamente à mancha de implantação do anexo que confronta com o arruamento a norte, no entender destes serviços, à face do arruamento não deveram ser construídos anexos.-----

6.5. No entanto, atendendo às características da envolvente imediata a poente e norte onde se verifica usos não habitacionais e, sobretudo, das características do arruamento em questão, que se verifica no momento tratar-se de um acesso local mais concretamente da baía de retorno de uma via sem saída, poderá admitir-se uma construção de cariz mais leve e aberto/vazado, tal como se denota que estará já construído nas fotografias entregues pela requerente. -----

6.6. Assim, considerando as construções existentes quer no loteamento quer na envolvente imediata, não se vê inconveniente na mancha de implantação e na distribuição da Área de Construção proposta por pisos para o lote a prever, com a condicionante descrita no ponto anterior,

a saber - a área de construção do anexo proposto à face do arruamento deverá constituir-se como um espaço vazado de cariz leve, sem acesso automóvel pela via pública.-----

6.7. Analisando os requerimentos entregues, o pedido encontra-se instruído com os elementos mencionados na Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril e com o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Regulamento n.º 732/15, de 22 de Outubro, sendo composto pelos elementos elencados já na informação técnica n.º 1280/DGOT/2018.-----

6.8. Considerando que o pedido em análise se conforma com os parâmetros urbanísticos previstos no Plano Diretor Municipal e as especificações preconizadas são passível de se integrar na envolvente sem gerar constrangimentos, com a condicionante descrita anteriormente.-----

6.9. Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 e ulteriores alterações, a alteração à licença de operação de loteamento só é precedida de consulta pública, quando a mesma esteja prevista em regulamento municipal ou quando sejam ultrapassados os limites definidos no n.º 2, do artigo 22.º do referido diploma legal, o que não se verifica no caso em apreciação.-

6.10. Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 27.º, do Decreto acima referido, em articulação com o n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, a alteração à licença de operação de loteamento não pode ser aprovada se ocorrer se ocorrer oposição escrita dos titulares da maioria da área dos lotes constantes do alvará, nesse sentido, na sequência da informação n.º 1280/DGOT/2018, com despacho de 9/08/2018, foi afixado Edital n.º 82/18 pelo prazo de 10 dias, conforme certidões de afixação juntas ao processo.-----

6.11. Decorrido o prazo estabelecido para os proprietários de todos os lotes se pronunciarem sobre o presente pedido de alteração às especificações do alvará de loteamento n.º loteamento n.º 5/88, não ocorreu qualquer tipo de oposição escrita por parte dos mesmos.-----

7. PROPOSTA DE DECISÃO-----

7.1. Face ao exposto, sou a propor que seja adotada a deliberação no sentido de **deferir** o pedido de alterações à licença, solicitado nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 e posteriores alterações, com a condicionante mencionada no item 6.6.-----

7.2. Neste contexto, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 76.º, do DL n.º 555/99 de 16/12, e ulteriores alterações, deve ser comunicado ao requerente que dispõe do prazo de um ano para requerer formalmente a emissão do 1.º aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 5/88, sob pena de caducidade desta deliberação, conforme previsto no n.º 2 do artigo 71.º do citado diploma legal, devendo para o efeito instruir o seu pedido com os elementos mencionados no n.º 1, do artigo 2.º, da Portaria n.º 216-E/2008 de 03/03, designadamente:-----

7.2.1. Planta de síntese da operação de loteamento em base transparente (5 exemplares) e em base digital;-----

7.2.2. Descrição pormenorizada dos lotes com indicação dos artigos matriciais de proveniência;-----

7.2.3. Atualização das certidões da conservatória do registo predial anteriormente entregue, no caso de estas não se encontrarem válidas. -----

7.3. Mais se informa que pela emissão do aditamento ao alvará deverão ser liquidadas as correspondentes taxas previstas pelo artigo 117.º, do DL n.º 555/99 de 16/12, e ulteriores alterações, as quais se encontram estabelecidas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas.-----

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 26.09.2018:-----
 Visto. Atentas as razões de facto e de direito invocadas na presente informação, sou a propor quer superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de alterações às especificações da operação de loteamento, titulada pelo alvará n.º 5/88, nos termos e para os efeitos preconizados no item "7 - Proposta de Decisão" deste documento.-----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.01-----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018/10/01.-----
 À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 741/18 - TOMÉ LUÍS RODRIGUES GOMES - LUGAR DE CASINHAS, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 18.09.2018. ----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I- Pretensão-----

O Sr. Tome Luís Rodrigues Gomes, na qualidade de proprietário, vem através do requerimento n.º 1946/18, referente ao processo n.º 741/18, solicitar a emissão de certidão de destaque de uma parcela de terreno, descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1934/19960408 e inscrita na matriz com o n.º 4713, situada no Lugar das Casinhas, Outeiro Seco, Freguesia de Outeiro Seco, em Chaves.-----

II- Localização-----

O prédio objeto de parecer localiza-se no Lugar das Casinhas, Outeiro Seco, Freguesia de Outeiro Seco, em Chaves.-----

III - Saneamento e apreciação liminar-----

O projeto apresentado sob requerimento n.º 1934/18 refere-se a uma certidão de destaque, apresentando para o efeito o projeto com os elementos constantes no artigo 19.º do RMUE:-----

- Peças escritas com Termos de responsabilidade, documentos de legitimidade, memória descritiva e justificativa da pretensão;-----
- Peças desenhadas com o levantamento topográfico, plantas de localização;-----

IV-ENQUADRAMENTO URBANISTICO DO PEDIDO-----

4.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 741/18 - a parcela de terreno objecto de destaque - terreno com área de 4 020,00 m2 - situa-se de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na Categoria 1.3- Outros Aglomerados.-----

4.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 741/18 enquadra-se no preceituado no n.º 10 do artigo 6.º do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), devendo observar, o

disposto nos n.ºs 4 ou 5, consoante a localização da parcela a destacar, ou, se também ela se situar em perímetro urbano e fora deste, consoante a localização da área maior.-----

4.3- Regulamentos Municipais-----

O processo n.º 741/18, enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE), estando isentos de licença desde que cumpram os requisitos constantes nos n.º 4 a 10 do artigo 6.º do RJUE.-----

V - Responsabilidade-----

Os termos de responsabilidade apresentados estão assinados por técnicos legalmente habilitados e instruídos ao abrigo da legislação em vigor, nos termos e disposto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE. ----

VI - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----

O requerente através do requerimento n.º 1946/18, apresenta pedido para emissão de certidão de destaque em conformidade com o disposto no n.º4 do art.º 6 do RJUE, estando o processo instruído de acordo com o preceituado no artigo 19.º do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação.-----

Da análise do pedido apresentado constata-se que:-----

6.1 - A Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, refere prédio urbano com a área total de 4 020,00 m2, está inscrito na matriz com o n.º 4713 e descrito na conservatória sob o n.º 1934/19960408 da Freguesia de Outeiro Seco.-----

6.2 - A área da parcela a destacar é de 1 406,00 m2 e está inserida na classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.1 - Cidade de Chaves, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal;-----

6.3- A parcela sobrance (mãe) ficará com a área de 2 614,00 m2, está inserida designadamente na classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.1 - Cidade de Chaves, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal;-----

6.4- Para a parcela a destacar estima-se, uma área bruta de construção de 450,00 m2 (habitação +anexos);-----

Considerando que o pedido formulado cumpre os requisitos constantes no n.º 4 a 10 do artigo 6 do RJUE.-----

Considerando que face ao relatório e plantas apenas ao processo, a Parcela a destacar é de 1 406,00 m2, se encontra em Espaço Urbano e Urbanizável;-----

VII - Proposta de Decisão-----

Pelo exposto, e dado que a decisão deverá ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo, para a emissão da competente decisão administrativa de propor o deferimento da emissão de certidão de destaque conforme o requerido pelo proponente, através do requerimento n.º 1946/18.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 21.09.2018:-----

Visto. Concorde. Atento os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação consubstanciando o deferimento do pedido de emissão de certidão comprovativa de que o acto que terá por efeito o destaque da parcela do prédio requerido pelo interessado, está isento de licença, uma vez que se mostram cumpridos os requisitos legais estipulados nos números 4 e 10, do Artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.25-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018/09/25.-----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM AGRÍCOLA, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 204/18 - RAMIRO GOMES BARREIRA - LUGAR DE PARANHOS, FREGUESIA DE PLANALTO DE MONFORTE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 19.09.2018. - Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Introdução-----

Através do requerimento n.º 589/18 a requerente vem solicitar a legalização de armazém agrícola, sita no Lugar de Paranho, Planalto de Monforte, União das Freguesias de Oucidres e Bobadela, em Chaves.-
Através do requerimento n.º 1599/18 a requerente vem solicitar a autorização de utilização para legalização de armazém/estabulo, sita no Lugar de Paranho, Planalto de Monforte, União das Freguesias de Oucidres e Bobadela, em Chaves.-----

II - Localização-----

A edificação localiza-se no Lugar de Paranho, Planalto de Monforte, União das Freguesias de Oucidres e Bobadela, em Chaves.-----

III- Enquadramento Urbanístico-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 204/18 - o edifício situa-se de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor:-----

3.1- Parte na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis ena Subcategoria 1.3- Outros Aglomerados.-----

3.2- A maior parte na Classe 4- Espaços Agrícolas e Florestais, Categoria 4.3- Espaços Agro-florestais, na Sub-Categoria 4.3.A- Espaços Agro-Florestais Comuns.-----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 204/18 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º 732/95 de 22 de Outubro (RMUE). ---

3.3- Alteração e Republicação do Regulamento do PDM de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.-----

IV - Saneamento e Apreciação Liminar -----

Relativamente às questões de ordem formal e processual, constata-se que o projeto de arquitetura apresentado sob requerimento n.º 589/18, 1023/18 e 1599/18, cumpre os termos e o disposto no n.º 1 do artigo 20 do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como fazem parte os Elementos instrutórios III, constantes do n.º 15 do Anexo I, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril,-----

V - Responsabilidade-----

Os termos de responsabilidade apresentados estão assinados por técnicos legalmente habilitados e instruídos ao abrigo da legislação

em vigor, nos termos e disposto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, bem como o disposto no n.º 5 artigo 73.º-C do Reg. N.º 732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

V - Caracterização e Análise da Pretensão -----

O requerente através do requerimento n.º 589/18, apresenta pedido de legalização de um armazém agrícola e pecuário, sem controlo prévio.-- Faz parte de processo a certidão de registo predial, registo n.º 744/20010410, na qual refere artigo rustico sob o n.º 470, com a seguinte descrição:-----

Área total = 18 200,00 m2-----

Área descoberta = 18 200,00 m2 -----

Face às peças desenhadas do projeto apresentado e que consta em anexo, pode-se constatar que:-----

►A intervenção baseia-se na legalização de um armazém;-----

►A área a legalizar 532,27 m2-----

►Que a edificação é só de um piso-R/C-----

Trata-se pois de uma edificação existente, enquadrando-se assim, no n.º 3 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 4 do art.º 73-C do RMUE.-----

O procedimento de legalização da edificação consubstancia **Vistoria Municipal**, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C do RMUE. Da realização da referida Vistoria foi lavrado o respetivo auto de vistoria n.º 32/18 (que consta anexo ao processo e do qual se deverá dar conhecimento ao requerente), que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutóriamente o procedimento de legalização.-----

Face ao teor do auto de vistoria, do qual se depreende que a sua legalização não é possível, dado que possui armazém agrícola e pecuário, terá de proceder à alteração do projecto apresentado sob requerimento n.º 589/18.-----

Da análise do processo, depreende-se ainda, que o projeto apresentado não retratava a situação existente no local, isto é:-----

- Projeto de arquitetura incompleto, em virtude de ser armazém agrícola e pecuário-----

- O levantamento topográfico possui mais área do que a que consta do registo da conservatória, pelo que terá de proceder à alteração das áreas;-----

- Falta relatório das especialidades conforme o previsto nos pontos i) e ii) aa alínea a) do n.º 5 do artigo 73-C do RMUE;-----

- O levantamento topográfico refere vacaria, e o projeto de arquitetura menciona armazém agrícola;-----

Foi solicitado ao requerente através da informação técnica de 21/05/2018 a apresentação de elementos, nomeadamente o:-----

1- Cumprimento ao teor do auto de vistoria n.º 32/18 (dê-se copia do auto ao requerente);-----

2- Apresentar projeto de arquitetura por forma a cumprir o disposto no n.º 1 e 2 do artigo 36.º do retrocitado diploma legal;-----

3- Projetos de especialidades pontos i) e ii) aa alínea a) do n.º 5 do artigo 73-C do RMUE;-----

4- Certidão de registo predial com a área retificada.-----

O requerente através do requerimento n.º 1023/18 e 1599/18, vem dar cabal cumprimento ao teor da retrocitada informação técnica.-----

VI - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----

Considerando que o pedido formulado através do requerimento n.º 589/18, 1023/18 e 1599/18 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º 1 do artigo 73-C do RMUE,-----

Considerando que não consubstancia obras, a sua legalização é titulada por autorização de utilização, devendo o processo estar instruído de acordo com os elementos definidos na Portaria 113/2015, de 22 de Abril.-----

Considerando que se trata de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RMUE.-----

Considerando que o procedimento de legalização da edificação é precedido de **Vistoria Municipal**, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C do RMUE.-----

Considerando que da realização da referida Vistoria foi lavrado o auto de vistoria n.º 32/18 (que consta anexo ao processo e do qual se deverá dar conhecimento ao requerente), que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutóriamente o procedimento de legalização, nada a opor à sua legalização.-----

No processo em causa encontra-se o projeto de arquitetura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que :-----

►A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída; -----

►O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE; -----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados á edificação cumprem a alteração ao regulamento do PDM publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018. -----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados á edificação cumprem os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 36.º da alteração do Regulamento do PDM na versão em vigor;

►As obras a legalizar, refere-se a uma de área de construção de 535,27 m2.-----

►A área bruta de construção proposta é de 535,27 m2, inferior à máxima admissível pelo cumprimento das regras do PDM, $(250+10\% (18\ 200,00-1000,00) = 1970,00\ m^2 > 535,27,00m^2$ -----

►A edificação respeita ainda os critérios estabelecidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 36.º da alteração do Regulamento do PDM na versão em vigor;-----

►A edificação está construída fora do perímetro de construção;-----

Considerando que a edificação em causa é uso supletivo do solo, face ao disposto na alínea a) do artigo 35.º da alteração ao regulamento do PDM; -----

Artigo 35.º Usos supletivos-----

1 - Para além dos casos referidos no n.º 4 do artigo anterior, nos espaços que integram esta classe e suas categorias só poderão ser autorizadas, como usos supletivos do uso dominante, as atividades, edificações, instalações e infraestruturas a seguir enumeradas:-----

a) Instalações diretamente adstritas às explorações agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais;-----

Considerando que a edificação cumpre preceituado na alínea b) do n.º1 do artigo 36.º da alteração ao regulamento do PDM, $(250+10\% (18\ 200,00-1000,00) = 1970,00\ m^2 > 535,27,00m^2$ (área proposta).-----

Artigo 36.º Instalações adstritas às explorações-----

As instalações adstritas às explorações agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais só poderão ser autorizadas se cumprirem os seguintes requisitos, cumulativamente com as regras gerais constantes do artigo anterior:-----

1) Instalações de apoio às atividades agrícola, silvo-pastoril ou florestal que não se destinem a albergar animais - a área total de construção deste tipo de edificações não poderá exceder os seguintes valores, em função do valor A da área da parcela em que se localizem:

a) $25\% \times A$, se A não exceder 1000 m²;-----

b) $250\ m^2 + 10\% (A - 1000\ m^2)$, se A for superior 1000 m²;-----

2) Instalações agropecuárias - a edificação de estábulos, salas de ordenha, pocilgas ou quaisquer outras instalações para criação de gado ou alojamento de animais cumprirá as seguintes regras:-----

a) Devem implantar-se, preferencialmente, em parcelas pertencentes à categoria 4.3 - espaços agro-florestais, só se admitindo a sua implantação em parcelas pertencentes a qualquer das outras categorias de espaços que integram esta classe no caso de reaproveitamento de instalações preexistentes ou quando o município reconheça que o interessado não dispõe de alternativa de localização economicamente viável e sem prejuízo dos condicionamentos impostos por outras entidades que eventualmente detenham jurisdição sobre o local;-----

b) A sua localização e implementação cumprirão todos os condicionamentos legais aplicáveis a cada caso, tendo ainda de garantir, quando outros parâmetros não estiverem legal ou regularmente estabelecidos, um afastamento mínimo de 200 m, quando se trate de instalações de suínos ou caprinos, e 100 m, nas restantes explorações, às linhas limites dos aglomerados - classe de espaços urbanos e urbanizáveis - e a quaisquer outras edificações existentes, licenciadas, ou previstas em projetos de ordenamento urbano plenamente eficazes, excepto aquelas que se destinem exclusivamente a atividades agrícolas, agropecuárias ou florestais;-----

c) As parcelas onde se localizam deverão possuir uma dimensão tal que a distância entre o perímetro destas edificações e as extremas da parcela nunca seja inferior a 10 m;-----

d) As edificações desenvolver-se-ão num só piso acima do solo;----

e) Sem prejuízo do disposto nas duas alíneas anteriores, a área bruta de construção máxima admissível para o conjunto edificado é a que corresponder à aplicação do $I_c = 0,25\ m^2/m^2$ à área da parcela;---
Considerando ainda, que consta do processo os termos de responsabilidade ao nível do projeto de arquitetura e especialidades, em conformidade legal e regulamentar, garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.-----

Conclui-se que a edificação apresentada para legalização refere-se uma parte a armazém agrícola e a outra parte a armazém pecuário/estábulo, respeitando a legislação em vigor.-----

VII - Da Proposta em Sentido estrito-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de deferimento das obras realizadas sem controlo prévio e o deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização da operação urbanística correspondente a uma edificação composta por 1 piso, com área bruta de construção de 535,27 m², destinado a armazém de apoio à atividade agrícola.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização da operação urbanística, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. **Refira-se ainda que no do título/autorização de utilização com menção expressa que a Legalização das obras de edificação de armazém de apoio à atividade agrícola. foi sujeita ao procedimento de legalização,** ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

VII - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respetivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental. Estas taxas, para o caso em apreço, encontram-se isentas ao abrigo do disposto no ponto 3.4 do artigo 19 do Capítulo III do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU n.º 314/2010).-----

VIII - Das Taxas Devidas pela Emissão de Autorização de utilização---

De acordo com o preceituado no artigo n.º117 do RJUE e o plasmado no artigo 69 do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU n.º 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção III	APRECIAÇÃO DE OUTROS PEDIDOS			
Artigo 54º	Apreciação de Autorização de Utilização			
nº1	Autorização de Utilização de edifícios ou suas frações (taxa geral)	1	56,20 €	56,20 €
n.º4	Acresce por unidade de arrumos	1	3,30 €	3,30 €
	TOTAL-1			59,50 €
SECÇÃO V	VISTORIAS			
ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º2	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	1	54,00 €	54,00 €

d)	Edifício destinado a industria ou armazém por cada 100,00 m2	1	11,85 €	11,85 €
	TOTAL-2			65,85 €
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €
n.º 5	Edifício destinado a industria ou armazém por unidade de ocupação e por cada 100,00 m2, acresce ao valor referido no n.º1	1	2,65 €	2,65 €
	TOTAL-3			30,75 €

TOTAL-1			59,50 €
TOTAL-2			65,85 €
TOTAL-3			30,75 €
VALOR GLOBAL			156,10 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 20.09.2018:-----
Visto. Concordo. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (Armazém de apoio à actividade agrícola) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa. No alvará de autorização de utilização a emitir, deverá constar a menção expressa de que o imóvel a que respeita foi objecto de legalização.-----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.24-----
A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018/09/25.-----
À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6 OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ N.º 2/2004, PEDIDO DE ALTERAÇÃO – PROCESSO N.º 7/01 – CONSTRUÇÕES JOFRAMAR, LDA. – QUINTA DAS MIMOSAS, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 18.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

A Empresa requerente acima referida, na qualidade de proprietária da fração "B" do Lote 1, solicitou, 4º pedido de alteração à licença do loteamento titulado pelo Alvará n.º 2/2004, sito na Quinta das Mimosas, referente ao processo n.º 7/01, freguesia de Santa Maria Maior em Chaves, com incidência nas especificações do lote n.º 1;-----

2. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1. No regime jurídico-----

De acordo com o disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei 555/99 de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 136/2014 de 09/09, o pedido da interessada, enquadra-se numa alteração à licença da operação de loteamento titulada pelo alvará 2/2004, emitido em 05 de maio de 2004, em nome de João Francisco Martins e Francisco Lourenço Estevinho;----

2.2. No Plano Diretor Municipal-----

2.2.1. Segundo as Plantas de Ordenamento n.º 47A Plano Diretor Municipal de Chaves, o prédio insere-se na categoria de espaço da classe 1 (Espaços urbanos e urbanizáveis), na área delimitada para efeitos do estabelecimento das Medidas Preventivas, publicadas no Diário da Republica, 2ª Série- n.º 107 - 4 de junho de 2014, através do Aviso n.º 6779/2014, por motivo da revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves -----

2.2.2. Segundo as Plantas de Condicionantes sobre o terreno não impendem servidões ou restrições de utilidade pública;-----

3. ANTECEDENTES-----

A operação de loteamento em análise, titulada pelo Alvará 2/2004, foi alvo de duas alterações:-----

- 1ª Alteração ao Alvará inicial, titulada pelo 1º Aditamento, em 16 de junho de 2008;-----
- 2ª Alteração ao Alvará inicial, titulada pelo 2º Aditamento, em 27 de outubro de 2011;-----
- 3ª Alteração ao Alvará inicial, titulada pelo 3º Aditamento, em 27 de março de 2018-----

4. ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

4.1. Com o presente pedido, a requerente pretende levar a efeito o **4.º aditamento**, às especificações do loteamento com alvará n.º 2/2004, o qual se projeta na fração "A" do Lote 1, alterando o uso da mesma, da qual é proprietária, mantendo inalterados todos os restantes parâmetros urbanísticos;-----

Alterações resultantes do presente pedido - lote n.º1, fração "A"-----

- Alteração do uso da fração "A", de comércio para habitação de tipologia T2, sem alteração das demais áreas e parâmetros urbanísticos

4.2. De acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 136/2014 de 09/09, *"a alteração à licença da operação de loteamento, não pode ser aprovada se ocorrer oposição escrita da maioria dos proprietários dos lotes constantes do alvará, devendo, para o efeito, o gestor de procedimento proceder à sua notificação para pronúncia no prazo de 10 dias"*. -----

4.3. Na sequência da informação técnica produzida em 11 de junho de 2018, foram consultados todos os proprietários dos lotes, através de Edital, conforme o previsto no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 136/2014 de 09/09, em articulação com o n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, uma vez que as

moradas constantes nas respetivas certidões da Conservatória do Registo predial não indicavam com precisão o endereço dos proprietários;-----

4.4. Decorrido o prazo estabelecido para os proprietários de todos os lotes se pronunciarem sobre o presente pedido de alteração às especificações do alvará de loteamento n.º 2/2004, não ocorreu qualquer tipo de oposição escrita por parte dos mesmos;-----

4.5. O pedido encontra-se corretamente instruído nos termos da Portaria 113/2015 de 22 de abril;-----

4.6. Consta ainda no processo Declaração do Técnico, confirmando que o estudo de ruído anteriormente apresentado está em conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, visto não haver no local qualquer alteração que implique a realização de um novo estudo.-----

5. Análise dos parâmetros urbanísticos-----

5.1. A proposta agora apresentada, que consubstancia o **4º pedido de alterações à licença da operação de loteamento 2/2004**, com incidência nas especificações do **lote n.º 1, no na alteração do uso da fração "A"**, mantém inalterados todos os parâmetros urbanísticos;-----

5.2. Considerando que as alterações objeto de aditamento, não alteram nenhum dos parâmetros urbanísticos consagrados no artigo 21.º do Regulamento do PDM, e que levaram às anteriores aprovações e aditamentos, no que diz respeito a Áreas de cedência ao Município, nomeadamente:-----

– Área total do terreno-----

– Área bruta de construção-----

5.3. Assim, não haverá lugar a qualquer área de cedência ou compensação por áreas não cedidas;-----

6. Considerações do Parecer-----

6.1. Considerando que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 27º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º 136/2014 de 09/09, não ocorreu oposição escrita por parte de nenhum proprietário no prazo de 10 dias, após o gestor de procedimento ter procedido à sua notificação, conforme o descrito no n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento Municipal de urbanização e edificação;-----

6.2. Considerando que são respeitados todos os parâmetros urbanísticos pelo que não há nada a opor à aprovação da alteração da operação de loteamento em análise;-----

7. Proposta de decisão-----

7.1. Face ao descrito, sou a propor que seja adotada a deliberação no sentido de **deferir o 4º pedido de alterações à licença**, solicitado nos termos do artigo 27º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14 de 09/09;-----

7.2. Neste contexto, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 76º, do DL n.º 555/99 de 16/12, e ulteriores alterações, o requerente dispõe do prazo de um ano para requerer formalmente a emissão do 4.º aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 2/2004, sob pena de caducidade desta deliberação, conforme previsto no n.º 2 do artigo 71.º do citado diploma legal, devendo para o efeito instruir o seu pedido com os elementos mencionados no n.º 1, do artigo 2.º, da Portaria n.º 216-E/2008 de 03/03, designadamente:-----

– Planta de síntese da operação de loteamento em base transparente (5 exemplares)-----

– Descrição pormenorizada do lote com indicação dos artigos matriciais de proveniência;-----

– Atualização das certidões da conservatória do registo predial anteriormente entregues, no caso de estas não se encontrarem válidas.

7.3. Mais se informa que pela emissão do aditamento ao alvará deverão ser liquidadas as correspondentes taxas previstas pelo artigo 117.º, do Decreto-Lei n.º 136/14 de 09/09/2014, as quais se encontram estabelecidas no Regulamento Municipal de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, conforme folha anexa;-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 20.09.2018:-----

Visto. Atenta a fundamentação de facto e de direito elencada na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de alterações à licença de loteamento titulada pelo alvará n.º 2/2004, nos termos propostos no item "7 - Proposta de Decisão" deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.01-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018/10.01.-----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ N.º 15/92, PEDIDO DE ALTERAÇÃO - PROCESSO N.º 6/10 - DIOCLECIANO AUGUSTO PEREIRA LEITE SOUSA PIMENTAL - CAMINO DE CASAS DOS MONTES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 18.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução /Antecedentes-----

1.1. O requerente acima referido, na qualidade de proprietário do lote 1, solicitou, através de requerimento n.º1005/18, 2º pedido de alteração às especificações da Licença do loteamento titulada pelo Alvará n.º 15/92, emitido em nome de Norberto Anjos Fernandes, sito no Caminho das Casas dos Montes - Avenida Luis Chaves, freguesia de Santa Maria Maior em Chaves, referente ao processo n.º 6/10, com incidência nas especificações do lote n.º 1;-----

1.2. As alterações foram objeto de publicação em Edital n.º 72/2018 de 08 de agosto de 2018, conforme o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;-----

2. Enquadramento Legal-----

2.1. No regime jurídico consagrado no DL 136/14 de 09/09-----

O pedido do interessado enquadra-se numa alteração à licença, nos precisos termos do descrito no artigo 27.º do supra referido diploma legal;-----

2.2. Nos instrumentos de Planeamento em vigor-----

2.2.1. De acordo com extrato da planta nº 34A do Plano Diretor Municipal, o loteamento objeto do pedido, encontra-se inserido em Classe 1, Categoria 1.1 - cidade de Chaves;-----

2.2.2. Segundo a planta de condicionantes sobre o terreno não impende nenhuma servidão ou restrição de ordem pública;-----

2.2.3. No passado dia 18 de abril de 2018, foi publicado em Diário da República, 2ª série, através de Aviso n.º5233/2018, a Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves.---- Neste contexto passam a ser válidas as novas regras de edificabilidade aí preconizadas;-----

3. Análise da pretensão-----

3.1. Com o presente pedido, o requerente pretende levar a efeito o **2.º aditamento** às especificações do loteamento com Alvará n.º 15/92, o qual se projeta no Lote 1, do qual é proprietário, mantendo inalterados todos os restantes parâmetros urbanísticos;-----

Alterações resultantes do presente pedido - lote n.º1-----

- Alteração da configuração do polígono de implantação-----
- Alteração do afastamento da edificação ao limite norte do muro, alinhando-o com os lotes 7 e 8 - situação que deverá ser repetida no Lote 2-----

- Alteração do nº de pisos de 2 para 3, passando a prever cave --

- Aumento da área bruta de construção-----

3.2. Passam assim a constar os seguintes valores no que se refere ao Lote 1, conforme apresentados no Quadro Sinóptico:-----

Lote 1	Existente	Proposta	Diferença
Área do Lote	383,00m²	383,00m²	-
Área de Implantação	100,00m²	140,00m²	+40,00m²
Área de construção	200,00m²	400,00m²	+200,00m²
N.º Pisos	2	3 (2 acima cota soleira + 1 abaixo cota soleira)	+1
Volume de construção	600,00m³	1.200,00m³	+600,00m³

4. Áreas de cedência ao município-----

4.1. Atendendo a que o alvará de loteamento n.º15/92, previu áreas gerais destinadas para Espaços verdes e/ou de utilização coletiva, infraestruturas e equipamentos públicos num total de 1.682,00m²;-----

4.2. No que respeita ao regime de cedências em loteamentos, o pedido de alteração à licença da operação de loteamento n.º 15/92, está sujeito ao descrito no artigo 21º do regulamento do Plano Diretor Municipal (P.D.M.), no que respeitadas às alterações propostas.-----

4.3. Da aplicabilidade da norma referida, pode-se concluir que o pedido de alterações à licença, fica apenas sujeito ao previsto na alínea b), do n.º 2, do artigo 21º do P.D.M., pelo facto da área total do terreno objeto da operação de loteamento se manter inalterada, das quais as restantes alíneas estão diretamente relacionadas.-----

4.4. O pedido de alteração às especificações do alvará de loteamento n.º 15/92, para efeitos do regime de áreas de cedência em loteamentos mencionado no parágrafo anterior, consubstancia um aumento da área bruta de construção de **200,00m²**, considera-se que sobre esta apenas recai o previsto na alínea b) n.º 2 do artigo 21.º do regulamento do P.D.M. no respeitante às alterações introduzidas (aumento da área bruta de construção em **200,00m²**);-----

4.5. Face ao exposto, e aplicando a norma retro citada, deverá a requerente compensar o município pela área não cedida para equipamentos públicos e que corresponde a **200,00m²** [$0,00m² \leq 25\% (200,00m²) = 0,00m² \leq 50,00m²$], -----

4.6. Neste caso, o regime das compensações previstas no n.º 4, do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 136/2014 de 09/09, sobre as alterações introduzidas, a calcular nos termos do artigo 30º do Regulamento de liquidação de taxas e cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, conforme quadro abaixo apresentado:-----

REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E LICENÇAS					
TABELAS DE TAXAS E LICENÇAS DEVIDAS PELA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS					
QUADRO XIX					
PARÂMETROS PARA CÁLCULO DE COMPENSAÇÕES AO MUNICÍPIO (ARTIGO 67º)					
LOCALIZAÇÃO	ZONA	ÍNDICE DE CONSTRUÇÃO	FACTOR DE LOCALIZAÇÃO (L)	COEFICIENTE URBANÍSTICO LOTEAMENTO (K)	
CHAVES	DENSIDADE SUPERIOR	1,20	1,00	0,25	
	DENSIDADE MÉDIA	0,80	0,90	0,20	
	DENSIDADE INFERIOR	0,50	0,80	0,18	
	ÁREA PERIURBANAS	0,50	0,60	0,18	
PORTARIA 379/2017 DE 19 DE DEZEMBRO					
482,40€ VALOR MÉDIO DE CONSTRUÇÃO POR METRO QUADRADO para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, a vigorar no ano de 2018				482,40	
	482,4				
densidade superior					
C	L	K	A'	V	
1	1,00	0,25	50,00	482,40	C1 3.015,00 €

4.7. Assim, a compensação devida ao município pelo requerente, relativa às áreas não cedidas para integração no domínio municipal para equipamentos, é de € 3.015,00 (três mil setecentos e quinze euros) correspondente à não cedência de 50,00m² (resultante do aumento da área bruta de construção em 200,00m²).¹-----

5. Proposta de decisão-----

5.1. Considerando que, findo o prazo de publicação do Edital, e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 27º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º 136/2014 de 09/09, não ocorreu oposição escrita por parte de nenhum proprietário;-----

5.2. O pedido encontra-se instruído com os elementos mencionados na Portaria 113/2015, de 22 de abril, e com o Regulamento Municipal de urbanização e Edificação;-----

5.3. Considerando que são respeitados todos os parâmetros urbanísticos, pelo que nada há a opor à aprovação da alteração da operação de loteamento em análise;-----

5.4. Face ao descrito, sou a propor que seja adotada a deliberação no sentido de **deferir o 2º pedido de alterações à licença da operação de loteamento titulada pelo Alvará n.º15/92** em nome de Norberto dos Anjos Fernandes, Caminho das Casas dos Montes, solicitado nos termos do

¹ L - Fator de localização -----
 K - Coeficiente urbanístico do loteamento -----
 A - Valor em metros quadrados da área não cedida. -----
 V - 482,40€ VALOR MÉDIO DE CONSTRUÇÃO POR METRO QUADRADO para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, a vigorar no ano de 2018 -----
 C - Valor da Compensação devida ao Município. -----

artigo 27º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14 de 09/09;-----

5.5. Neste contexto, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 76º, do DL n.º 555/99 de 16/12, e ulteriores alterações, o requerente dispõe do prazo de um ano para requerer formalmente a emissão do 2.º aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 15/92, sob pena de caducidade desta deliberação, conforme previsto no n.º 2 do artigo 71.º do citado diploma legal, devendo para o efeito instruir o seu pedido com os elementos mencionados no n.º 1, do artigo 2.º, da Portaria n.º 216-E/2008 de 03/03, designadamente:-----

– Planta de síntese da operação de loteamento em base transparente (5 exemplares)-----

– Descrição pormenorizada dos lotes com indicação dos artigos matriciais de proveniência;-----

– Atualização das certidões da conservatória do registo predial anteriormente entregues (no caso de estas não se encontrarem válidas)

5.6. Mais se informa que pela emissão do aditamento ao alvará deverão ser liquidadas as correspondentes taxas previstas pelo artigo 117.º, do Decreto-Lei n.º 136/14 de 09/09/99, as quais se encontram estabelecidas no Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, conforme folha anexa.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 20.09.2018:-----

Visto. Atenta a fundamentação de facto e de direito elencada nesta informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de alterações à licença da operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 15/92, nos termos e para ao efeitos preconizados nos itens 4 e 5, deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10/01-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018/10/01.-----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. CONSTRUÇÃO DE MUROS DE VEDAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 503/18 - CARLOS LOPES DE AZEVEDO - LUGAR DE RIBALTA, LOTE 7, S. BERNARDINO II, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 07.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Introdução-----

1.1. -Através do requerimento n.º 1347/18 o requerente vem solicitar a legalização dos muros, sita no lote n.º 7, Lugar da Ribalta, no Loteamento S. Bernardino II, Freguesia de Outeiro Seco, em Chaves.---

1.2- O lote de terreno, de acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial, tem a área de 244.00 m2 é parte integrante do alvará

de loteamento 14/1988, está descrito na Conservatória do Registo Predial com o n.º 799/19881114, da freguesia de Outeiro Seco, em Chaves.-----

II - Antecedentes-----

O Sr. Carlos Lopes Azevedo possui alvará de licença de obras de construção de muros de vedação -L.O. n.º405/95, sita no Loteamento S. Bernardino II, Freguesia de Outeiro Seco, em Chaves.-----

Através da informação do Serviço de Fiscalização -Inf. N.º 30/13 e 56/DAF/2018 -refere que foram executadas de muros de suporte de terras sem a devida autorização para a sua execução. -----

III- Enquadramento Urbanístico-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 503/18 - o terreno situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.1- Cidade de Chaves. -----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 503/18 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE), ---

3.3- Normas Especiais - Loteamentos-----

A operação urbanística em causa- Legalização de muro de vedação do lote- ocupa o lote n.º 7 do alvará de loteamento n.º 14/88- Loteamento S. Bernardino II, Freguesia de Outeiro Seco, em Chaves-----

IV - Saneamento e Avaliação Liminar -----

Relativamente às questões de ordem formal e processual, constata-se que o projeto de arquitetura apresentado sob requerimento n.º 1347/18, cumpre os termos e o disposto no n.º 1 do artigo 20.º do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como fazem parte os Elementos instrutórios III, constantes do n.º 15 e 16 do Anexo I, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril.-----

V - Responsabilidade-----

Os termos de responsabilidade apresentados estão assinados por técnicos legalmente habilitados e instruídos ao abrigo da legislação em vigor, nos termos e disposto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, bem como o disposto no n.º5 artigo 73.º-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

VI - Caracterização e Análise da Pretensão -----

O pedido formulado através do requerimento n.º 1347/18 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º1 do artigo 73-C do RMUE, apresenta projeto de arquitetura e especialidades inerentes à execução do muro em apreço.- Face às peças desenhadas do projeto apresentado e que consta em anexo, pode-se constatar que :-----

►A intervenção baseia-se na legalização de um muro -----

►O perímetro do muro a legalizar 46,00 ml -----

► A altura do muro que confronta com a via pública é de 3,0 ml-----
Trata-se pois de uma edificação existente, enquadrando-se assim, no n.º 3 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 4 do art.º 73-C do RMUE.-----

O procedimento de legalização da edificação consubstancia **Vistoria Municipal**, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C do RMUE. Da realização da referida Vistoria foi lavrado o respetivo auto de vistoria n.º 64 /18 (que consta anexo ao processo e do qual se deverá dar conhecimento ao requerente), que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção

urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutóriamente o procedimento de legalização.-----
Face ao teor do auto de vistoria n.º 64/18, depreende-se que nada a opor à sua legalização. -----

VII - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----

Considerando que o pedido formulado através do requerimento n.º 1347/18 e ulteriores requerimentos, encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º 1 do artigo 73-C do RMUE,-----

Considerando que o muro de vedação a legalizar tem a altura de 3,00 metros, numa extensão de 46,00 ml e está executado em alvenaria de pedra. -----

Considerando que, se trata de uma operação urbanística de obras de edificação de um muro de vedação já existente, no âmbito das quais não se justifica a execução de qualquer tipo de obras, o pedido em causa enquadra-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RMUE.-----

Considerando que o procedimento de legalização da edificação é precedido de **Vistoria Municipal**, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C do RMUE.-----

Considerando que da realização da referida Vistoria foi lavrado o auto de vistoria n.º 64/18 (que consta anexo ao processo e do qual se deverá dar conhecimento ao requerente), que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutóriamente o procedimento de legalização, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no muro de vedação, objeto de pedido de legalização das obras de construção.-
No processo em causa encontra-se o projeto de arquitetura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que:-----

►A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída; -----

►O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE; -----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados as obras de edificação do referido muro de vedação cumprem as normas legais e regulamentares em vigor. -----

VIII - Da Proposta em Sentido estrito-----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigos 102.º- A e 4.º do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que

se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem o licenciamento das mesmas.-----

c) Caso a Câmara Municipal, delibere deferir o presente pedido de legalização de legalização da operação urbanística correspondente a um muro de vedação sito no lote n.º 7, Lugar da Ribalta, no Loteamento S. Bernardino II-alvará n.º 14/88-, Freguesia de Outeiro Seco, em Chaves e tendo -se constatado, aquando da vistoria prevista no artigo 73.º-C do RMUE, que não carece de obras de correção e/ou adaptação e que o prédio urbano no qual o mesmo se insere, **o título a emitir será o "Alvará de Licença Especial de Legalização"**.-----

X - Das Taxas Devidas pela Emissão de Alvará-----

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção II	APRECIACÃO DE OPERAÇÕES DE RECONSTRUÇÃO E ALTERAÇÃO			
Artigo 49º	Muros de suporte ou de vedação, ou outro tipo de vedações, inseridos ou não em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores.	1	21,60 €	21,60 €
	TOTAL-1			21,60 €
SECÇÃO V	VISTORIAS			
ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º1	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	1	52,95 €	52,95 €
	TOTAL-2			52,55 €
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 10	Muros de suporte ou de vedação, ou outro tipo de vedações, por metro linear, inseridos ou não em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce ao valor referido em 1:	46,00	1,00 €	46,00 €
	TOTAL-3			110,85 €

TOTAL-1			21,60 €
TOTAL-2			52,95 €
TOTAL-3			110,85 €
VALOR GLOBAL			185,40 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 18.09.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (muro de vedação), o qual deverá ser titulado por alvará de licença especial de legalização, a requerer pelo interessado.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.24-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018/09/25.-----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. CONSTRUÇÃO DE MUROS DE VEDAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 504/18 - CARLOS LOPES DE AZEVEDO - LUGAR DE RIBALTA, LOTE 6, S. BERNARDINO II, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 07.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Introdução-----

1.1. -Através do requerimento n.º 1348/18 o requerente vem solicitar a legalização dos muros, sita no lote n.º 6, Lugar da Ribalta, no Loteamento S. Bernardino II, Freguesia de Outeiro Seco, em Chaves.---

1.2- O lote de terreno, de acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial, tem a área de 624.00 m2 é parte integrante do alvará de loteamento 14/1988, está descrito na Conservatória do Registo Predial com o n.º 797/19881114, da freguesia de Outeiro Seco, em Chaves.-----

II - Antecedentes-----

O Sr. Carlos Lopes Azevedo possui alvará de licença de obras de construção de muros de vedação -L.O. n.º405/95, sita no Loteamento S. Bernardino II, Freguesia de Outeiro Seco, em Chaves.-----

Através da informação do Serviço de Fiscalização -Inf. N.º 30/13 e 56/DAF/2018 -refere que foram executadas de muros de suporte de terras sem a devida autorização para a sua execução. -----

III- Enquadramento Urbanístico-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 505/18 - o terreno situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.1- Cidade de Chaves. -----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 504/18 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE), ---

3.3- Normas Especiais - Loteamentos-----

A operação urbanística em causa- Legalização de muro de vedação do lote- ocupa o lote n.º 6 do alvará de loteamento n.º 14/88- Loteamento S. Bernardino II, Freguesia de Outeiro Seco, em Chaves-----

IV - Saneamento e Apreciação Liminar -----

Relativamente às questões de ordem formal e processual, constata-se que o projeto de arquitetura apresentado sob requerimento n.º 1348/18, cumpre os termos e o disposto no n.º 1 do artigo 20.º do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como fazem parte os Elementos instrutórios III, constantes do n.º 15 e 16 do Anexo I, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril.-----

V - Responsabilidade-----

Os termos de responsabilidade apresentados estão assinados por técnicos legalmente habilitados e instruídos ao abrigo da legislação em vigor, nos termos e disposto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, bem como o disposto no n.º5 artigo 73.º-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

VI - Caracterização e Análise da Pretensão -----

O pedido formulado através do requerimento n.º 1348/18 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º1 do artigo 73-C do RMUE, apresenta projeto de arquitetura e especialidades inerentes à execução do muro em apreço.- Face às peças desenhadas do projeto apresentado e que consta em anexo, pode-se constatar que :-----

►A intervenção baseia-se na legalização de um muro -----

►O perímetro do muro a legalizar 7,20 ml -----

► A altura do muro que confronta com a via pública é de 3,0 ml-----
Trata-se pois de uma edificação existente, enquadrando-se assim, no n.º 3 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 4 do art.º 73-C do RMUE.-----

O procedimento de legalização da edificação consubstancia **Vistoria Municipal**, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C do RMUE. Da realização da referida Vistoria foi lavrado o respetivo auto de vistoria n.º 63 /18 (que consta anexo ao processo e do qual se deverá dar conhecimento ao requerente), que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutóriamente o procedimento de legalização.-----

Face ao teor do auto de vistoria n.º 63/18, depreende-se que nada a opor à sua legalização. -----

VII - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----

Considerando que o pedido formulado através do requerimento n.º 1348/18 e ulteriores requerimentos, encontra-se abrangido pelo disposto no artigo102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º1 do artigo 73-C do RMUE,-----

Considerando que o muro de vedação a legalizar tem a altura de 3,00 metros, numa extensão de 7,20 ml e está executado em alvenaria de pedra. -----

Considerando que, se trata de uma operação urbanística de obras de edificação de um muro de vedação já existente, no âmbito das quais não se justifica a execução de qualquer tipo de obras, o pedido em causa enquadra-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RMUE.-----

Considerando que o procedimento de legalização da edificação é precedido de **Vistoria Municipal**, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C do RMUE.-----

Considerando que da realização da referida Vistoria foi lavrado o auto de vistoria n.º 63/18 (que consta anexo ao processo e do qual se deverá dar conhecimento ao requerente), que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutóriadamente o procedimento de legalização, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no muro de vedação, objeto de pedido de legalização das obras de construção.- No processo em causa encontra-se o projeto de arquitetura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que:-----

►A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída; -----

►O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE; -----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados as obras de edificação do referido muro de vedação cumprem as normas legais e regulamentares em vigor. -----

VIII - Da Proposta em Sentido estrito-----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigos 102.º- A e 4.º do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem o licenciamento das mesmas.-----

c) Caso a Câmara Municipal, delibere deferir o presente pedido de legalização de legalização da operação urbanística correspondente a um muro de vedação sito no lote n.º 5, Lugar da Ribalta, no Loteamento S. Bernardino II-alvará n.º 14/88-, Freguesia de Outeiro Seco, em Chaves e tendo -se constatado, aquando da vistoria prevista no artigo 73.º-C do RMUE, que não carece de obras de correção e/ou adaptação e que o prédio urbano no qual o mesmo se insere, **o título a emitir será o "Alvará de Licença Especial de Legalização".-----**

X - Das Taxas Devidas pela Emissão de Alvará-----

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			

Subsecção II	APRECIACÃO DE OPERAÇÕES DE RECONSTRUÇÃO E ALTERAÇÃO			
Artigo 49.º	Muros de suporte ou de vedação, ou outro tipo de vedações, inseridos ou não em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores.	1	21,60 €	21,60 €
	TOTAL-1			21,60 €
SECÇÃO V	VISTORIAS			
ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º1	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	1	52,95 €	52,95 €
	TOTAL-2			52,95 €
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 10	Muros de suporte ou de vedação, ou outro tipo de vedações, por metro linear, inseridos ou não em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce ao valor referido em 1:	7,20	1,00 €	7,20 €
	TOTAL-3			72,05 €

TOTAL-1			21,60 €
TOTAL-2			52,95 €
TOTAL-3			72,05 €
VALOR GLOBAL			146,60 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 18.09.2018:-----
Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (muro de vedação), o qual deverá ser titulado por alvará de licença especial de legalização, a requerer pelo interessado.-----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.24-----
A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VÍCTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018/09/25.-----
À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. CONSTRUÇÃO DE MUROS DE VEDAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 505/18 - CARLOS LOPES DE AZEVEDO - LUGAR DE RIBALTA, LOTE 5, S.

BERNARDINO II, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 07.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Introdução-----

1.1. -Através do requerimento n.º 1349/18 o requerente vem solicitar a legalização dos muros, sita no lote n.º 5, Lugar da Ribalta, no Loteamento S. Bernardino II, Freguesia de Outeiro Seco, em Chaves.---

1.2- O lote de terreno, de acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial, tem a área de 620.00 m2 é parte integrante do alvará de loteamento 14/1988, está descrito na Conservatória do Registo Predial com o n.º 797/19881114, da freguesia de Outeiro Seco, em Chaves.-----

II - Antecedentes-----

O Sr. Carlos Lopes Azevedo possui alvará de licença de obras de construção de muros de vedação -L.O. n.º405/95, sita no Loteamento S. Bernardino II, Freguesia de Outeiro Seco, em Chaves.-----

Através da informação do Serviço de Fiscalização -Inf. N.º 30/13 e 56/DAF/2018 -refere que foram executadas de muros de suporte de terras sem a devida autorização para a sua execução. -----

III- Enquadramento Urbanístico-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 505/18 - o terreno situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.1- Cidade de Chaves. -----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 505/18 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE), ---

3.3- Normas Especiais - Loteamentos-----

A operação urbanística em causa- Legalização de muro de vedação do lote- ocupa o lote n.º 5 do alvará de loteamento n.º 14/88- Loteamento S. Bernardino II, Freguesia de Outeiro Seco, em Chaves-----

IV - Saneamento e Avaliação Liminar -----

Relativamente às questões de ordem formal e processual, constata-se que o projeto de arquitetura apresentado sob requerimento n.º 1349/18, cumpre os termos e o disposto no n.º 1 do artigo 20.º do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como fazem parte os Elementos instrutórios III, constantes do n.º 15 e 16 do Anexo I, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril.-----

V - Responsabilidade-----

Os termos de responsabilidade apresentados estão assinados por técnicos legalmente habilitados e instruídos ao abrigo da legislação em vigor, nos termos e disposto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, bem como o disposto no n.º5 artigo 73.º-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

VI - Caracterização e Análise da Pretensão -----

O pedido formulado através do requerimento n.º 1349/18 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º1 do artigo 73-C do RMUE, apresenta projeto de arquitetura e especialidades inerentes à execução do muro em apreço.- Face às peças desenhadas do projeto apresentado e que consta em anexo, pode-se constatar que :-----

►A intervenção baseia-se na legalização de um muro -----

►O perímetro do muro a legalizar 20,00 ml -----
 ► A altura do muro que confronta com a via publica é de 3,0 ml-----
 Trata-se pois de uma edificação existente, enquadrando-se assim, no
 n.º 3 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 4 do art.º 73-C do
 RMUE.-----

O procedimento de legalização da edificação consubstancia **Vistoria Municipal**, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C do RMUE. Da realização da referida Vistoria foi lavrado o respetivo auto de vistoria n.º 62 /18 (que consta anexo ao processo e do qual se deverá dar conhecimento ao requerente), que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutóriamente o procedimento de legalização.-----
 Face ao teor do auto de vistoria n.º 62/18, depreende-se que nada a opor à sua legalização. -----

VII – Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----

Considerando que o pedido formulado através do requerimento n.º 1349/18 e ulteriores requerimentos, encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º 1 do artigo 73-C do RMUE,-----

Considerando que o muro de vedação a legalizar tem a altura de 3,00 metros, numa extensão de 20,00 ml e está executado em alvenaria de pedra. -----

Considerando que, se trata de uma operação urbanística de obras de edificação de um muro de vedação já existente, no âmbito das quais não se justifica a execução de qualquer tipo de obras, o pedido em causa enquadra-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RMUE.-----

Considerando que o procedimento de legalização da edificação é precedido de **Vistoria Municipal**, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C do RMUE.-----

Considerando que da realização da referida Vistoria foi lavrado o auto de vistoria n.º 64/18 (que consta anexo ao processo e do qual se deverá dar conhecimento ao requerente), que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutóriamente o procedimento de legalização, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no muro de vedação, objeto de pedido de legalização das obras de construção.-
 No processo em causa encontra-se o projeto de arquitetura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que:-----

►A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída; -----
 ►O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE; -----
 ►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados as obras de edificação do referido muro de vedação cumprem as normas legais e regulamentares em vigor. -----

VIII – Da Proposta em Sentido estrito-----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigos 102.º- A e 4.º do RJUE

e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem o licenciamento das mesmas.-----

c) Caso a Câmara Municipal, delibere deferir o presente pedido de legalização de legalização da operação urbanística correspondente a um muro de vedação sito no lote n.º 5, Lugar da Ribalta, no Loteamento S. Bernardino II-alvará n.º 14/88-, Freguesia de Outeiro Seco, em Chaves e tendo -se constatado, aquando da vistoria prevista no artigo 73.º-C do RMUE, que não carece de obras de correção e/ou adaptação e que o prédio urbano no qual o mesmo se insere, **o título a emitir será o "Alvará de Licença Especial de Legalização"**.-----

X - Das Taxas Devidas pela Emissão de Alvará-----

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção II	APRECIACÃO DE OPERAÇÕES DE RECONSTRUÇÃO E ALTERAÇÃO			
Artigo 49º	Muros de suporte ou de vedação, ou outro tipo de vedações, inseridos ou não em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores.	1	21,60 €	21,60 €
	TOTAL-1			21,60 €
SECÇÃO V	VISTORIAS			
ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º1	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	1	52,95 €	52,95 €
	TOTAL-2			52,95 €
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 10	Muros de suporte ou de vedação, ou outro tipo de vedações, por metro linear, inseridos ou não em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce ao valor referido em 1:	20,00	1,00 €	20,00 €
	TOTAL-3			84,85 €

TOTAL-1			21,60 €
TOTAL-2			52,95 €
TOTAL-3			84,85 €
VALOR GLOBAL			159,40 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 18.09.2018:-----
Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (muro de vedação), o qual deverá ser titulado por alvará de licença especial de legalização, a requerer pelo interessado.-----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.24-----
A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018/09/25.-----
À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. ALTERAÇÕES A SUINICULTURA, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 48/05 - RUI MANUEL PEREIRA XAVIER - LUGAR DE PEDREIRA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 19.09.2018.--
Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Introdução-----

Através do requerimento n.º 1297/18 o requerente vem solicitar a legalização das alterações à Suinicultura e ovil licenciado sob o n.º 465/05, sita no Lugar da Pedreira na Freguesia de São Pedro de Agostém, em Chaves.-----

II - Antecedentes-----

O requerente possui alvará de licença de obras n.º 465/05, bem como alvará de licença de utilização n.º 173/06, referente a uma Suinicultura, no Lugar da Pedreira, na União das Freguesias de São Pedro de Agostém, em Chaves.-----

Através do requerimento n.º 1042/17 o requerente solicitou a emissão de alvará de licença de utilização, no qual constasse que a edificação licenciada sob o n.º 465/2005 e licença de utilização n.º 173/06, sita no lugar da Pedreira, na freguesia de S. Pedro de Agostém se destinava a suinicultura e ovinicultura, a qual foi indeferida por despacho de 14/08/2017.-----

Posteriormente, a Fiscalização por deslocação ao local, elaborou a informação n.º 50/DAF/FISC/2018, bem como a Participação n.º 53/2018.

III - Saneamento e apreciação liminar-----

O projeto apresentado sob requerimento n.º 1297/18 refere-se a uma legalização de alterações à construção existente e ampliação, apresentando para o efeito o projeto de arquitetura nomeadamente:----

- Peças escritas com Termos de responsabilidade, documentos de legitimidade, memória descritiva e justificativa da pretensão;-----
- Peças desenhadas com o levantamento topográfico, plantas de localização, plantas, alçados e cortes;-----

-Respeitando o disposto na Portaria 113/2015, de 22 de Abril relativamente aos Elementos instrutórios III, constantes do n.º 15 do Anexo I.-----

-Consta ainda os projetos de especialidades, pelo que cumpre os termos e o disposto no n.º 4 do artigo 20.º do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como fazem parte os Elementos instrutórios III, constantes do n.º 16 do Anexo I, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril ao tipo de legalização em apreço.-----

IV- Enquadramento Urbanístico-----

4.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

4.1.1- De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º48 /05 - as edificações objeto de intervenção situa-se de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, na Classe 4- Espaços Agrícolas e Florestais, na Categoria 4.3- Espaços Agroflorestais e na Subcategoria 4.3.A- Espaços Agroflorestais Comuns.-----

4.1.2- Alteração e Republicação do Regulamento do PDM de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.-----

4.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 48/05 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE),----

4.3- Regulamentos Municipais-----

O processo n.º 48/05, enquadra-se no disposto no n.º2 do artigo 5.º do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

V - Responsabilidade-----

Os termos de responsabilidade apresentados estão assinados por técnicos legalmente habilitados e instruídos ao abrigo da legislação em vigor, nos termos e disposto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE.-----

VI - Caracterização e Análise da Pretensão-----

O requerente através do requerimento n.º 1297/18, apresenta pedido de legalização de ampliação e alterações à construção licenciada sob o n.º 465/05 mantendo-se o uso licenciado inicialmente-Suinicultura.---

O terreno onde se encontra edificada a pocilga está registada na conservatória de registo predial- registo n.º 777/19920702 como prédio misto, artigo rustico (6469) e urbano (1759-P), com a seguinte descrição-----

Área total = 99 375,00 m2-----

Área coberta =1298,90 m2-----

Área descoberta =98076,10 m2-----

Dada a pretensão, legalização de ampliação da edificação existente, e de acordo com o preceituado no n.º6 do artigo 73-C do RMUE, pelo que o processo em causa foi à Comissão de Vistorias, a qual procedeu à realização da Vistoria Municipal, em conformidade com o plasmado no n.º8 do artigo 73-C conjugado com os números 6,7 e 9 por forma a legalizar a edificação, conforme auto n.º 70/2018 de 02/08/2018.-----

De acordo com memória descritiva e justificativa apresentada e que consta em anexo, é referido:-----

►Que a construção existente possui uma área bruta de construção de 1298,00 m² e referia-se a 3 pavilhões, sendo que um deles era para armazém e ovil e os outros 2 eram para engorda, licença de obras n.º 465/05;-----

►Entretanto o requerente alterou o pavilhão de engorda designado por pavilhão 2 e construiu mais um pavilhão para a engorda e ampliou o armazém ;-----

►Construiu ainda umas edificações de apoio à exploração;-----

►Possui uma área de ampliação de 772,10 m², perfazendo neste momento uma área bruta de construção de 2070,10 m²; -----

VII - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----

Considerando que o projeto de arquitetura apresentado, respeita o disposto no n.º 1 do artigo 20.º do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como fazem parte os Elementos instrutórios III, constantes do n.º 15 do Anexo I, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, enquadrando-se ainda nos parâmetros urbanísticos referidos no Regulamento do PDM alterado e republicado em DR.-----

Considerando que o projeto de arquitetura apresentado se adequa com as normas legais e regulamentares em vigor, bem como se enquadra nos parâmetros urbanísticos referidos no Regulamento do PDM alterado e republicado em DR e o uso **proposto de Suinicultura**;-----

Considerando que a edificação insere-se no preceituado na alínea a) do n.º1 do artigo 35.º e ainda o disposto no artigo 36.º da alteração ao regulamento do PDM, $0,25 \times 99\,375,00\text{ m}^2 = 24\,843,75\text{ m}^2 > 2\,070,10\text{ m}^2$ (área bruta a construir), sendo a proposta de legalização de 772,10 m². -----

Artigo 35.º Usos supletivos-----

2 - Para além dos casos referidos no n.º 4 do artigo anterior, nos espaços que integram esta classe e suas categorias só poderão ser autorizadas, como usos supletivos do uso dominante, as atividades, edificações, instalações e infraestruturas a seguir enumeradas:-----

b) Instalações diretamente adstritas às explorações agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais;-----

Artigo 36.º Instalações adstritas às explorações-----

As instalações adstritas às explorações agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais só poderão ser autorizadas se cumprirem os seguintes requisitos, cumulativamente com as regras gerais constantes do artigo anterior:-----

3) Instalações de apoio às atividades agrícola, silvo-pastoril ou florestal que não se destinem a albergar animais - a área total de construção deste tipo de edificações não poderá exceder os seguintes valores, em função do valor A da área da parcela em que se localizem:

c) $25\% \times A$, se A não exceder 1000 m²;-----

d) $250\text{ m}^2 + 10\% (A - 1000\text{ m}^2)$, se A for superior 1000 m²;-----

4) Instalações agropecuárias - a edificação de estábulos, salas de ordenha, pocilgas ou quaisquer outras instalações para criação de gado ou alojamento de animais cumprirá as seguintes regras:-----

f) Devem implantar-se, preferencialmente, em parcelas pertencentes à categoria 4.3 - espaços agro-florestais, só se admitindo a sua implantação em parcelas pertencentes a qualquer das outras categorias de espaços que integram esta classe no caso de reaproveitamento de instalações preexistentes ou quando o município reconheça que o interessado não dispõe de alternativa de localização economicamente viável e sem prejuízo dos condicionamentos impostos por outras entidades que eventualmente detenham jurisdição sobre o local;-----

g) A sua localização e implementação cumprirão todos os condicionamentos legais aplicáveis a cada caso, tendo ainda de

garantir, quando outros parâmetros não estiverem legal ou regularmente estabelecidos, um afastamento mínimo de 200 m, quando se trate de instalações de suínos ou caprinos, e 100 m, nas restantes explorações, às linhas limites dos aglomerados - classe de espaços urbanos e urbanizáveis - e a quaisquer outras edificações existentes, licenciadas, ou previstas em projetos de ordenamento urbano plenamente eficazes, excepto aquelas que se destinem exclusivamente a atividades agrícolas, agropecuárias ou florestais;-----

h) As parcelas onde se localizam deverão possuir uma dimensão tal que a distância entre o perímetro destas edificações e as extremas da parcela nunca seja inferior a 10 m;-----

i) As edificações desenvolver-se-ão num só piso acima do solo;----

j) Sem prejuízo do disposto nas duas alíneas anteriores, a área bruta de construção máxima admissível para o conjunto edificado é a que corresponder à aplicação do $I_c = 0,25 \text{ m}^2/\text{m}^2$ à área da parcela;---
Considerando ainda, que consta do processo os termos de responsabilidade ao nível do projeto de arquitetura e especialidades, em conformidade legal e regulamentar, garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.-----

Considerando que possui as infraestruturas necessárias, nomeadamente, rede de abastecimento de água, através de furo próprio, saneamento através de fossa estanque, e rede de abastecimento de eletricidade e arrumamento em terra batida. -----

Considerando que o projeto de arquitetura apresentado se adequa com as normas legais e regulamentares em vigor, nomeadamente a inserção urbana, com o regulamento do PDM.-----

Considerando que não se prevê quaisquer obras, a legalização é titulada por autorização de utilização, devendo o processo estar instruído de acordo com os elementos definidos na Portaria 113/2015 de 22 de Abril. No processo em causa encontra-se o projeto de arquitetura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis. A edificação existente e licenciada possui uma área de 1298,00 m². A área a legalizar refere-se a ampliação de mais um pavilhão e edificações de apoio a atividade de suinicultura, com área de 772,10 m².-----

Face ao supracitado e o descrito no auto de vistoria n.º 70/2018, nada a opor à sua legalização.-----

Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que :-----

►A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída; -----

►O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados à edificação cumprem a alteração ao regulamento do PDM publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018. -----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados às edificações cumprem os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 36.º da alteração do Regulamento do PDM na versão em vigor;

►As obras a legalizar, refere-se a um aumento de área de construção de 772,10 m².-----

►A área bruta de construção final é de 2070,10 m², inferior à máxima admissível pelo cumprimento do índice $I_c = 0,25 \text{ m}^2/\text{m}^2$ ($0,25 \times 99\,375,00 \text{ m}^2 = 24\,843,75 \text{ m}^2$).-----

VIII - Da Proposta em Sentido estrito-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de deferimento das obras realizadas sem controlo prévio e o deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização da operação urbanística correspondente à utilização existente - **edificação de pavilhões de apoio à suinicultura** com área de 772,10 m².-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização da operação urbanística, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. -----

IX - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respetivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental. Estas taxas, para o caso em apreço, encontram-se isentas ao abrigo do disposto no ponto 3.4 do artigo 19 do Capítulo III do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU n.º 314/2010).-----

X- Das Taxas Devidas pela Emissão de Autorização de utilização-----

De acordo com o preceituado no artigo n.º117 do RJUE e o plasmado no artigo 69 do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU n.º 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção III	APRECIAÇÃO DE OUTROS PEDIDOS			
Artigo 54º	Apreciação de Autorização de Utilização			
nº1	Autorização de Utilização de edifícios ou suas frações (taxa geral)	1	56,20 €	56,20 €
n.7	Acresce para outros fins não previstos anteriormente, por unidade de ocupação	1	97,35 €	97,35 €
	TOTAL-1			153,55 €
SECÇÃO V	VISTORIAS			

ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º1	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	1	54,00 €	54,00 €
n.º2	Acresce ao valor referido em 1 por cada unidade de ocupação:			
d)	Edifício destinado a industria ou armazém por cada 100,00 m2	8	11,85 €	94,80 €
	TOTAL-2			148,80 €
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €
n.º 5	Edifício destinado a industria ou armazém por unidade de ocupação e por cada 100,00 m2, acresce ao valor referido no n.º1	8	2,65 €	21,20 €
	TOTAL-3			49,30 €

TOTAL-1			153,55 €
TOTAL-2			148,80 €
TOTAL-3			49,30 €
VALOR GLOBAL			351,65 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 21.09.2018:-----

Visto. Concorde. Atento os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização dos imóveis em causa. No alvará de autorização de utilização a emitir deverá constar a menção expressa de que os imóveis a que respeita forma objecto de legalização.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018/09/25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018/09/25.-----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.12. OBRAS DE URBANIZAÇÃO TITULADAS PELO ALVARÁ DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO N.º 97/2016, PEDIDO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA – PROCESSO N.º 190/16 – FLAVIGRÉS, S.A. – RUA INÁCIO PIZARRO, SANTA CRUZ/TRINDADE, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ TRINDADE E SANJURGE – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 17.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 230/17, em 09-02-2017, referente ao processo n.º 190/16, a promotora solicita a receção provisória das obras de urbanização tituladas pelo alvará de obras de construção n.º 97/2016.-----

2-ANTECEDENTES-----

2.1-Mediante os requerimentos registados nesta unidade orgânica, com os n.º 817/16 e n.º 1389/16, a sociedade anónima, "FLAVIGRÉS, S.A.", apresentou um pedido de licenciamento para um edifício destinado a comércio e serviços, a levar a efeito no prédio rústico, inscrito na matriz predial da anteriormente designada freguesia de Santa Cruz/Trindade sob o artigo 790º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 479/20081113.-----

2.2-Sob proposta da INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 898/SCOU/2016, elaborada em parceria pela Eng.ª Branca Ferreira e pelo Arqt.º Luís Santos, sobre a qual recaiu despacho datado de 30/08/2016, do então Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Arqt.º Castanheira Penas, consubstanciando um projecto de decisão conducente ao indeferimento do projecto de arquitectura, apresentado sob os requerimentos n.º 817/16 e n.º 1389/16, nos termos dos disposto na alínea b), do n.º 2 e do n.º 5, do artigo 24º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/9, pelas seguintes razões:-----

- Não ser respeitada a servidão relativa ao Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade, estabelecida no Decreto-Lei n.º 35 575, de 08/10/2016;-
- A referida operação urbanística, não dar integral cumprimento, ao proposto no Decreto-Lei n.º 163/06, de 8/8, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada;-----
- A operação urbanística proposta, não ser passível de ser materializada, sem que, previamente se realizassem obras de urbanização no domínio público, nomeadamente na reformulação do traçado do arruamento de acesso sul ao Centro Escolar, constituindo comprovadamente, uma sobrecarga incombustível para as infraestruturas ou serviços gerais existentes, implicando para o município, a realização de trabalhos ou a prestação de serviços por este não previstos, designadamente quanto a arruamentos e redes de abastecimento de água, de energia eléctrica e de saneamento.-----

2.3-Em audiência prévia, a promotora usando o direito de participação sobre o projecto de decisão de indeferimento do projecto de arquitectura, referido no anterior parágrafo, apresentou em 13 de setembro de 2016 novo projecto de arquitectura, sob o requerimento n.º 1676/16, comprometendo-se a realizar os trabalhos inerentes à reformulação do traçado do arruamento de acesso sul ao centro escolar – reperfilamento e traçado do arruamento existente (passeios e faixas de rodagem e de estacionamento e baía de retorno) e a incorporação no mesmo das necessárias redes de infraestruturas (abastecimento de água,

energia eléctrica, iluminação pública, telecomunicações, drenagem de águas residuais domésticas e pluviais).-----

2.4-Nos termos do disposto no n° 3 do artigo 25° do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, em 8 de novembro de 2016, foi formalizado um contrato² de urbanização, entre o Município de Chaves e a promotora, comprometendo-se a mesma a assumir os encargos inerentes ao funcionamento das infraestruturas por um período mínimo de 10 anos, em conformidade com o disposto no n° 1 do artigo 25° do RJUE (conforme mencionado no n° 2 da Cláusula 8ª do referido contrato).-----

2.5-Consequentemente, pelo expresse no artigo 295° do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o expresse no n° 2 do artigo 3° do Decreto-Lei n° 190/2013, de 22/8, a liberação da caução será feita faseadamente, durante um período de 10 anos, contados da data da receção provisória da obra, nos termos expressos no quadro que se segue:-----

Quadro I - Liberação da caução-----

2° ano após a receção provisória	30% da caução total da obra
4° ano após a receção provisória	30% da caução total da obra
6° ano após a receção provisória	15% da caução total da obra
8° ano após a receção provisória	15% da caução total da obra
10° ano após a receção provisória	10% da caução total da obra

2.6-Alvará de obras de construção N° 97/16, emitido em nome da sociedade anónima, Flavigrés - Comercio de Materiais de Construção, S.A, titulando o licenciamento das obras de construção de imóvel, destinado a comércio, as quais sobre o prédio rústico, sito na gaveto da Avenida da Cocanha/Rua Inácio Pizarro, inscrito na anteriormente designada freguesia de Santa Cruz/Trindade sob o artigo 790° e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n° 479/20081113.-

2.7-Alvará de autorização de Utilização N° 4/2017, emitido em nome da promotora, titulando a autorização de utilização do edifício, para o uso de comércio, edificado no prédio rústico referido no anterior parágrafo-----

2.8-Para garantia da execução das obras de urbanização tituladas pelo alvará de obras n° 97/16, foi apresentada a garantia bancária N° 72006655856, emitida pela CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO de TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, CRL, emitida em 22 de Novembro de 2016, no valor de **€ 67 728,48 (sessenta e sete mil setecentos e vinte e oito euros e quarenta e oito cêntimos)**.-----

2.9-Sob o requerimento registado com o n° 147/17, a promotora apresentou os traçados finais das Infraestruturas Eléctricas e das Redes de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais.-----

3-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO-----

3.1-Face ao solicitado e enquadrando-se o pedido da interessada nos termos do disposto no artigo 87° do Decreto-Lei n° 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n° 136/2014, de 9/9, foi solicitado o respectivo parecer à EDP-Distribuição e Energia, S.A.---

3.2-No dia 13 de junho de 2017 foi realizada uma vistoria técnica às obras de urbanização tituladas pelo alvará de obras de construção n° 97/2016, realizadas em área cedida ao domínio público, pela comissão

² Constante no processo a folhas n° 1242 à n° 1247.-----

de vistorias (com conhecimento da promotora), para elaboração do Auto de Recepção Provisória.-----

3.3-Através do n/ ofício com a referência 437/DGOT/2017, datado de 08-05-2017, foi solicitado o competente parecer à EDP-Distribuição, S.A, com vista à eventual receção provisória das obras de Eletricidade.---

4-PARECER-----

4.1-Por leitura do Auto de Recepção Provisória, constante no processo a folha n° 1623, o qual se reproduz na presente informação técnica para todos os efeitos legais, conclui-se que as obras de urbanização tituladas pelo alvará de construção n° 97/16, possuem deficiências, não sendo as mesmas passíveis de serem objeto de receção provisória.-

4.2-A EDP-Distribuição, até à presente data, ainda não emitiu qualquer parecer, com vista à receção provisória das obras de Eletricidade tituladas pelo alvará de construção n° 97/16, solicitado através do n/ ofício com a referência - 437/DGOT/2017, de 08-05-2017.-----

5-PROPOSTAS -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

5.1-Agendamento desta assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo que seja praticadas as seguintes deliberações:-----

5.1.1-A aprovação dos traçados finais das Infraestruturas Eléctricas e das Redes de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais, apresentados sob o requerimento n° 147/17.-----

5.1.2-Que, nos termos do disposto no n° 1 do artigo 87° do Decreto-Lei n° 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n° 136/2014, de 9/9, a Câmara Municipal delibere projecto de decisão conducente ao indeferimento do pedido de receção provisória das obras de urbanização tituladas pelo alvará de construção n° 97/2016, em virtude de as mesmas não serem passíveis de serem alvo de receção provisória.-----

5.1.3-Que, de acordo com o disposto no n° 1 do artigo 396° do Decreto-Lei n° 18/2008, de 29/01, o qual aprovou o Código dos Contratos Públicos, o Executivo delibere notificar a interessada, para dentro do prazo de **30 dias**, proceder à rectificação dos trabalhos, de acordo com o descrito no Auto de Vistoria, a folha n° 1623 (frente e verso).

5.2-Decorrido o prazo de 30 dias, o presente processo administrativo, o qual culminou com a emissão do alvará de obras de construção n° 97/16, com obras de urbanização, deverá regressar aos Serviços Técnicos para prosseguimento do procedimento - realização de nova vistoria para receção provisória das obras de urbanização, necessárias ao empreendimento referido em epígrafe -----

5.3-De acordo com o disposto no n° 4 do artigo 87° do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, caso a interessada não proceda à correcção das referidas obras de urbanização, no prazo para o efeito fixado, a câmara procede em conformidade com o disposto no artigo 84° do referido diploma legal.-----

5.4-Pelo exposto nos artigos 121^{o3} e 122^{o4} do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7/1, deve ser dada aos interessados o prazo de 10 dias para, em audiência prévia vir a processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão.- A notificação deve ser realizada nos termos do disposto no n.º 1 e 2 do artigo 122^o do CPA.-----

5.5-Aquando da notificação da interessada, proponho que lhe seja dado conhecimento do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido solicitado, bem como do teor do Auto de Vistoria, a folha n.º 1623 (frente e verso) e da presente informação técnica.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 19.09.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a aprovar os traçados finais das redes de infraestruturas referidas no item 5.1.1 deste documento e, por outro lado, adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao indeferimento do pedido de recepção provisória das obras de urbanização tituladas pelo alvará n.º 97/2006, nos termos e para os efeitos expressos nos itens 5.1.2, 5.1.3, 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5, deste documento.-----

Neste contexto, e caso superiormente seja proferida decisão administrativa consonante com o recomendado na parte final do anterior parágrafo, dever-se-á notificar o requerente, nos termos e para os efeitos do preceituado no Art.º 121º e seguintes, do Código de Procedimento Administrativo, para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido do projecto de decisão acima pré-anunciado.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.01-----

³ Artigo 121º - Direito de Audiência Prévia-----

1-Sem prejuízo do disposto no artigo 124º, os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta.-----

2-No exercício do direito de audiência, os interessados podem pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos.-----

3-A realização da audiência suspende a contagem de prazos em todos os procedimentos.-----

⁴ Artigo 122º - Notificação para a audiência-----

1-Para efeito do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direcção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.

2-A notificação fornece o projecto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspectos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.-----

3-No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no número anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via electrónica.-

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018/10/01.-----

À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.13. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 195/00 - LINA RODRIGUES GOMES DA SILVA LOPES - CASAS DOS MONTES, LOT. 12/90, LOTE N.º 8, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 17.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 1133/18, referente ao processo n.º 195/00, a Sr.ª Lina Rodrigues Gomes da Silva Lopes, na qualidade de proprietária, apresenta, pedido de aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de ampliação⁵, de uma habitação unifamiliar, com alvará de licença de construção n.º 306/00, situada em Casas dos Montes, lote 8, do loteamento titulado pelo Alvará n.º 12/1990, freguesia de Santa Maria Maior no concelho de Chaves.-----

1.2- O lote de terreno tem a área total de 275,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 4553 e descrito na conservatória do Registo Predial sob o n.º 2022/20090504, da freguesia de Santa Maria Maior, é parte integrante do alvará de loteamento 12/1990, emitido em nome da "Junta de Freguesia de Santa Maria Maior".-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Alvará de Licença de construção n.º 306/00, para "construção de uma habitação unifamiliar, de cave, r/chão e andar, com a área de 313,60 m²";-----

2.2- Através do requerimento n.º 746/18, datado de 11 de Abril de 2018, a requerente solicitou vistoria à habitação unifamiliar, com alvará de licença de construção n.º 306/00, para efeitos de emissão de alvará de autorização de utilização. Da vistoria realizada, resultou parecer desfavorável, à emissão do alvará de autorização de utilização solicitado.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e no n.ºs 15, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----

- Certidão das Finanças;-----

⁵ «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente;-----

- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Planta de localização à escala de 1:2.000; -----
- Planta de localização e enquadramento à escala de 1:10.000; -----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, coordenador de projeto e dos projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Comprovativos de inscrição dos técnicos em associação pública de carater profissional;-----
- Plantas à escala de 1:100; -----
- Alçado à escala de 1:100;-----
- Corte transversal e longitudinal à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Fotografias;-----
- Desenho de alterações;-----
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----
- Termo de responsabilidade do projeto de estabilidade;-----
- Recibo da luz;-----
- Recibo da água;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º- do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se tratar de um procedimento de legalização de obras de alteração de uma habitação unifamiliar.---

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- O lote de terreno é parte integrante do alvará de loteamento 12/1990, emitido em nome da "Junta de Freguesia de Santa Maria Maior".-

4.2.2- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 A, o lote de terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- A requerente pretende, a legalização, da ampliação de uma habitação unifamiliar, de cave, r/chão e andar, com a área bruta de construção de 306,00 m². Há a referir, que embora exista área ampliada, de acordo com as plantas de contrastes, não existe, aumento da área bruta de construção e de implantação, relativamente ao licenciado ao abrigo do alvará de licença n.º 306/00, pelo facto de a área ampliada, não possuir pé-direito regulamentar.-----

5.2- As alterações à habitação foram levadas a efeito, sem os necessários atos administrativos, de controlo prévio e são ao nível da ampliação da cave, compartimentação interior e vãos.-----

5.3- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º- C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-07-26, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 60/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.4- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar, objeto de pedido de legalização das obras levadas a efeito, sem os necessários atos administrativos de controlo

prévio. Foi ainda detetado, pela comissão de vistorias, a existência de um anexo, nas traseiras da moradia, o qual, não possui licença de construção e não se encontra retratado no presente procedimento de legalização.-----

5.5- Da análise da planta síntese do loteamento, onde se insere a construção objeto do presente pedido de legalização e do levantamento topográfico apresentado, constata-se, a existência de uns "anexos" nas traseiras da habitação unifamiliar. A planta síntese do loteamento indica, que os anexos, estão implantados em área de cedência ao domínio público, pelo que se julga, pertinente, a sugestão proferida pela comissão de vistorias, de acordo com o Auto de Vistoria n.º 60/2018, no sentido do envio do processo à Divisão de Administração e Fiscalização.-----

5.6- A operação urbanística, que se pretende legalizar, enquadra-se na evolvente e promove a qualidade do tecido urbano, pelo facto de a construção, estar em bom estado de conservação e se integrar com naturalidade no meio em que se insere.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1 - O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1- Não há lugar ao cálculo das taxas de infraestruturas, pelo facto de se tratar de uma construção situada em loteamento, e de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 23 do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subsecção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 104,55 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 104,55 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado no quadro I (taxas administrativas) do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que o prédio urbano objeto de legalização das obras de ampliação acima enunciadas, encontra-se em bom estado de conservação interior e exteriormente e não necessita de obras de correção ou adaptação.-----

8.2 - Considerando, que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a betuminoso, possui ligação á rede pública de água e esgotos.-----

8.3- Considerando que a edificação principal, destinada a habitação unifamiliar, não está dependente da edificação secundária, destinada a anexo de apoio.-----

8.4 - Considerando, que as alterações a legalizar, na habitação unifamiliar não implicam aumento da área bruta de construção, nem de implantação relativamente ao licenciado ao abrigo da licença n.º 680/83.-----

8.5- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos e acústicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste

contexto, mesmo que o edifício tivesse sido alterado legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

8.6- Considerando que da vistoria realizada, resultou, não haver necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

8.7 - Considerando, que existe uma edificação secundária ("anexo"), nas traseiras da habitação unifamiliar, em área cedida ao domínio público, propõe-se, que o processo seja encaminhado para a Divisão de Administração e Fiscalização, para os fins tidos por convenientes.---

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação de uma habitação unifamiliar, a interessada deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º- C, do mesmo preceito regulamentar.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----
Áreas (m²) - sem aumento de área bruta de construção-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

Não há lugar ao cálculo das taxas de infraestruturas, pelo facto de se tratar de uma construção situada em loteamento.-----

- Cálculo das taxas administrativas

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO		
Secção IV	EDIFICAÇÕES		
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)		
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará		38,70 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,85€ 11,85 €
Art.76,n.º6	Vistoria	54,00€	54,00 €
	TOTAL		104,55 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 104,55 € -----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,
SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 18.09.2018:-----

Visto. Concorde. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (obras de ampliação de uma moradia unifamiliar) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa. No alvará de autorização de utilização a emitir deverá constar a menção expressa de que a edificação foi objecto de legalização.-----

Por outro lado, e sem prejuízo do que vem se ser proposto, deverá ainda ser adoptada decisão administrativa nos termos e para os efeitos preconizados na alínea 8.7 deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.24-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018/09/25.-----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.14. OCUPAÇÃO DE ESPAÇO DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES - PROCESSO N.º 424/18 - DERIVADAS E SEGMENTOS, S.A. - ARCOSSÓ E VIDAGO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 14.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado nesta unidade orgânica com o nº 1160/18, em 07-06-2018, a sociedade anónima, Derivadas & Segmentos, S.A, solicita a ocupação de espaço de domínio público, para a realização dos seguintes trabalhos:-----

(...) abertura de valas, construção de CVP's, utilização de apoios EDP, ocupação da via pública para abertura de CVP's e passagem de cabos em apoios existentes (EDP), para instalação de infraestruturas de telecomunicações para os quais solicitamos a devida autorização como entidade responsável, nos vários arruamentos das freguesias abaixo indicadas, conforme documentação e projectos anexos a este documento. -Freguesia de Arcossó e freguesia de Vidago (...).-----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 3º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

⁶ **Artigo 3º - Licença Municipal-----**

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com

2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações e da EDP e a abertura de valas, são trabalhos que estão sujeitos a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 4.º⁷, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5, alterado pelo Decreto-Lei.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada têm enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 13.º⁸ do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8.º⁹ e 9.º do mesmo diploma legal.-----

3-INSTRUÇÃO DO PROCESSO-----

exceção do disposto no artigo 13.º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

2-A instalação e funcionamento das infraestruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35.º e 36.º, do RJUE, com as devidas adaptações.-----

⁷ Artigo 4.º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

i) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

⁸ Artigo 13.º Direito de acesso a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas-----

1-As entidades referidas no artigo 2.º estão obrigadas a assegurar às empresas de comunicações electrónicas o acesso às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que detenham ou cuja gestão lhes incumbe.-----

2-O acesso referido no n.º anterior deve ser assegurado em condições de igualdade, transparência e não discriminação, mediante condições remuneratórias orientadas para os custos, nos termos do artigo 19.º.--

3-Os procedimentos para a obtenção do direito de acesso devem ser céleres, transparentes e adequadamente publicitados, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 20 dias após a efectiva receção do pedido de acesso, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º.-----

4-Pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que pertencem ao domínio público ou privativo das autarquias locais é devida a taxa a que se refere o artigo 106.º da Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10/2, não sendo, neste caso, cobrada qualquer outra taxa, encargo, preço ou remuneração.-----

5-Aos casos referidos no n.º anterior não é aplicável o disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25/9.-----

⁹ Artigo 8.º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

a) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----

b) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

-Requerimento;-----
 -Memória Descritiva;-----
 -Peças desenhadas;-----
 -Calendarização e Estimativa Orçamental de obras a executar no município de Vila Pouca;-----
 -Fichas de Procedimentos de Segurança;-----
 -Condições Particulares, emitida pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, referente a um seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice de seguro possui o nº 0003416724.
 -Comprovativo de pagamento do seguro de acidentes de trabalho, emitido pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, em nome segurado, Domingos da Silva Teixeira, Lda, cuja apólice possui o nº 0003416724-----
 -Condições Particulares, emitidas pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, referente a um seguro de responsabilidade civil, cuja apólice de seguro possui o nº 0003415376 (folha 1 de 17).-----
 -Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto de Infraestruturas aptas ao Alojamento de Redes de Comunicações Electrónicas, Engº electrotécnico,Hugo Daniel Pereira da Rocha, acompanhados da fotocópia do Cartão de Cidadão, da declaração da Ordem dos Engenheiros Técnicos-----
 -Termo de responsabilidade do director técnico das obras, Engº Téc. eletrotécnico, Carlos Tiago Silva Campos, acompanhado da fotocópia do Cartão de Cidadão, da declaração dos Engenheiros Técnicos e do seguro de responsabilidade civil (Apólice nº 10894911), emitido pela companhia de seguros, VICTÓRIA - Seguros, S.A;-----

3-PARECER-----

3.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a passagem de cabos aéreos em apoios pré-existentes concessionados à EDP, pertencentes ao património da Autarquia e para a qual foi solicitada a devida autorização à entidade responsável, pela concessão da rede de distribuição de energia eléctrica, EDP - Distribuição, em arruamentos situados na freguesia de Arcossó e de Vidago.-----

3.2-Por leitura da memória descritiva, constata-se que a requerente pretende realizar os seguintes trabalhos:-----

- Passagem de cabos aéreos, através dos apoios pré-existentes concessionados à EDP - 1962,0 ml;-----
- Passagem de cabos em condutas de telecomunicações pré-existentes - 45,0 ml; -----
- Passagem de cabos aéreos, através de postes de telecomunicações existentes - 1332,0 ml;-----
- Abertura de vala, para instalação de infraestruturas de telecomunicações - 45,0 ml;-----
- Instalação de postes de telecomunicações - 62 Unidades.-----

3.3-Para cada arruamento (com a identificação do seu topónimo ou a classificação da via pública - estrada ou caminho municipal), não se encontra discriminado em memória descritiva, quais os trabalhos que a requerente pretende realizar;-----

3.4-A calendarização apresentada é relativa a trabalhos a executar no concelho de Vila Pouca, mencionando obras de telecomunicações (execução de condutas, passagem de cabos aéreos através de postes), cujas extensões não se coadunam com as mencionadas na memória descritiva.-----

3.5-Na memória descritiva, no item "2.1 - Infraestruturas a utilizar", é mencionado a possibilidade de utilização para instalação de cabos

condutas municipais de águas pluviais e obras de telecomunicações, situadas em urbanizações.-----
Quando o autor do projecto, discrimina os trabalhos a realizar no item " 1.3 - O Projeto", não identificada as condutas de águas pluviais e as urbanizações, onde pretende instalar os cabos de telecomunicações.-----

3.6-No item "2.1-Infraestruturas a utilizar", também é referido que " Em casos pontuais poderão ser também utilizadas fachadas".-----
Sobre este trabalho, é entendimento dos Serviços Técnicos desta deste município que a colocação de cabos de telecomunicações nas fachadas dos imóveis, é um trabalho que deve ser evitado realizar, sendo o mesmo admissível, somente após a prévia autorização dos proprietários dos edifícios.-----

3.7-Não consta no projecto um quadro resumo de intervenções, no qual se encontre identificados os trabalhos a realizar para cada arruamento público, devidamente identificado.-----

3.8-As peças desenhadas com o traçado das infraestruturas de telecomunicações a realizar não se encontram elaboradas a uma escala perceptível (escala 1/500 ou superior). A legenda plasmada em cada peça desenhada apresentada não possibilita a sua leitura.-----

3.9-As Plantas de Implantação do projecto de telecomunicações deveriam ilustrar com o devido rigor todos os trabalhos a levar a efeito, com o grafismo que permita a sua leitura e a uma legenda que identifique todos os trabalhos a realizar e infraestruturas existentes.-----

3.10-Os trabalhos de instalação, construção, alteração, substituição, manutenção de redes de comunicações electrónicas, devem normalmente, serem realizados no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves, de acordo com o disposto no artigo 2º do Regulamento de Obras de Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----
Em meio rural poderá ser admissível a passagem de cabos aéreos, através de postes a instalar.-----

3.11-Na extensão da abertura de vala, para instalação de infraestruturas de telecomunicações, devem ser previstos no quadro resumo de intervenções, os pavimentos afectados (passeios e faixas de rodagem) e as respectivas extensões.-----

3.12-O projecto de execução apresentado sob o requerimento nº 1160/18, não se encontra rubricado pelo seu autor.-----

3.13-O pedido para a passagem de cabos aéreos em apoios pré-existentes concessionados à EDP-Distribuição, desrespeita a condição contratual mencionada no nº 3 do artigo 1º¹⁰ da Renovação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Município de Chaves, aprovado em reunião do Executivo de 31 de julho de 2001.-----

4-CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

6.1-Considerando que o projecto de telecomunicações apresentado não se encontra elaborado de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, possuindo as deficiências, erros e omissões, mencionados nos itens 3.3 ao item 3.12 da presente informação técnica;-----

6.2-Considerando que o pedido de autorização para a passagem de cabos aéreos em apoios pré-existentes concessionados à EDP, pertencentes ao património da Autarquia, desrespeita a condição contratual mencionada

¹⁰ **Artigo 1º - Objecto da concessão-----**

3-O património e infraestruturas afectos à concessão não poderão ser utilizados pela EDP Distribuição em actividades diferentes daquelas que constituem objecto da concessão, sem que haja sido acordado entre as partes o valor da compensação devida à Câmara.-----

no n° 3 do artigo 1° da Renovação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Município de Chaves, aprovado em reunião do Executivo de 31 de julho de 2001.-----

5-PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e na Portaria n° 113/2015, de 22/4, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

5.1-Agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo:-----

- Que seja praticada deliberação consubstanciada na intenção de indeferir o pedido de licenciamento para ocupação de espaço de domínio público para a execução do projecto apresentado sob o requerimento n° 1160/18, em virtude de não se encontrar elaborado de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e desrespeitar a condição contratual mencionada no n° 3 do artigo 1°¹¹ da Renovação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Município de Chaves, aprovado em reunião do Executivo de 31 de julho de 2001.-----

5.2-De acordo com o disposto nos artigos 121°¹² e 122°¹³ do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n° 4/2015, de 7/1, deve ser dada à interessada o prazo de 10 dias para, em audiência prévia vir a processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão.-----

A notificação deve ser realizada nos termos do disposto no n°1 e 2 do artigo 122° do CPA.-----

À Consideração Superior.-----

¹¹ **Artigo 1° - Objecto da concessão -----**

3-O património e infraestruturas afectos à concessão não poderão ser utilizados pela EDP Distribuição em actividades diferentes daquelas que constituem objecto da concessão, sem que haja sido acordado entre as partes o valor da compensação devida à Câmara. -----

¹² **Artigo 121° - Direito de Audiência Prévia -----**

1-Sem prejuízo do disposto no artigo 124°, os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta. -----

2-No exercício do direito de audiência, os interessados podem pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos. -----

3-A realização da audiência suspende a contagem de prazos em todos os procedimentos. -----

¹³ **Artigo 122° - Notificação para a audiência -----**

1-Para efeito do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direcção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.

2-A notificação fornece os projecto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspectos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado. -----

3-No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no numero anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via electrónica.

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 18.09.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao indeferimento do pedido de ocupação de espaço de domínio público para instalação de redes de telecomunicações em causa, com fundamento no facto de o mesmo violar as normas legais e regulamentares expressas nas alíneas 4.2 a 4.13, do item "4 - Parecer", deste documento.-----

Neste contexto, dever-se-á notificar o requerente, nos termos e apar os efeitos do preceituado no Art.º 121º e seguintes, do Código do Código de Procedimento Administrativo, para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão que acima se pré-auncia.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.24-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018/09/25.-----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.15. ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SUPERFÍCIE COMERCIAL, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 84/98 - CHAVISIMO, S.A. - ROTUNDA DO RAIOS X, MADALENA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 27.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1 - INTRODUÇÃO-----

1.1- Através dos requerimentos n.º 1746/18 e 1894/18, referente ao processo n.º 84/98/17, a empresa, Chavisimo - Gestão e Administração de Bens, S.A., na qualidade de proprietário, apresenta elementos, relativos a um pedido de aprovação de projeto de alterações de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de ampliação¹⁴ e de alteração¹⁵ da superfície comercial da insígnia "E'Leclerc", com alvará de obras de construção n.º 267/96, 363/00 e 209/09, situada na rotunda do Raio X - Madalena, União de freguesias da Madalena e Samaiões no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total 16.949,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 1040 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 55/20070116, da freguesia da Madalena.-----

¹⁴ «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente;-----

¹⁵ «Obras de alteração» as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fracção, designadamente a respetiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento ou de implantação ou da cerca;

2 - ANTECEDENTES-----

- 2.1- Alvará de obras de construção n.º 267/96, com a área bruta de construção de 8.055,80 m², distribuídos por r/chão e mezanino. -----
- 2.2 -Alvará de obras de alteração/instalação n.º 363/00, sem aumento da área bruta de construção.-----
- 2.3- Alvará de obras de ampliação n.º 209/09, referente a obras de ampliação de um armazém comercial, com aumento de área de 591,70 m².-
- 2.4- Alvará de autorização de Utilização n.º 114/11, para "estabelecimento de comércio a retalho não especializado de produtos alimentares- hipermercado."-----
- 2.5- Auto de embargo e suspensão de obras particulares - processo n.º 4/FIS/2018.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR -----

- 3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente: -----
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio; -----
 - Certidão permanente; -----
 - Planta de localização s/escala; -----
 - Memória descritiva e justificativa; -----
 - Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, coordenador de projeto e dos projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
 - Comprovativo de inscrição dos técnicos em associação pública de carater profissional; -----
 - Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional dos técnicos; -----
 - Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital; -----
 - Ficha de elementos estatísticos; -----
 - Ficha de medição; -----
 - Estimativa orçamental; -----
 - Calendarização; -----
 - Fotografias; -----
 - Declaração do topógrafo; -----
 - Levantamento topográfico à escala 1:200; -----
 - Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 500; -----
 - Plantas à escala de 1:100; -----
 - Alçados à escala de 1:200; -----
 - Corte transversal e longitudinal à escala de 1:200; -----
 - CD, com peças escritas e desenhadas do projeto; -----
 - Desenhos de alteração; -----
 - Plano de acessibilidades; -----
 - Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais; ---
 - Projeto de águas pluviais; -----
 - Projeto acústico; -----
 - Projeto de estabilidade; -----
 - Termo de responsabilidade do projeto de Segurança Contra Incêndio;
 - Fatura de energia elétrica; -----
 - Termo de responsabilidade de isenção do projeto térmico; -----
 - Fatura do telefone; -----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----**4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação -----**

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (doravante designado RJUE), por se reportar à legalização das obras de ampliação de uma superfície comercial. -----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial -----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 A, o lote de terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves. -----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais -----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (doravante designado RMUE).

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

5.1- O requerente pretende a legalização, das obras de ampliação da superfície comercial, com um aumento da área bruta de construção de 154,00 m², ao nível do r/chão, no alçado Poente e no alçado Norte. Há ainda alterações das fachadas, da funcionalidade do espaço interior e vãos. -----

5.2- No alçado Norte, à extrema da parcela, foram implantados pórticos metálicos, revestidos pelo exterior a painéis de chapa iguais ao revestimento do edifício e no alinhamento destes foram implantados perfis metálicos. *"Este espaço ficará aberto, funcionando como pérgula, levando uma tela amovível."* -----

5.3 - O aumento de área preconizado pela construção, advém da criação na fachada Norte, a extrema da parcela, de um volume, destinado a armazém, camara frigorífica e zona de lavagens, bem como, da criação na fachada Poente, de um volume, onde foi implantada uma antecâmara para entrada do edifício e para as instalações sanitárias para o público. -----

5.4- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, procedimento de legalização, do RMUE, foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-05-24, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º"42/2018", cujo teor, foi dado a conhecer ao requerente, através da Informação/Proposta n.º 906/SCOU/2018, sob a qual, recaiu despacho superior datado de 15 de Junho de 2018. -----

5.5- Da vistoria realizada, resultou parecer, no sentido de serem necessárias obras de correção e/ou adaptação, no que diz respeito, aos acessos à superfície comercial pela rua do Caneiro e garantir o afastamento do edifício, ao limite do lote, na confrontação com a rua do Caneiro de pelo menos três metros. -----

5.6- No sentido de ultrapassar, as considerações vertidas, no "Auto de Vistoria n.º"42/2018", o requerente propõe levar a efeito, obras de correção no imóvel, que se prendem com: -----

5.6.1- A demolição da estrutura porticada e painéis de chapa, que levou a efeito sem os necessários atos administrativos de controlo prévio, na fachada Norte do edifício e em alternativa executar a elevação, em dois metros, do muro em alvenaria existente, bem como, colocar pelo interior, faceado pelo muro, vegetação arbórea a uma altura de três metros, de modo harmonizar todo este espaço com a via pública. -----

5.6.2- Rebaixamento do passeio, na zona pedonal de acesso à superfície comercial, pela rua do Caneiro, de modo a garantir o fácil acesso das viaturas ao interior do prédio, garantindo-se também um percurso pedonal livre de quaisquer obstáculos, proporcionando o acesso seguro e confortável a pessoas com mobilidade condicionada. Neste acesso (rua

do Caneiro) à superfície comercial, será implantada sinalização vertical, de modo a garantir o cumprimento do sentido de trânsito; --

5.7- Com as obras de correção propostas e descritas no anterior item 5.6.1, encontra-se garantido o alinhamento do edifício à via pública (rua do Caneiro) com a qual confronta, que se considera adequado, face às circunstâncias particulares decorrentes da estrutura urbana local.

5.8- Relativamente à área de 42,00 m², existente á extrema da parcela (no seguimento da estrutura porticada), destinada a armazém, camara frigorífica e zona de lavagens e na eventualidade do município proceder à requalificação do espaço envolvente, deverá o requerente estar ciente, que a ampliação de carater "precário", não implicará qualquer indemnização ao proprietário, caso se revele necessária a sua demolição, devendo desde já ser programada a sua deslocalização para outra área do edifício. -----

5.9 - A construção, preconiza uma área bruta de construção de 8.801,50 m², o que implica um índice de construção (Ic) de 0,0045 m²/m², que resultam da aplicação da seguinte fórmula: área bruta de construção/área do terreno = 8.801,50 m²/16.949,00 m² = 0,52 m²/m². ---

5.10- A edificação destina-se a "superfície comercial", o que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 7 do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista. -----

5.11- Face ao uso previsto do imóvel (comércio) e à área bruta de construção do mesmo, a proposta cumpre o especificado na alínea d) do n.º 3 do artigo 12.º do Plano Diretor Municipal Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, uma vez que contempla no interior do seu prédio 275 lugares de estacionamento automóvel, o qual, é superior ao valor mínimo previsto naquela norma regulamentar. -----

5.12 - O projeto apresentado, dá cumprimento, ao disposto no Decreto - Lei 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo que, está instruído com termo de responsabilidade do plano de acessibilidades, de acordo com o n.º 8 do art.º 20 do RJUE. -----

6 - RESPONSABILIDADE -----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, coordenador do projeto, do autor do plano de acessibilidades e dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados. -----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO -----

7.1- De acordo com o n.º 4, do art.º 25.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 260,26 euros. -----

7.2- As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 597,35 euros. -----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 857,61 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO -----

8.1- Considerando, que se trata de uma edificação, na qual, foram levadas a efeito, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio. -----

8.2- Considerando, tratar-se de uma operação urbanística, em que não é possível, definir uma moda da cércea ou um alinhamento, a edificabilidade é condicionada pelo índice de construção do solo (ic), cércea e número de pisos. Neste sentido, pode -se concluir que o projeto em apreciação, respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos na alínea a1) da subalínea i) do n.º2 do artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, pelo facto de contemplar, um índice de construção de 0,52 m²/m², uma cércea de 8,05 metros e um número de pisos de 2. -----

8.3- Considerando, que o afastamento preconizado para o edifício, com as obras de correção propostas, relativamente, à via pública com a qual confronta, são adequados, face às circunstâncias particulares decorrentes da estrutura urbana local. -----

8.4- Considerando, que da vistoria realizada ao imóvel, em 24 de Maio de 2018, resultou parecer no sentido de haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no edifício, objeto de pedido de legalização das obras de ampliação e alteração. -----

8.5- Considerando, que é apresentada uma calendarização de trabalhos por 1 mês e os projetos de especialidades, necessários para levar a efeito as obras enunciadas nos anteriores itens 5.6.1 e 5.6.2. -----

8.6- Considerando, que a operação urbanística em análise, não consubstancia, qualquer dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção. -----

8.7- Considerando, que há obras de correção a serem levadas a efeito, o título a emitir será o alvará de licença especial de legalização, conforme previsto no n.º4 do artigo 73.º-C do RMUE. -----

8.8- Considerando, que se trata de uma legalização das obras de construção, propõe-se, que o processo seja encaminhado para a Divisão de Administração e Fiscalização, para os fins tidos por convenientes.

9 - PROPOSTA DE DECISÃO -----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigos 102.º- A e artigo 73.º-C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: --

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo; -----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem o licenciamento das mesmas. -----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção, e face as obras de correção a levar a efeito, deverá o interessado, no prazo máximo de 90 dias, apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1 do art.º 3 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, para que se possa emitir o respetivo o alvará de licença especial de legalização, designadamente:

- Apólice de seguro de construção; -----

- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro; -----
- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra; -----
- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na atividade, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----
- Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----
- Plano de segurança e saúde;-----
- 9.2- Em conformidade com o n.º10 do artigo 73.º-C do RMUE, e de acordo com o preceituado no n.º 14, do mesmo artigo do referido diploma legal, vir requerer, num prazo de 30 dias úteis, após a realização das obras, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010

Áreas (m²) - aumento de área de 154,00 m²

QUADRO I**- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)**

QUADRO III				
		s/n	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,26	0,00
	- Betão betuminoso	1	0,16	0,16
	- Granito (calçada a cubos)	0	0,22	0,00
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,10	0,00
	- Betão	0	0,22	0,00
	Passeios			
	- Lancil (Betão)	1	0,20	0,20
	- Lancil (Granito)	0	0,38	0,00
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	1	0,19	0,19
	- Pavimento (Mosaico)	0	0,28	0,00
REDE DE ÁGUA		1	0,26	0,26
REDE DE ESGOTOS		1	0,37	0,37
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		1	0,51	0,51
C - custo das obras existentes na via pública			1,69	
A - área bruta da obra a realizar (ampliação)			154	m²
Ampliação de edifícios de habitação, comércio, serviços e armazéns				
- n.º 4 do artigo 25.º				
T = C x A			T =	260,26 €

- Cálculo das taxas administrativas

(art.º 66 e 76 da subseção IV)

Descrição	Taxa	Valor
-----------	------	-------

Capítulo					
II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO				
Secção IV	EDIFICAÇÕES				
Subsecção					
IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)				
Artigo	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras				
66.º	de edificação				
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará				38,70 €
n.º18	Aumento de área bruta de construção, acresce por m² adicional	154,00m²	3,20€		492,80 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,85€		11,85 €
Art.º76, n.º6	Vistoria				54,00 €
TOTAL					597,35 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 260,26 € + 597,35 € = 857,61 €-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 28.09.2018:-----

Visto. Concorde. Atenta a fundamentação de facto e de direito consubstanciada na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao deferimento do pedido de legalização da operação urbanística descrita nesta peça escrita, o qual deverá ser titulado por alvará de licença especial de legalização, a requerer pela empresa interessada, nos termos e para os efeitos preconizados neste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.01-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018/10/01.-----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. LOTE 10 E 11- REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ALVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - SUBSTITUIÇÃO DO CHEQUE Nº5001783905, POR GARANTIA BANCÁRIA N00408386. -----

Foi presente a informação nº 280/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 133 de 12 de julho de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "LOTE 10 E 11- REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ALVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10)". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 15 de setembro de 2017, o Município de Chaves adjudicou à firma "ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PUBLICAS, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 2 de novembro de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 678 999,44 € (seiscentos e setenta e oito mil novecentos e noventa e nove euros e quarenta e quatro cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 150 dias. -----
- Data da consignação: 27 de novembro de 2017 -----
- A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 21 de dezembro de 2017.

5. Foi aprovada em reunião de Câmara realizada no dia 1/06/2018, uma prorrogação ao prazo de execução da obra por 41 dias. -----

6. Foi aprovada em reunião de Câmara realizada no dia 1/06/2018, a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e trabalhos a menos, com valores de 32.248,90€, 67.338,89€ e 11.660.40€, respetivamente, não incluindo o IVA. -----

7. Foi aprovada em reunião de Câmara realizada no dia 9/08/2018, a suspensão de trabalhos, no período de 18 de junho a 31 de julho, do corrente ano. -----

8. O auto de receção provisória da obra, foi realizado no dia 13 de agosto de 2018. -----

9. Para cumprimento das obrigações contratuais, no respeitante ao contrato do 1º adicional - Trabalhos de suprimento de erros e omissões e trabalhos a mais, no valor total de 99.587,79€ (não inclui IVA), o adjudicatário prestou a favor do Município de Chaves, Depósito de Garantia, efetuado na Tesouraria Municipal, no dia 4/07/2018, através de guia nº DRG 00/156, no valor de 4.979,39€ (quatro mil novecentos e setenta e nove euros e trinta e nove cêntimos), correspondendo a 5% do valor do respetivo contrato, para garantia de execução dos trabalhos. Ainda, para reforço da caução prestada, foram retidos 5%, do valor dos autos de medição, correspondentes a tais trabalhos. ----

II - Fundamentação -----

A entidade executante, através de ofício (580/2018) que deu entrada no E.G., registado com o nº9031 de 7/09/2018, vem, solicitar a restituição do Depósito de Garantia, emitido através do cheque nº5001783905, no valor de 4.979,39€, do Novo Banco (guia nº DRG 00/156), apresentando para o efeito a garantia bancária N00408386, no valor de 4.979,39€, do Novo Banco, emitida em 20 de julho de 2018, correspondente ao depósito definitivo de 5% do valor do contrato do 1º adicional, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das respetivas obrigações contratuais. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Face ao exposto, e de acordo com o estipulado nº2, artigo 353º do CCP, não se vê qualquer inconveniente no deferimento do pedido da entidade executante, pelo que se propõe ao órgão executivo: -----

1. Deferir a solicitação da empresa; -----

2. Que, caso a presente proposta venha a merecer aprovação, a mesma seja enviada à Divisão de Gestão Financeira, de modo a que seja restituído o valor do cheque nº5001783905, substituído pela Garantia Bancária N00408386, no valor de 4.979,39€, do Novo Bancos, emitida em 20 de julho de 2018. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 17 de setembro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(M^a Madalena Sousa Durão Branco, Eng.^a) -----

Em Anexo: Ofício ref. ^a 580/2018 e Garantia Bancária N00408386 do Novo Banco -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.09.20---

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.28. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) - AUTO DE REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA Nº 01/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços Provisória nº 01/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 6.282,36 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.01. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.10.01. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €6.282,36 (Seis mil, duzentos e oitenta e dois euros e trinta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.3. REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DESDE A ROTUNDA DO TECNÓPOLO I ATÉ À PONTE DE VILA VERDE DA RAIA - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 2/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 2/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS

PÚBLICAS, S.A., no valor de 1.818,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.28. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €1.818,00 (Mil, oitocentos e dezoito euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.4. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 23/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 23/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 4.700,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.28. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €4.700,00 (Quatro mil e setecentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.5. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 24/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 24/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 10.481,60 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.28. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €10.481,60 (Dez mil, quatrocentos e oitenta e um euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.6. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 25/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 25/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 23.811,30 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.28. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €23.811,30 (Vinte e três mil, oitocentos e onze euros trinta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.7. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 1 ERROS E OMISSÕES/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS).-

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 1 Erros e Omissões/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 13.012,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.28. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €13.012,00 (Treze mil e doze euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. ---

1.8. LOTEAMENTO COM O ALVARÁ N.º 1/06 - FERNANDO DIAS - RELATÓRIO FINAL. -----

Foi presente a informação nº 297/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

A Câmara Municipal de Chaves, abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2ª. Série, nº 132, de 11 de julho de 2018 concurso público, tendo como objetivo a adjudicação da empreitada designada "Loteamento com o Alvará N.º 1/06 - Fernando Dias".-----

II - Fundamentação-----

Foi elaborado o relatório preliminar, onde se propôs a adjudicação da empreitada à empresa "José Moreira Fernandes & Filhos, S.A." pelo valor de 432.215,43 € (Quatrocentos e trinta e dois mil, duzentos e quinze Euros e quarenta e três cêntimos).-----

Promoveu-se de imediato à respetiva audiência prévia escrita, e esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão, nenhum dos concorrentes apresentou, qualquer sugestões quanto ao sentido da decisão, conforme melhor se comprova pelo relatório final, documento que aqui se dá, por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito-----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que delibere no sentido de:-----

1. Aprovação do relatório final da empreitada **"Loteamento com o Alvará N.º 1/06 - Fernando Dias"**;-----

2. A adjudicação da empreitada à empresa **"José Moreira Fernandes & Filhos, S.A."** pelo valor de **432.215,43 €** (Quatrocentos e trinta e dois mil, duzentos e quinze Euros e quarenta e três cêntimos), IVA não incluído, com um prazo de execução de **300 dias**, remetendo-se o mesmo relatório final à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal.-----

3. De salientar que o valor total da proposta (432.215,43€) tem enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 2.4.2 0102/07010401/0201/202 I 38, sendo que o valor de 14.216,38 € corresponde a Rede de Abastecimento de Água;-----

4. Propõe-se, dando concretização ao estipulado no artigo 290.º-A, do CCP, a nomeação da Sr.ª Eng.ª Fernanda Serra, como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato e elaborar o relatório de avaliação no final de obra;-----

5. A aprovação da minuta do contrato em anexo, nos termos das disposições combinadas previstas na alínea d) do nº 2 do artigo 77º e do nº 1 do artigo 98º do CCP;-----

6. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, se remeta o procedimento ao Gabinete de Notariado e Expropriações, com vista à celebração do respetivo contrato com o adjudicatário.-----

À consideração superior-----

Divisão de Obras Públicas, 24 de setembro de 2018.-----

A Chefe de Divisão-----

(Eng.ª Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues)-----

Em Anexo: Relatório Final e Minuta do Contrato.-----

RELATÓRIO FINAL-----

Aos 19 dias do mês de setembro 2018, na Divisão de obras Públicas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros:-----

- Presidente - Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Técnica Superior da Divisão de Obras Públicas;-----

- 1.º Vogal - José Luís Figueiredo Araújo, Técnico Superior da Divisão de Recursos Operacionais;-----

- 2.º Vogal - Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues, Chefe de Divisão de Obras Públicas;-----

com o fim de tornar definitivo o relatório preliminar - sentido de adjudicação, no sentido de permitir a prática do ato adjudicatário, no âmbito do presente procedimento.-----

No passado dia 05 de setembro procedeu-se á notificação do projeto de decisão final aos concorrentes, tendo-lhes sido concedidos 3 dias para se pronunciarem sobre o mesmo-----

Esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita, nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao sentido da decisão.-----

Assim, o Júri deliberou por unanimidade, o seguinte:-----

Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - adjudicação da empreitada **"Loteamento com o Alvará nº 1/06 - Fernando Dias"** pelo

valor **432.215,43 €** (Quatrocentos e trinta e dois mil, duzentos e quinze Euros e quarenta e três cêntimos) IVA não incluído, à empresa "José Moreira Fernandes & Filhos, S.A.", com um prazo de execução de **300 dias**, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal;-----
Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri.-----

O Júri-----

O Presidente-----

Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra-----

Os Vogais-----

José Luís Figueiredo Araújo-----

Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.01. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.10.01. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.9. MUSEU DAS TERMAS ROMANAS DE CHAVES - SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS. -----

Foi presente a informação nº 300/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 132 de 10 de Julho de 2012, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Museu das Termas Romanas de Chaves".-----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 1 de Outubro de 2012, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Costa & Carreira, Lda.", a execução da referida empreitada.

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 5 de Novembro de 2012.-----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 1.800.000,00€ (Um milhão e oitocentos e mil euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor.-----

5. Prazo de execução da obra, 365 dias.-----

6. O adjudicatário apresentou Plano de Segurança e Saúde da empreitada, que foi aprovado por deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 4 de Fevereiro de 2013, tendo o empreiteiro tomado conhecimento em 11 de Fevereiro de 2013.-----

7. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 18 de Fevereiro de 2013.-----

8. Em 10 de Fevereiro de 2014, foi efetuada suspensão parcial dos trabalhos, devido à necessidade de alterar o projetos inicialmente aprovados, por imposição da Direção Regional da Cultura do Norte em virtude das estruturas arqueológicas encontradas.-----

9. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária do dia 19 de Junho de 2014, foram aprovados trabalhos a menos no valor de 333.192,40€ e trabalhos a mais no valor de 444.599,29€, resultantes do novo projeto.-----

10.O adjudicatário vem, através de ofício que deu entrada nos serviços do Município com o n.º 6868, do dia 30 de Julho de 2018, solicitar a substituição das garantias bancárias/seguro caução da empreitada.----

11.Anexado ao referido pedido, vem Certificado de Garantias Bancária com o n.º 40563, no valor de 168.3910,76€, emitido pela BANKINTER, S.A - SUCURSAL EM PORTUGAL, em 23 de Julho de 2018.-----

II - Fundamentação -----

1. Feita a análise, não se verifica qualquer inconveniente no deferimento do pedido do adjudicatário.-----

2. As garantias da empreitada, no valor total de 168.910,76€, são as seguintes:-----

- Garantia Bancária da Caixa Geral de Depósitos n.º 0693.002865.193, no valor de 22.230,00€;-----

- Garantia Bancária da Caixa Geral de Depósitos n.º 0693.002779.593, no valor de 56.680,76€;-----

- Seguro Caução Maphre 7101291501223, no valor de 90.000,00€.-----

3. A nova garantia apresentada é emitida pela BANKINTER, S.A - SUCURSAL EM PORTUGAL, em 23 de Julho de 2018, no valor de 168.910,76€.

III - Proposta -----

Considerando o previsto no Artigo 353.º do Código dos Contratos Público, e que a garantia bancária se destina a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, propõe-se o seguinte:

a) Submeter a referido pedido à aprovação do Órgão Executivo Municipal;-----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, remeter cópia à Divisão de Gestão Financeira.-----

À consideração Superior.-----

Chaves, 28 de Setembro de 2018-----

O Técnico-----

(Vitor Joaquim Fernandes Pereira)-----

Anexos: Pedido do adjudicatário-----

Garantia Bancária-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.09.28. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.28. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.10. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES - PRORROGAÇÃO DA SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS. -----

Foi presente a informação nº 301/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves iniciou um procedimento concursal, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Lote 2: Requalificação da Avenida Nuno Álvares".-----
2. De harmonia com deliberação Camarária do dia 18 de agosto de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "ASG, Construções e Granitos, Lda.", a execução da referida empreitada.-----
3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas no dia 2 de novembro de 2017.-----
4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 749.527,95€ (Setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e sete euros e noventa e cinco cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições:-----
- Prazo de execução da obra: 180 dias.-----
5. O auto de consignação é de 20 de novembro de 2017.-----
6. A aprovação do plano de trabalhos foi comunicada 29 de novembro de 2017.-----

II - Fundamentação -----

- 1 - A obra encontra-se em fase de execução, estando já implantadas, na avenida, todas as infraestruturas e encontra-se igualmente em fase de conclusão a pavimentação de passeios e faixa de estacionamento. Também já foi executada a primeira camada da pavimentação da faixa de rodagem.-----
- 2 - No mês de agosto foi aprovada a suspensão parcial dos trabalhos de modo a minimizar os constrangimentos e conflitos provocados pelas obras, aliados ao aumento exponencial da população.-----
- 3 - Acontece, porém, que foram entretanto aprovados trabalhos de erros e omissões do projeto que consistem na substituição das condutas de água nas duas rotundas.-----
- 4 - Estes trabalhos só puderam ter início no mês de setembro (pelos mesmos motivos que levaram à suspensão dos trabalhos da empreitada inicial), o que implica que, enquanto estes decorrerem, não poderão ser iniciados os trabalhos de pavimentação.-----
- 5 - Desta forma, será necessário prolongar a suspensão parcial anteriormente aprovada até que os trabalhos de substituição da conduta se encontrem concluídos.-----
- 6 - Os trabalhos de suprimento de erros e omissões foram consignados no dia 3 de setembro de 2018, tendo um prazo de execução de 15 dias.-
- 7 - A suspensão parcial dos trabalhos da empreitada inicial, será prolongada até ao dia 17 de setembro, devendo os trabalhos ficar concluídos até ao dia 18 de outubro, em virtude dos 30 dias concedidos na informação anterior.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

- 1 - Face aos elementos apresentados, propõe-se ao executivo municipal, prorrogar a suspensão parcial dos trabalhos, até ao fim dos trabalhos de suprimento de erros e omissões, que consistem na substituição da conduta de água nas rotundas junto ao quartel do RI19 e do Monumento.
 - 2 - A presente suspensão encontra-se regulamentada pelo artigo 365º do CCP e encontra-se nas condições mencionadas no artigo 367º do mesmo diploma, ou seja, não implica a assunção de encargos por parte do Município.-----
 - 3 - Alerta-se ainda para, caso sejam aceites por parte do empreiteiro as condições de suspensão, a manutenção do local da obra para garantir a segurança das condições de circulação dos veículos e dos peões, são da sua exclusiva responsabilidade.-----
- À consideração superior -----

Chaves, Divisão de Obras Públicas, 17 de setembro de 2018-----
 A Técnica Superior responsável pela fiscalização da obra-----
 (Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Eng.^a)-----
 O.E. n.º 58982-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.09.28. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.28. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.11. LOTES 8 E 12 - REQUALIFICAÇÃO DAS AVENIDAS DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, XAVIER TEIXEIRA E RAPOSEIRA, DAS RUAS LINHA DO COMBOIO E AREGOS E DO VIADUTO DA RAPOSEIRA - PAMUS 1.5, 3.2 E 3.4 - RELATÓRIO FINAL. -----

Foi presente a informação n.º 303/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento-----

A Câmara Municipal de Chaves, abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2ª. Série, n.º 158, de 17 de agosto de 2018 concurso público, tendo como objetivo a adjudicação da empreitada designada "Lotes 8 e 12 - Requalificação das Avenidas Dr. Francisco Sá Carneiro, Xavier Teixeira e Raposeira, das Ruas Linha do Comboio e Aregos e do Viaduto da Raposeira - PAMUS 1.5, 3.2 e 3.4".-----

II - Fundamentação-----

Foi elaborado o relatório preliminar, onde se propôs a adjudicação da empreitada à empresa "Higino Pinheiro & Irmão, S.A." pelo valor 785.793,99 € (Setecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e noventa e três Euros e noventa e nove cêntimos).-----

Promoveu-se de imediato à respetiva audiência prévia escrita, e esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão, nenhum dos concorrentes apresentou, qualquer sugestões quanto ao sentido da decisão, conforme melhor se comprova pelo relatório final, documento que aqui se dá, por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito-----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que delibere no sentido de:-----

1. Aprovação do relatório final da empreitada "Lotes 8 e 12 - Requalificação das Avenidas Dr. Francisco Sá Carneiro, Xavier Teixeira e Raposeira, das Ruas Linha do Comboio e Aregos e do Viaduto da Raposeira - PAMUS 1.5, 3.2 e 3.4";-----

2. A adjudicação da empreitada à empresa "Higino Pinheiro & Irmão, S.A." pelo valor de 785.793,99 € (Setecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e noventa e três Euros e noventa e nove cêntimos), IVA não incluído, com um prazo de execução de 240 dias, remetendo-se o mesmo relatório final à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal.-----

3. De salientar que o valor total da proposta (785.793,99 €) tem enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo, 3.1. 0102/07030301/0103/2017 I 16;-----

4. Propõe-se, dando concretização ao estipulado no artigo 290.º-A, do CCP, a nomeação da Sr.ª Eng.ª Madalena Branco, como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato e elaborar o relatório de avaliação no final de obra;-----

5. A aprovação da minuta do contrato em anexo, nos termos das disposições combinadas previstas na alínea d) do nº 2 do artigo 77º e do nº 1 do artigo 98º do CCP;-----

6. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, se remeta o procedimento ao Gabinete de Notariado e Expropriações, com vista à celebração do respetivo contrato com o adjudicatário.-----

À consideração superior-----

Divisão de Obras Públicas, 01 de outubro de 2018.-----

A Chefe de Divisão-----

(Eng.ª Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues)-----

Em Anexo: Relatório Final e Minuta do Contrato.-----

RELATÓRIO FINAL-----

Aos 01 dias do mês de outubro 2018, pelas 17 horas e 15 minutos, na Divisão de obras Públicas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros:-----

- Presidente - Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues, Chefe de Divisão de Obras Públicas;-----

- 1.º Vogal - Abel Teixeira Peixoto, Chefe de Divisão de Projetos e Mobilidade;-----

- 2.º Vogal - Maria Madalena de Sousa Durão Branco, Técnica Superior da Divisão de Obras Públicas;-----

com o fim de tornar definitivo o relatório preliminar - sentido de adjudicação, no sentido de permitir a prática do ato adjudicatório, no âmbito do presente procedimento.-----

No passado dia 26 de setembro procedeu-se à notificação do projeto de decisão final aos concorrentes, tendo-lhes sido concedidos 3 dias para se pronunciarem sobre o mesmo-----

Esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita, nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao sentido da decisão.-----

Assim, o Júri deliberou por unanimidade, o seguinte:-----

Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - adjudicação da empreitada **"Lotes 8 e 12 - Requalificação das Avenidas Dr. Francisco Sá Carneiro, Xavier Teixeira e Raposeira, das Ruas Linha do Comboio e Aregos e do Viaduto da Raposeira - PAMUS 1.5, 3.2 e 3.4"** pelo valor **785.793,99 €** (Setecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e noventa e três Euros e noventa e nove cêntimos) IVA não incluído, à empresa **"Higino Pinheiro & Irmão, S.A."**, com um prazo de execução de **240 dias**, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal;-----

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri.-----

O Júri-----

O Presidente-----

Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues-----

Os Vogais-----

Abel Teixeira Peixoto-----

Maria Madalena de Sousa Durão Branco-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.01. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.10.01. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.12. LOTE 6 - REQUALIFICAÇÃO DAS RUAS PORTAS DO ANJO, ALFERES JOÃO BATISTA, CRUZEIRO, VISCONDESSA DO ROSÁRIO E FONTE DO LEITE (PAMUS 1.1 E 3.1). -----

Foi presente a informação nº 304/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento-----

A Câmara Municipal de Chaves, abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2ª. Série, nº 158, de 17 de agosto de 2018 concurso público, tendo como objetivo a adjudicação da empreitada designada "Lote 6 - Requalificação das Ruas Portas do Anjo, Alferes João Batista, Cruzeiro, Viscondessa do Rosário e Fonte do Leite (PAMUS 1.1 e 3.1)".

II - Fundamentação-----

Foi elaborado o relatório preliminar, onde se propôs a adjudicação da empreitada à empresa "Higino Pinheiro & Irmão, S.A." pelo valor 1.133.878,65 € (Um milhão cento e trinta e Três mil, oitocentos e setenta e oito Euros e sessenta e cinco cêntimos).-----

Promoveu-se de imediato à respetiva audiência prévia escrita, e esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão, nenhum dos concorrentes apresentou, qualquer sugestões quanto ao sentido da decisão, conforme melhor se comprova pelo relatório final, documento que aqui se dá, por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito-----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que delibere no sentido de:-----

1. Aprovação do relatório final da empreitada "**Lote 6 - Requalificação das Ruas Portas do Anjo, Alferes João Batista, Cruzeiro, Viscondessa do Rosário e Fonte do Leite (PAMUS 1.1 e 3.1)**";-----

2. A adjudicação da empreitada à empresa "**Higino Pinheiro & Irmão, S.A.**" pelo valor de **1.133.878,65 €** (Um milhão cento e trinta e Três mil, oitocentos e setenta e oito Euros e sessenta e cinco cêntimos), IVA não incluído, com um prazo de execução de **365 dias**, remetendo-se o mesmo relatório final à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal.-----

3. De salientar que o valor total da proposta (1.133.878,65€) tem enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo, 3.3.1. 0102/07030301 0103 2017 I 16;-----

4. Propõe-se, dando concretização ao estipulado no artigo 290.º-A, do CCP, a nomeação do Sr.º Eng.º Vítor Pereira, como gestor do contrato,

com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato e elaborar o relatório de avaliação no final de obra;-----

5. A aprovação da minuta do contrato em anexo, nos termos das disposições combinadas previstas na alínea d) do nº 2 do artigo 77º e do nº 1 do artigo 98º do CCP;-----

6. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, se remeta o procedimento ao Gabinete de Notariado e Expropriações, com vista à celebração do respetivo contrato com o adjudicatário.-----

À consideração superior-----

Divisão de Obras Públicas, 01 de outubro de 2018.-----

A Chefe de Divisão-----

(Eng.ª Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues)-----

Em Anexo: Relatório Final e Minuta do Contrato-----

RELATÓRIO FINAL-----

Aos 01 dias do mês de outubro 2018, pelas 17 horas e 30 minutos, na Divisão de obras Públicas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros:-----

- Presidente - Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues, Chefe de Divisão de Obras Públicas;-----

- 1.º Vogal - Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Técnica Superior da Divisão de Obras Públicas;-----

- 2.º Vogal - Abel Teixeira Peixoto, Chefe de Divisão de Projetos e Mobilidade;-----

com o fim de tornar definitivo o relatório preliminar - sentido de adjudicação, no sentido de permitir a prática do ato adjudicatório, no âmbito do presente procedimento.-----

No passado dia 26 de setembro procedeu-se à notificação do projeto de decisão final aos concorrentes, tendo-lhes sido concedidos 3 dias para se pronunciarem sobre o mesmo-----

Esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita, nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao sentido da decisão.-----

Assim, o Júri deliberou por unanimidade, o seguinte:-----

Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - adjudicação da empreitada **"Lote 6 - Requalificação das Ruas Portas do Anjo, Alferes João Batista, Cruzeiro, Viscondessa do Rosário e Fonte do Leite (PAMUS 1.1 e 3.1)"** pelo valor **1.133.878,65 €** (Um milhão cento e trinta e Três mil, oitocentos e setenta e oito Euros e sessenta e cinco centimos) IVA não incluído, à empresa **"Higino Pinheiro& Irmão, S.A."**, com um prazo de execução de 365 dias, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal;-----

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri.-----

O Júri-----

O Presidente-----

Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues-----

Os Vogais-----

Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra-----

Abel Teixeira Peixoto-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.01. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.10.01. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.13. CENTRO CÍVICO (PARU 2.3) - RELATÓRIO FINAL. -----

Foi presente a informação nº 299/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

A Câmara Municipal de Chaves, abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2ª. Série, nº 162, de 23 de agosto de 2018 concurso público, tendo como objetivo a adjudicação da empreitada designada "Centro Cívico (PARU 2.3)".-----

II - Fundamentação -----

Foi elaborado o relatório preliminar, onde se propôs a adjudicação da empreitada à empresa "Edibarra - Engenharia e Construção, S.A." pelo valor de 228.917,02 € (Duzentos e vinte e oito mil, novecentos e dezassete Euros e dois cêntimos).-----

Promoveu-se de imediato à respetiva audiência prévia escrita, e esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão, nenhum dos concorrentes apresentou, qualquer sugestões quanto ao sentido da decisão, conforme melhor se comprova pelo relatório final, documento que aqui se dá, por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que delibere no sentido de:-----

1. Aprovação do relatório final da empreitada "Centro Cívico (PARU 2.3)";-----

2. A adjudicação da empreitada à empresa "Edibarra - Engenharia e Construção, S.A." pelo valor de **228.917,02 €** (Duzentos e vinte e oito mil, novecentos e dezassete Euros e dois cêntimos)., IVA não incluído, com um prazo de execução de **180 dias**, remetendo-se o mesmo relatório final à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal.-----

3. De salientar que o valor total da proposta (228.917,02€) tem enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 2.3.2 0102/07010307/0105/2016 I 38;-----

4. Propõe-se, dando concretização ao estipulado no artigo 290.º-A, do CCP, a nomeação da Sr.º Eng.º Vítor Pereira, como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato e elaborar o relatório de avaliação no final de obra;-----

5. A aprovação da minuta do contrato em anexo, nos termos das disposições combinadas previstas na alínea d) do nº 2 do artigo 77º e do nº 1 do artigo 98º do CCP;-----

6. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, se remeta o procedimento ao Gabinete de Notariado e Expropriações, com vista à celebração do respetivo contrato com o adjudicatário.-----

À consideração superior-----

Divisão de Obras Públicas, 26 de setembro de 2018.-----
 A Chefe de Divisão-----
 (Eng.^a Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues)-----
Em Anexo: Relatório Final e Minuta do Contrato.-----

RELATÓRIO FINAL-----

Aos 26 dias do mês de setembro 2018, na Divisão de obras Públicas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros:-----

- Presidente - Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Técnica Superior da Divisão de Obras Públicas;-----

- 1.º Vogal - Vítor Joaquim Fernandes Pereira, Técnico Superior da Divisão de Obras Públicas;-----

- 2.º Vogal - Maria Madalena de Sousa Durão Branco, Técnica Superior da Divisão de Obras Públicas;-----

com o fim de tornar definitivo o relatório preliminar - sentido de adjudicação, no sentido de permitir a prática do ato adjudicatório, no âmbito do presente procedimento.-----

No passado dia 18 de setembro procedeu-se à notificação do projeto de decisão final aos concorrentes, tendo-lhes sido concedidos 3 dias para se pronunciarem sobre o mesmo-----

Esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita, nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao sentido da decisão.-----

Assim, o Júri deliberou por unanimidade, o seguinte:-----

Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - adjudicação da empreitada "**Centro Cívico (PARU 2.3)**" pelo valor **228.917,02 €** (Duzentos e vinte e oito mil, novecentos e dezassete Euros e dois cêntimos) IVA não incluído, à empresa "**Edibarra - Engenharia e Construção, S.A.**", com um prazo de execução de **180 dias**, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal;-----

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri.-----

O Júri -----

O Presidente-----

Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra-----

Os Vogais -----

Vítor Joaquim Fernandes Pereira-----

Maria Madalena de Sousa Durão Branco-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.01. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.10.01. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

**VII
EXPROPRIAÇÕES**

**VIII
DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS**

**IX
DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS**

**X
FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS**

**XI
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA**

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

1.1. RELATÓRIO FINAL DO INSTRUTOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 219 DA LEI GERAL DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS APROVADO PELA LEI 35/2014, DE 20/06, DO PRETÉRITO DIA 28/09/2018. -----

Dada a natureza reservada do dossiê - Processo Disciplinar - o teor do relatório produzido, sobre a matéria, pelo instrutor designado, no âmbito do processo disciplinar, não é transcrito na presente ata. ---

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.19. -----

Visto. À Reunião de Câmara para efeitos de apreciação e deliberação.-

A votação da proposta, em apreciação, decorreu, por escrutínio secreto, nos termos do disposto no artigo 31º do Código do Procedimento Administrativo e n.º 3, do artigo 55º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro. -----

Apuramento da Votação: -----

Votos a Favor - 6 -----

Voto em Branco - 0 -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o relatório final de instrução, elaborado pelo instrutor do processo disciplinar, a fls. 144 a fls. 169, no âmbito do processo disciplinar, em apreciação. Proceda-se em conformidade com o teor do mesmo. Notifique-se. -----

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. FUNDO DE MANEIO ADSTRITO À DIVISÃO DE ÁGUAS E RESÍDUOS. INFORMAÇÃO Nº 172/DAR/2018. -----

Foi presente a informação nº172/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. –

I – Da Justificação-----

1 - Considerando que o fundo de maneo adstrito à Divisão de Águas e Resíduos é de 700€ (setecentos euros), conforme a informação nº10/2018, que se anexa; -----

2 - Considerando que a Divisão de Águas e Resíduos foi assaltada no dia 11 de Julho de 2018, tendo sido levado o dinheiro adstrito ao fundo de maneo no valor de 600€ (seiscentos euros) -----

II – Da Proposta em sentido estrito -----

Assim proponho que seja restabelecido o fundo de maneo, desta Divisão, no valor de 600€ (seiscentos euros), nos termos previstos no nº5, do artigo 2º e nº2, do artigo 7º, do Regulamento do Fundo de Maneo, quaisquer alterações ou omissões, não previstas no seu clausulado, e, bem assim, qualquer pedido de constituição de Fundo de Maneo, divergente da sua constituição inicial, deverá ser apresentado ao órgão do Executivo Municipal, para apreciação. -----

Chaves, 29 de agosto de 2018-----

O Chefe de Divisão -----

no uso de competências subdelegadas -----

(Eng. Delmar Fernandes) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.18. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.19. -----

Visto. Concorde. Proceda-se -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE MARC, SA. ATIVO SUPERVENIENTE. PARTILHA ADICIONAL. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º43/GNE/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I – Enquadramento -----

1 - Em 24 de setembro de 2002, foi constituída a sociedade anónima “MARC-Mercado Abastecedor da Região de Chaves, S.A.”, por tempo indeterminado, tendo por objeto a construção, gestão e exploração de um mercado abastecedor de interesse público, destinado ao comércio de produtos alimentares e à prossecução de outras actividades de logística e de apoio ao desenvolvimento agrícola regional. -----

2 - Tal sociedade foi constituída com o capital social de €600 000,00, representado por 120.000 ações nominativas, com um valor nominal de €5,00, assim distribuído: -----

SIMAB, SA - 58%; Município de Chaves-38%; AMAT-2%; ACISAT-1% ADRAT-1%. -----

3 - Ao longo dos anos a estrutura do capital social foi sendo alterada e, em 2008, o Município procedeu à atribuição de um subsídio, em espécie, consubstanciado na doação das ações da MARC, S.A., à associação “Flavifomento-Associação Para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município de Chaves”, a qual tem por fim a criação, construção e gestão de infra-estruturas, equipamentos e serviços, que contribuam para o desenvolvimento do concelho de Chaves, bem como, contribuir para o reforço, estruturação e diversificação do tecido

económico local e promover a valorização e rentabilização dos recursos endógenos. -----

4 - Em consequência da atribuição de tal apoio, o capital social da MARC, passou a estar distribuído da seguinte forma: -----

• Flavifomento - 91%; Cooperativa Agrícola Norte Transmontano - 5%; AMAT - 2%; ADRAT - 1%; ACISAT - 1%. -----

5 - A referida sociedade MARC, S.A., nos termos do disposto no Artigo 19º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto e posteriores alterações, a qual aprovou o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local - RJAEEL -, passou a ser caracterizada como empresa local, através da participação do Município de Chaves, por intermédio da acionista maioritária Flavifomento (associação cuja participação maioritária é detida pelo Município de Chaves). -----

6 - Por imperativo legal decorrente do disposto no Artigo 62º, da Lei nº 50/2012, após as necessárias deliberações dos órgãos municipais - Câmara e Assembleia - de 17 de dezembro de 2012 e 13 de fevereiro de 2015, e de 25 de fevereiro de 2015, respetivamente - procedeu-se à dissolução da referida sociedade MARC, S.A., com internalização da atividade da empresa pelo Município. -----

7 - E por força daquele imperativo legal (Artigos 61º e 62º do RJAEEL), todo o património da sociedade MARC (ativo e passivo) foi internalizado pelo Município de Chaves, mediante a liquidação e extinção da sociedade MARC, S.A., concretizada por escritura de 28 de julho de 2017, outorgada no cartório notarial da Dra. Cristina Santos, sito na Praça do Brasil, Edifício Praça do Brasil, Loja nº 17, em Chaves, a folhas 92 e seguintes do Livro Nº 289-A. -----

8 - Por essa mesma escritura, foram adjudicados ao Município de Chaves os bens imóveis que, à data da aprovação das contas finais da sociedade, constavam do respetivo relatório de avaliação, mais concretamente dois prédios urbanos - Loteamento do MARC -, sitos em Vale de Salgueiro, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, inscritos na respetiva matriz sob os artigos 3191 e 3123, descritos na Conservatória do Registo Predial sob os números 3250/20060126 e 3249/20060126, já inscritos a favor deste Município pela apresentação 2299 de 2017/09/07. -----

9 - Em consequência do encerramento da liquidação da sociedade, veio a mesma a ser extinta e a respetiva matrícula a ser cancelada, conforme inscrição 10, oficiosa, realizada pela Apresentação 1/20170807, constante da certidão permanente do registo comercial. -----

II - Justificação -----

1 - Posteriormente à liquidação e extinção da sociedade, deu entrada nos serviços administrativos municipais, uma notificação da Autoridade Tributária e Aduaneira - Serviço de Finanças de Chaves, com a identificação do documento nº 2017 626340105, datada de 2018-05-05, para liquidação do IMI referente a 7 prédios rústicos, relativo a 201, e devido pela sociedade MARC, S.A.. -----

2 - Das diligências desencadeadas junto da Conservatória do Registo Predial de Chaves, apurou-se que se encontram inscritos a favor da MARC, S.A., os seguintes bens imóveis, situados na freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves: -----

2.1. Prédio rústico, sito em Cotrão, com a área de 10.568m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº 1403/19930623, inscrito a favor da MARC, S.A., pela Apresentação 10 de 2005/04/27, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 1469º, com o valor patrimonial tributário de €52,95; -----

2.2. Prédio rústico, sito em Cotrão, com a área de 2.215m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº 2652/20010806,

inscrito a favor da MARC, S.A., pela Apresentação 9 de 2005/04/27, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 1474º, com o valor patrimonial tributário de €3,96; -----

2.3. Prédio rústico, sito em Cotrão, com a área de 18.997m2, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº 3085/20050309, inscrito a favor da MARC, S.A., pela Apresentação 5 de 2006/07/06, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 1479º, com o valor patrimonial tributário de €45,28; -----

2.4. Prédio rústico, sito em Pedrianes, com a área de 8.750m2, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº 3092/20050329, inscrito a favor da MARC, S.A., pela Apresentação 5 de 2006/07/06, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 1421º, com o valor patrimonial tributário de €16,82; -----

2.5. Prédio rústico, sito em Vale do Amieiro, com a área de 2.890m2, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº 3235/20051227, inscrito a favor da MARC, S.A., pela Apresentação 5 de 2006/07/06, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 1338º, com o valor patrimonial tributário de €4,95; -----

2.6. Prédio rústico, sito em Cotrão, com a área de 1.900m2, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº 3236/20051227, inscrito a favor da MARC, S.A., pela Apresentação 5 de 2006/07/06, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 1476º, com o valor patrimonial tributário de €2,97; -----

2.7. Prédio rústico, sito em Alto da Silveira, com a área de 19.993m2, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº 3081/20050228, inscrito a favor da MARC, S.A., pela Apresentação 5 de 2006/07/06, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 4702º, com o valor patrimonial tributário de €224,46. -----

3 - Tal património, cuja existência veio a ser verificada posteriormente ao encerramento da liquidação e extinção da sociedade, configura ativo superveniente da mesma, nos termos previstos no nº 1, do Artigo 164º do Código das Sociedades Comerciais. -----

4 - Tendo sido deliberada a dissolução da sociedade com transmissão global de património - ativo e passivo -, e concretizada a liquidação da sociedade MARC, S.A., mediante a escritura supra identificada, com internalização do património e atividade, para este Município, a existência destes bens imóveis, agora identificados, requer que seja formalizada uma partilha adicional do património e a sua adjudicação ao Município de Chaves. -----

5 - À luz do disposto no nº1, do retro citado Artigo 147º, compete aos liquidatários concretizar a partilha adicional, devendo os mesmos ser contactados, para o efeito, uma vez que foi o acionista Município de Chaves a constatar a existência deste ativo superveniente. -----

6 - Pese embora, a minuta da escritura de liquidação da sociedade MARC, S.A., instruída com o plano de internalização, e, muito concretamente, com a minuta do Contrato de Assunção de Dívida, documentos, oportunamente, aprovados pelos órgãos municipais, tenha sido submetida a fiscalização prévia, do Tribunal de Contas, nos termos das disposições combinadas previstas na alínea c), do nº1, do Artigo 2º e Artigo 46º da LOPTC, e visada em 24 de maio de 2017, a partilha adicional não carecerá de ser submetida a fiscalização prévia daquele Tribunal, em virtude de não ser geradora de encargos financeiros para o Município, vindo, ao invés, a enriquecer o seu património, devendo, no entanto, ser aprovada pelo órgão executivo municipal e lavada ao conhecimento do órgão deliberativo, em complemento das deliberações autárquicas, anteriormente, tomadas, sobre a matéria. -----

III - Proposta -----

Face ao que precede, na sequência da deliberação de dissolução da assembleia geral de acionistas da MARC, de 23 de maio de 2014, e no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de 17 e 28 de dezembro de 2012 e de 13 e 25 de fevereiro de 2015, respetivamente, e da escritura de liquidação outorgada em 28 de julho de 2017, tomo a liberdade de propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que a presente Informação/Proposta seja agendada para uma próxima reunião do executivo camarário, em vista à adoção de deliberação consubstanciada na aprovação da realização de uma partilha adicional dos sete prédios rústicos melhor identificados nos números 2.1 a 2.7, do Título II antecedente, propriedade da sociedade MARC - Mercado Abastecedor da Região de Chaves, S.A., adjudicando-os ao acionista Município de Chaves, nos termos da transmissão global, oportunamente aprovada, no âmbito do procedimento legal de dissolução da empresa MARC, SA, imposto pelas disposições combinadas previstas no Artigo 62º e alínea c), do nº1 do Artigo 19º do RJAEL, conjugado com o nº1, do Artigo 147º do Código das Sociedades Comerciais; -----

b) Em caso de decisão favorável, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, a ter lugar durante o mês de novembro ou dezembro, em vista ao seu ulterior conhecimento, por parte do aludido órgão deliberativo municipal, considerando que a mesma não introduz nenhuma inovação relativamente ao teor das decisões administrativas já tomadas por aquele órgão, sobre a forma da dissolução e internalização; -----

c) Em vista à concretização da presente proposta, que seja dirigida comunicação escrita aos liquidatários António Cândido Monteiro Cabeleira, João Miranda Rua e João Maria da Silva Pereira, para efeitos nº1, do Artigo 147º do Código das Sociedades Comerciais; -----

d) Tratando-se de uma partilha adicional de bens imóveis, que fique, desde já, legitimado o Presidente da Câmara Municipal ou o seu substituto legal a outorgar a respetiva escritura adicional, em representação deste Município, a qual é aconselhável que seja formalizada junto do cartório notarial da Dra. Cristina Santos, responsável pela formalização do título inicial da liquidação da sociedade e da partilha; -----

e) Por último, a escritura adicional da partilha, não sendo geradora de encargos para o Município, nem aumentando o passivo internalizado, não carece de ser objeto de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Chaves, 1 de outubro de 2018. -----

À consideração do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado. -----

A Técnica Superior -----

Cristina Rodrigues -----

Em anexo: Pasta nº2 - MARC-Fiscalização do tribunal de Contas -, e documentação referente identificação matricial e registral dos prédios e notificação para liquidação do IMI/2017. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.01. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.10.01. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.3. FLAVITUS NATAÇÃO CLUBE/ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS - ADENDA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 55/ DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Enquadramento: -----

1. Considerando que, mediante ofício datado de 2018.09.07, veio o Flavitus Natação Clube, solicitar a integração do valor em dívida pela utilização dos equipamentos desportivos municipais - piscina municipal -, no acordo de pagamentos celebrado em março do corrente ano, para regularização de um valor em dívida de **5.565,75€** e respetivos juros de mora, referente a faturação emitida à referida associação, pela utilização de tal equipamento, no período entre 2015 a 2017; -----

2. Considerando que, para além do valor domiciliado no aludido acordo de pagamentos, a aludida associação regista um valor acumulado de faturação superveniente, num total atual de **3.357,90€**, acrescido dos respetivos juros de mora, pela utilização da piscina municipal, durante o corrente ano, e que se encontra por pagar; -----

3. Considerando que, à data atual, já vieram a ser pagas algumas prestações do acordo de pagamentos celebrado, cifrando-se, o montante em dívida, à data atual, num total de **5.502,57€**; -----

4. Considerando que, sendo possível integrar o montante de faturação por pagar, referente ao ano de 2018, adicionando, o mesmo, ao capital em dívida do acordo, resultará um valor a domiciliar em tal acordo, num total de **8.860,47€**, acrescido dos respetivos juros de mora, sobre o valor vencido; -----

5. Considerando que, importa rever o plano prestacional, resultante do montante revisto por incorporação da dívida superveniente, e para um capital de em dívida de **8.860,47€**, acrescido de juros de mora, deverá ser ajustado o montante da prestação mensal, para 72 prestações.-----

II - Estratégia a adotar: -----

1- Face ao exposto e, tendo em conta o valor revisto do acordo de pagamentos celebrado com o "Favitus Natação Clube", num valor total de **8.860,47€**, acrescidos dos respetivos juros de mora sobre as faturas vencidas, sugere-se que seja ponderada a seguinte estratégia de atuação: -----

a) Que seja autorizado o **pagamento em 72 (setenta e duas) prestações mensais, no valor de 123,06€, durante 71 prestações, sendo a última (72ª), de 123,21€, a liquidar até ao dia 25 de cada mês, acrescido de juros de mora vencidos que devem ser regularizados no momento do pagamento da última prestação.** -----

b) A falta de pagamento de uma prestação, ou a **verificação de existência de dívida superveniente, implicará o vencimento de todas as prestações;** -----

c) Que o teor da presente proposta seja autorizado pelo Sr. Presidente da Câmara, e posterior submissão ao órgão executivo municipal, para aprovação; -----

d) Sequencialmente, deverá ser promovida a competente notificação à "**Favitus Natação Clube**". -----

Chaves, 01 de outubro de 2018. -----

A Chefe de Divisão Financeira -----

(Dr.ª Márcia Santos) -----

Anexo: listagem de valores em dívida -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XII DIVERSOS

1. REQUALIFICAÇÃO DA AV. LUÍS CHAVES E DAS RUAS SANTO AMARO E REIS VENTURA (PAMUS 3.3)" - CANDIDATURA NORTE-05-1406-FEDER-000126 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) - NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO Nº82/DSC/2018, DO ENGº PAULO VALOURA DE 26.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Levar a conhecimento do Executivo Municipal a notificação de aprovação da candidatura em epígrafe, pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, em 20/07/2018, nos termos do parecer que se anexa; -----

1.2. Promover as diligências necessárias à assinatura do Termo de Aceitação e respetiva devolução à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT). -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-06-2016-19 - "Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 4.5 (4e)", o Município de Chaves apresentou, em 29 de dezembro de 2017, uma candidatura designada "Requalificação da Av. Luís Chaves e das Ruas Santo Amaro e Reis Ventura (PAMUS 3.3)".

2.2. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT), enquanto organismo intermédio da Autoridade de Gestão, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 04 de setembro de 2018. Com a referida comunicação foi rececionado a minuta do Termo de Aceitação, a qual deverá ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara, para efeitos de contratualização da operação em causa. -----

2.3. Esta operação consubstancia uma intervenção de requalificação da Av. Luís Chaves e das Ruas Santo Amaro e Reis Ventura, localizadas na freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves. -----

2.4. Com a referida intervenção pretende-se adaptar 599 metros da rede viária urbana permitindo, deste modo, melhorar as condições funcionais (acessibilidade e comodidade) dos espaços de circulação destinados aos modos suaves de mobilidade pedonal, numa área intervencionada de 6768 m2, dos quais 2973m2 se destinam aos modos suaves. -----

2.5. Esta requalificação, no espaço urbano, pretende beneficiar a mobilidade pedonal e os aspetos funcionais das vias, através de um novo desenho viário, com o objetivo de destacar os espaços de circulação pedonal e criar melhores condições de acessibilidade e comodidade. A estratégia delineada promove o desenho de um sistema que se desenvolve sobre a geometria do sítio, com a introdução de pequenos alargamentos das zonas pedonais, delineando e reorganizando as zonas de estacionamento e espaços verdes, contribuindo para a redução da utilização dos meios motorizados. -----

2.6. Desta forma, pretende-se melhorar as condições funcionais dos espaços de circulação destinados aos modos suaves de mobilidade

pedonal, incentivando a redução da utilização dos meios motorizados e consequentemente para a diminuição das emissões de CO₂. -----

2.7. Considera-se expectável que a concretização desta intervenção gere impactos positivos no que respeita à redução da utilização dos meios motorizados e consequentemente redução dos níveis de ruído e/ou de emissões de gases poluentes e dos gases com efeito de estufa. Por outro lado, permitirá aumentar a atratividade da população local para os modos suaves de mobilidade pedonal prevendo-se, neste sentido, benefícios para os cidadãos locais em termos saúde pública e de qualidade de vida em meio urbano. -----

2.8. Estima-se, igualmente, uma mobilidade mais inclusiva, em virtude da eliminação de barreiras para os utilizadores mais vulneráveis e do aumento da segurança da mobilidade em modos suaves. -----

2.9. A submissão desta candidatura baseou-se nos seguintes valores de investimento: -----

- i) Custo Total - 448 051,40 euros; -----
- ii) Investimento Não Elegível - 250 329,60 euros; -----
- iii) Investimento Elegível - 197 721,80 euros; -----
- iv) Taxa de Cofinanciamento - 85% (do Investimento Elegível); -----
- v) Contribuição FEDER/FC Total - 168 063,53 euros; -----
- vi) Autarquia Local - 279.987,87 euros (15% do Investimento Elegível + Investimento Não Elegível). -----

2.10. Analisado o conteúdo constante no Relatório de Decisão e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que, da apreciação da candidatura e respetiva análise de mérito, por parte da Autoridade de Gestão, resultou a obtenção de uma pontuação de 3,60 pontos. -----

2.11. Verificou-se também, que da análise da referida candidatura, resultaram reajustamentos da elegibilidade de determinados trabalhos (Ponto 4. Elegibilidade das Despesas e Análise Financeira do Parecer Global, anexo à presente informação), tendo resultado numa alteração na repartição dos valores de investimento, conforme seguidamente apresentado: -----

- i) Custo Total - 448 051,40 euros; -----
- ii) Investimento Não Elegível - 263 974,23 euros; -----
- iii) Investimento Elegível - 184 077,17 euros; -----
- iv) Taxa de Cofinanciamento - 85% (do Investimento Elegível) -----
- v) Contribuição FEDER/FC Total - 156 465,59 euros; -----
- vi) Autarquia Local - 291.585,81 euros (15% do Investimento Elegível + Investimento Não Elegível). -----

2.12. Assim, registou-se uma diminuição da despesa considerada como inicialmente elegível (na fase de submissão da candidatura), e consequentemente, uma diminuição da contribuição FEDER proposta e um aumento do esforço financeiro do Município, para a concretização desta operação. -----

2.13. Perante estes factos os serviços técnicos da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade (DSC) analisaram o Parecer Global da candidatura, tendo-se concluído que os reajustamentos propostos, pela Autoridade de Gestão, vão de encontro à tipologia de elegibilidades previstas para a Prioridade de Investimento em que a referida candidatura se enquadra. -----

2.14. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados na respetiva minuta do Termo de Aceitação e apresentados, resumidamente, no ponto 2.11 da presente informação. -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Considerando a importância que a intervenção de requalificação da Av. Luís Chaves e das Ruas Santo Amaro e Reis Ventura terá: -----

i) Na redução da utilização de meios motorizados e consequentemente redução dos níveis de ruído e/ou de emissões de gases poluentes e dos gases com efeito de estufa; -----

ii) No aumento da atratividade da população local para os modos suaves de mobilidade pedonal e clicável com benefícios claros para os cidadãos locais em termos saúde pública e de qualidade de vida em meio urbano; -----

iii) No contributo para uma mobilidade mais inclusiva, em virtude da eliminação de barreiras para os utilizadores mais vulneráveis e do aumento da segurança da mobilidade em modos suaves; -----

3.2. Considerando ainda que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo de 30 dias contados a partir da notificação; -----

3.3. Face ao exposto, propõe-se que superiormente haja concordância com as condições previstas na minuta do Termo de Aceitação, e seja exarado despacho no sentido de submeter a presente informação /proposta (e respetivos documentos em anexo), à próxima reunião do Executivo Municipal, para que haja deliberação no seguinte sentido: -

i) Concordância com o teor da minuta do Termo de Aceitação do apoio;

ii) Legitimação do Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido Termo de Aceitação, para posterior envio à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 27.09.2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

i) Aprovar a minuta do Termo de Aceitação da operação "Requalificação da Av. Luís Chaves e das Ruas Santo Amaro e Reis Ventura (PAMUS 3.3)" - Candidatura NORTE-05-1406-FEDER-000126, candidatada no âmbito do Aviso NORTE-06-2016-19 - "Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 4.5 (4e)"; -----

ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação e posterior envio para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT). -----

Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral-

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.28. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. REQUALIFICAÇÃO DAS AVENIDAS TENENTE VALADIM E SANTO AMARO (PAMUS 1.6 E 1.7)" - CANDIDATURA NORTE-05-1406-FEDER-000128 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) - NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO Nº83/DSC/2018, DO ENGº PAULO VALOURA DE 26.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Levar a conhecimento do Executivo Municipal a notificação de aprovação da candidatura em epígrafe, pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, em 20/07/2018, nos termos do parecer que se anexa; -----

1.2. Promover as diligências necessárias à assinatura do Termo de Aceitação e respetiva devolução à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT). -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-06-2016-19 - "Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 4.5 (4e)", o Município de Chaves apresentou, em 29 de dezembro de 2017, uma candidatura designada "Requalificação das Avenidas Tenente Valadim e Santo Amaro (PAMUS 1.6 e 1.7)". -----

2.2. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT), enquanto organismo intermédio da Autoridade de Gestão, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 04 de setembro de 2018. Com a referida comunicação foi rececionado a minuta do Termo de Aceitação, a qual deverá ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara, para efeitos de contratualização da operação em causa. -----

2.3. Esta operação consubstancia uma intervenção de requalificação das avenidas Tenente Valadim e Santo Amaro, localizadas na freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves. -----

2.4. Com a referida intervenção pretende-se adaptar 676 metros da rede viária urbana permitindo, deste modo, melhorar as condições funcionais (acessibilidade e comodidade) dos espaços de circulação destinados aos modos suaves de mobilidade pedonal, numa área intervencionada de 13.222 m2, dos quais 7.313 m2 se destinam aos modos suaves. -----

2.5. Esta requalificação, no espaço urbano, pretende incrementar e potenciar as condições funcionais dos espaços de circulação destinados aos modos suaves de mobilidade pedonal destes arruamentos, através de um novo desenho viário, com o objetivo de destacar os espaços de circulação pedonal e criar melhores condições de acessibilidade e comodidade. A estratégia delineada promove o desenho de um sistema que se desenvolve sobre a geometria do sítio, com o alargamento dos passeios, delineando e reorganizando as zonas de estacionamento e espaços verdes, bem como melhorando a sinalização da via, contribuindo para a redução da utilização dos meios motorizados. -----

2.6. Desta forma, pretende-se melhorar as condições funcionais dos espaços de circulação destinados aos modos suaves de mobilidade pedonal, incentivando a redução da utilização dos meios motorizados e consequentemente para a diminuição das emissões de CO2. -----

2.7. Considera-se expectável que a concretização desta intervenção gere impactos positivos no que respeita à redução da utilização dos meios motorizados e consequentemente redução dos níveis de ruído e/ou de emissões de gases poluentes e dos gases com efeito de estufa. Por outro lado, permitirá aumentar a atratividade da população local para os modos suaves de mobilidade pedonal prevendo-se, neste sentido,

benefícios para os cidadãos locais em termos saúde pública e de qualidade de vida em meio urbano. -----

2.8. Estima-se, igualmente, uma mobilidade mais inclusiva, em virtude da eliminação de barreiras para os utilizadores mais vulneráveis e do aumento da segurança da mobilidade em modos suaves. -----

2.9. A submissão desta candidatura baseou-se nos seguintes valores de investimento: -----

- i) Custo Total - 615 883,59 euros; -----
- ii) Investimento Não Elegível - 179 730,45 euros; -----
- iii) Investimento Elegível - 436 153,14 euros; -----
- iv) Taxa de Cofinanciamento - 85% (do Investimento Elegível); -----
- v) Contribuição FEDER/FC Total - 370 730,17 euros; -----
- vi) Autarquia Local - 245.153,42 euros (15% do Investimento Elegível + Investimento Não Elegível). -----

2.10. Analisado o conteúdo constante no Relatório de Decisão e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que, da apreciação da candidatura e respetiva análise de mérito, por parte da Autoridade de Gestão, resultou a obtenção de uma pontuação de 4,00 pontos. -----

2.11. Verificou-se também, que da análise da referida candidatura, e dos esclarecimentos adicionais prestados pelo Município de Chaves, em sede de Audiência Prévia dos Interessados, resultaram reajustamentos ao valor do investimento total, bem como da elegibilidade de determinados trabalhos (Ponto 4. Elegibilidade das Despesas e Análise Financeira do Parecer Global, anexo à presente informação), tendo resultado numa alteração na repartição dos valores de investimento, conforme seguidamente apresentado: -----

- i) Custo Total - 614 770,59 euros; -----
- ii) Investimento Não Elegível - 196 846,56 euros; -----
- iii) Investimento Elegível - 417 924,03 euros; -----
- iv) Taxa de Cofinanciamento - 85% (do Investimento Elegível) -----
- v) Contribuição FEDER/FC Total - 355 235,42 euros; -----
- vi) Autarquia Local - 259.535,17 euros (15% do Investimento Elegível + Investimento Não Elegível). -----

2.12. Assim, registou-se uma diminuição da despesa considerada como inicialmente elegível (na fase de submissão da candidatura), e consequentemente, uma diminuição da contribuição FEDER proposta e um aumento do esforço financeiro do Município, para a concretização desta operação. -----

2.13. Perante estes factos, os serviços técnicos da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade (DSC) analisaram o Parecer Global da candidatura, tendo-se concluído que os reajustamentos propostos, pela Autoridade de Gestão, vão de encontro à tipologia de elegibilidades previstas para a Prioridade de Investimento em que a referida candidatura se enquadra. -----

2.14. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados na respetiva minuta do Termo de Aceitação e apresentados, resumidamente, no ponto 2.11 da presente informação. -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Considerando a importância que a intervenção de requalificação das avenidas Tenente Valadim e Santo Amaro terá: -----

- i) Na redução da utilização de meios motorizados e consequentemente redução dos níveis de ruído e/ou de emissões de gases poluentes e dos gases com efeito de estufa; -----
- ii) No aumento da atratividade da população local para os modos suaves de mobilidade pedonal e clicável com benefícios claros para os

cidadãos locais em termos saúde pública e de qualidade de vida em meio urbano; -----

iii) No contributo para uma mobilidade mais inclusiva, em virtude da eliminação de barreiras para os utilizadores mais vulneráveis e do aumento da segurança da mobilidade em modos suaves; -----

3.2. Considerando ainda que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo de 30 dias contados a partir da notificação; -----

3.3. Face ao exposto, propõe-se que superiormente haja concordância com as condições previstas na minuta do Termo de Aceitação, e seja exarado despacho no sentido de submeter a presente informação/proposta (e respetivos documentos em anexo), à próxima reunião do Executivo Municipal, para que haja deliberação no seguinte sentido: -----

i) Concordância com o teor da minuta do Termo de Aceitação do apoio;
ii) Legitimação do Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido Termo de Aceitação, para posterior envio à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 27.09.2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

i) Aprovar a minuta do Termo de Aceitação da operação "Requalificação das Avenidas Tenente Valadim e Santo Amaro (PAMUS 1.6 e 1.7)" - Candidatura NORTE-05-1406-FEDER-000128, candidatada no âmbito do Aviso NORTE-06-2016-19 - "Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 4.5 (4e)"; -----

ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação e posterior envio para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT). -----

Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral-

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.28. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS DA REDE TUC (PAMUS 5) - CANDIDATURA NORTE-05-1406-FEDER-000121 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) - NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO

TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO Nº84/DSC/2018, DO ENGº PAULO VALOURA DE 26.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Levar a conhecimento do Executivo Municipal a notificação de aprovação da candidatura em epígrafe, pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, em 20/07/2018, nos termos do parecer que se anexa; -----

1.2. Promover as diligências necessárias à assinatura do Termo de Aceitação e respetiva devolução à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT). -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-06-2016-19 - "Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 4.5 (4e)", o Município de Chaves apresentou, em 29 de dezembro de 2017, uma candidatura designada "Construção de Abrigos de Passageiros da Rede TUC (PAMUS 5)". -----

2.2. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT), enquanto organismo intermédio da Autoridade de Gestão, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 04 de setembro de 2018. Com a referida comunicação foi rececionado a minuta do Termo de Aceitação, a qual deverá ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara, para efeitos de contratualização da operação em causa. -----

2.3. Esta operação consubstancia a instalação de 36 (trinta e seis) novos abrigos de passageiros, em grande parte dos pontos de paragens servidos pelos TUC, permitindo, deste modo, melhorar as condições funcionais (acessibilidade e comodidade) dos utilizadores dos transportes públicos de passageiros da cidade de Chaves, e desta forma contribuir para o incentivo à utilização dos transportes públicos em detrimento do automóvel privado. -----

2.4. Esta intervenção pretende incrementar uma melhoria do conforto de utilização da rede de Transportes Urbanos de Chaves (TUC), e o consequente aumento do número de utilizadores da referida rede TUC. Pretende ainda, melhorar a urbanidade da cidade e potenciar a mobilidade com redução de emissões, tornando mais apelativa a utilização do transporte público e desincentivando a utilização do automóvel privado nas deslocações na área urbana. -----

2.5. Desta forma, considera-se expectável que a concretização desta intervenção gere impactes positivos, nomeadamente com o aumento da quota modal para os modos de transporte energética e ambientalmente mais sustentáveis, designadamente, o transporte público coletivo de passageiros, em virtude do reforço de qualidade/estruturação da oferta de transporte público coletivo de passageiros e da integração de todos os modos de mobilidade. -----

2.6. A submissão desta candidatura baseou-se nos seguintes valores de investimento: -----

- i) Custo Total - 106 742,00 euros; -----
- ii) Investimento Elegível - 106 742,00 euros; -----
- iii) Taxa de Cofinanciamento - 85% (do Investimento Elegível); -----
- iv) Contribuição FEDER/FC Total - 90 730,70 euros; -----
- v) Autarquia Local - 16.011,30 euros (15% do Investimento Elegível).

2.7. Analisado o conteúdo constante no Relatório de Decisão e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que, da apreciação da candidatura e respetiva análise de mérito, por parte da Autoridade de Gestão, resultou a obtenção de uma pontuação de 3,60 pontos, tendo os

valores de investimento sido aprovados nos moldes inicialmente submetidos pelo Município de Chaves. -----

2.8. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados na respetiva minuta do Termo de Aceitação e apresentados, resumidamente, no ponto 2.6 da presente informação. -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Considerando a importância que a intervenção de construção de abrigos de passageiros da rede TUC terá: -----

i) Na melhoria do conforto de utilização da rede de Transportes Urbanos de Chaves (TUC); -----

ii) No incremento do número de utilizadores da referida rede TUC; -

iii) Na melhoria da urbanidade da cidade e Chaves; -----

iv) No contributo para a utilização do transporte público, em detrimento do automóvel privado. -----

3.2. Considerando ainda que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo de 30 dias contados a partir da notificação; -----

3.3. Face ao exposto, propõe-se que superiormente haja concordância com as condições previstas na minuta do Termo de Aceitação, e seja exarado despacho no sentido de submeter a presente informação/proposta (e respetivos documentos em anexo), à próxima reunião do Executivo Municipal, para que haja deliberação no seguinte sentido: -----

i) Concordância com o teor da minuta do Termo de Aceitação do apoio;

ii) Legitimação do Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido Termo de Aceitação, para posterior envio à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 28.09.2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

i) Aprovar a minuta do Termo de Aceitação da operação "Construção de Abrigos de Passageiros da Rede TUC (PAMUS 5)" - Candidatura NORTE-05-1406-FEDER-000121, candidatada no âmbito do Aviso NORTE-06-2016-19 - "Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 4.5 (4e)"; -----

ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação e posterior envio para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT). -----

Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.28. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CANDIDATURA NORTE-03-1203-FEDER-000053 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) - NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO Nº85/DSC/2018, DO ENGº PAULO VALOURA DE 27.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Levar a conhecimento do Executivo Municipal a notificação de aprovação da candidatura em epígrafe, pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, em 20/07/2018, nos termos do parecer que se anexa; -----

1.2. Promover as diligências necessárias à assinatura do Termo de Aceitação e respetiva devolução à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT). -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-03-2017-42 - "Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local", o Município de Chaves apresentou, em 30 de abril de 2018, uma candidatura designada "Iluminação Pública". -----

2.2. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT), enquanto organismo intermédio da Autoridade de Gestão, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 26 de julho de 2018. Já em 30 de agosto de 2018 foi rececionado a minuta do Termo de Aceitação, a qual deverá ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara, para efeitos de contratualização da operação em causa. -----

2.3. Esta operação consubstancia uma intervenção com vista a reconverter parte dos sistemas energéticos da rede de iluminação pública existente, substituindo tecnologia convencional (vapor de sódio) por tecnologia LED; Com a referida intervenção pretende-se a substituição de 4871 luminárias, de um universo estimado de, aproximadamente, 21000 luminárias convencionais. -----

2.4. A implementação da operação irá originar um conjunto de impactes, dos quais se destacam: i) a redução dos consumos de energia; ii) a redução da fatura energética; iii) a redução das emissões de gases com efeito de estufa; iv) a melhoria das condições de manutenção e usabilidade. Estima-se que com a implementação desta operação se obtenha uma redução de mais de 60% no consumo de energia primária, se comparado com a situação atual. -----

2.5. A submissão desta candidatura baseou-se nos seguintes valores de investimento: -----

- i) Custo Total - 1 427 292,24 euros; -----
- ii) Investimento Elegível - 1425 601,78 euros; -----
- iii) Investimento Elegível Não Comparticipado - 1 690,46 euros; ----
- iv) Taxa de Cofinanciamento - 95% (do Investimento Elegível); ----
- v) Contribuição FEDER/FC Total - 1 354 321,69 euros; -----
- vi) Autarquia Local - 71.280,12 euros (5% do Investimento Elegível + Investimento Elegível Não Comparticipado). -----

2.6. Analisado o conteúdo constante no Relatório de Decisão e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que, da apreciação da

candidatura e respetiva análise de mérito, por parte da Autoridade de Gestão, resultou a obtenção de uma pontuação de 4,10 pontos. -----

2.7. Verificou-se também, que da análise da referida candidatura, e dos esclarecimentos adicionais prestados pelo Município de Chaves, em sede de Audiência Prévia dos Interessados, resultaram reajustamentos ao valor do investimento total, bem como da elegibilidade de determinados trabalhos (Ponto 4. Elegibilidade das Despesas e Análise Financeira do Parecer Global, anexo à presente informação), tendo resultado numa alteração na repartição dos valores de investimento, conforme seguidamente apresentado: -----

i) Custo Total - 1 426 465,98 euros; -----
 ii) Investimento Elegível - 1 321 515,44 euros; -----
 iii) Investimento Elegível Não Participado - 104 950,53 euros; --
 iv) Taxa de Cofinanciamento - 94,96% (do Investimento Elegível) ---
 v) Contribuição FEDER/FC Total - 1 254 910,77 euros; -----
 vi) Autarquia Local - 171.555,21 euros (5,04% do Investimento Elegível + Investimento Elegível Não Participado). -----

2.8. Assim, registou-se uma diminuição da despesa considerada como inicialmente elegível (na fase de submissão da candidatura), e consequentemente, uma diminuição da contribuição FEDER proposta e um aumento do esforço financeiro do Município, para a concretização desta operação. -----

2.9. Perante estes factos, os serviços técnicos da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade (DSC) solicitaram que a Divisão de Projetos e Mobilidade procedesse, juntamente com a equipa projetista, à análise do Parecer Global da candidatura, tendo-se concluído que os reajustamentos propostos, pela Autoridade de Gestão, vão de encontro à tipologia de elegibilidades previstas para a Prioridade de Investimento em que a referida candidatura se enquadra. -----

2.10. De referir ainda, que tratando-se de uma subvenção reembolsável, conforme o regulamento específico da candidatura, foi apresentada, pela Autoridade de Gestão, em anexo à minuta do Termo de Aceitação, o respetivo Plano de Reembolsos, a ter início em janeiro de 2023. -----

2.11. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados na respetiva minuta do Termo de Aceitação e apresentados, resumidamente, no ponto 2.7 da presente informação. -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Considerando a importância que a intervenção a efetuar na rede de iluminação pública terá: -----

i) Na redução dos consumos de energia; -----
 ii) Na redução da fatura energética; -----
 iii) Na redução das emissões de gases com efeito de estufa; -----
 iv) Na melhoria das condições de manutenção e usabilidade. -----

3.2. Considerando ainda que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo de 30 dias contados a partir da notificação; -----

3.3. Face ao exposto, propõe-se que superiormente haja concordância com as condições previstas na minuta do Termo de Aceitação, e seja exarado despacho no sentido de submeter a presente informação/proposta (e respetivos documentos em anexo), à próxima reunião do Executivo Municipal, para que haja deliberação no seguinte sentido: -----

i) Concordância com o teor da minuta do Termo de Aceitação do apoio;

ii) Legitimação do Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido Termo de Aceitação, para posterior envio à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 28.09.2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

i) Aprovar a minuta do Termo de Aceitação da operação "Iluminação Pública" - Candidatura NORTE-03-1203-FEDER-000053, candidatada no âmbito do Aviso NORTE-03-2017-42 - "Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local"; -----

ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação e posterior envio para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT). -----

Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.28. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - PROCESSO N.º 688/18 - JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM - RUA DO FREIXO, VILA NOVA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º BRUNO RUA DATADA DE 24.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

A presente informação visa dar resposta ao solicitado, via correio eletrónico, pelo Sr. Pedro Barroco, presidente da Freguesia de São Pedro de Agostém. O pedido foi registado com o n.º de requerimento 1824/18, relativo ao processo n.º 688/18.-----

A solicitação referida, consiste no pedido de colocação de um sinal de trânsito "STOP", no cruzamento em Vila Nova, entre a Rua do Freixo e a estrada da Senhora da Saúde, sito na freguesia acima referida.---

2. ENQUADRAMENTO E PROPOSTA TÉCNICA -----

2.1. Após deslocação ao local, e atendendo às disposições legais previstas no Regulamento de Sinalização e Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º22-A/98, e ulteriores alterações, bem como no Código da Estrada, publicado pela Lei n.º72/2013, de 3 de setembro, estes serviços julgam, salvo melhor opinião, e tendo em conta o fim

em vista, que devem ser implementadas as seguintes medidas/ações, representadas graficamente nas peças desenhadas em anexo:-----

a) Na estrada da Senhora da Saúde, no entroncamento com a Rua do Freixo: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----

2.2. Estima-se que os encargos com a materialização das ações, propostas no ponto anterior, possam ascender a 100,00€ (cem euros), aproximadamente.-----

3. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA AUTARQUIA LOCAL, EM MATÉRIA DE SINALIZAÇÃO

3.1. Por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar posturas e regulamentos com eficácia externa do município.-----

3.2. Ora, de acordo com a jurisprudência que tem vindo a ser tirada sobre a matéria, um sinal de trânsito consubstancia, em bom rigor, uma postura com eficácia externa, devendo, nesta justa medida, a sua colocação na via pública, com caráter permanente, ser objeto de sancionamento por parte do órgão deliberativo municipal.-----

3.3. Partindo do enquadramento legal, acima enunciado, verifica-se, portanto, que, no caso individual e concreto, a decisão sobre colocação de sinalização, de caráter permanente, deve ser adotada pelo órgão deliberativo municipal.-----

4. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

4.1. Que se submeta a presente proposta técnica **à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz**, com vista a exarar despacho de agendamento deste assunto à próxima **Reunião da Câmara Municipal**, tendo em vista a obtenção de uma deliberação conducente à sua aprovação;---

4.2. Alcançado tal desiderato, e uma vez que estamos na presença de uma postura do município com eficácia externa, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima sessão da **Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento** da proposta em causa, tendente à colocação da sinalização de trânsito, em via pública, e com caráter permanente, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, do RJAL;-----

4.3. Caso a presente proposta venha a ser sancionada por parte do Órgão Deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, propõe-se que sejam determinados os seguintes procedimentos:-----

a) Remeter cópia da presente informação à Divisão de Recursos Operacionais, a fim desta unidade orgânica adotar todos os procedimentos que permitam implementar a sinalização indicada nas plantas em anexo, de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito e do Código da Estrada;-----

b) Notificar o Presidente da freguesia de São Pedro de Agostém, o Senhor Pedro Barroso, da decisão que recaiu sobre a presente informação;-----

c) Após a materialização da sinalização no local, deverá a DRO dar conhecimento ao Senhor Comandante do Posto Territorial de Chaves da Guarda Nacional Republicana, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos;-----

d) Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado com a alínea t), do n.º1, do artigo 35.º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão: i) Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão;

ii) No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL TEIXEIRA PEIXOTO, DE 24.09.2018:-----

Atento os fundamentos de facto e de direito expressos na presente informação técnica, sou a propor que, nos termos da mesma, seja superiormente proferida decisão administrativa conducente ao sancionamento da estratégia procedimental enunciada no seu ponto 4. À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral.-

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.01. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.10.01. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. COLOCAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE - PROCESSO N.º 689/18 - JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM - URBANIZAÇÃO QUINTA DA RAINHA, VILA NOVA DE VEIGA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º BRUNO RUA DATADA DE 26.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

A presente informação visa dar resposta ao solicitado, via correio eletrónico, pelo Sr. Pedro Barroco, presidente da Freguesia de São Pedro de Agostém. O pedido foi registado com o n.º de requerimento 1826/18, relativo ao processo n.º 689/18.-----

A solicitação referida, consiste no pedido de colocação de lombas redutoras de velocidade na Urbanização da Quinta da Rainha, em Vila Nova de Veiga, sita na freguesia acima referida.-----

2. ENQUADRAMENTO E PROPOSTA TÉCNICA -----

2.1. Após deslocação ao local, e atendendo às disposições legais previstas no Regulamento de Sinalização e Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º22-A/98, e ulteriores alterações, bem como no Código da Estrada, publicado pela Lei n.º72/2013, de 3 de setembro, estes serviços julgam, salvo melhor opinião, e tendo em conta o fim em vista, que devem ser implementadas as seguintes medidas/ações, representadas graficamente nas peças desenhadas em anexo:-----

b) Na entrada da Urbanização da Quinta da Rainha, no entroncamento com a Estrada Nacional 2: Colocação de um (1) sinal de código G4 (Zona de velocidade limitada).-----

2.2. Estima-se que os encargos com a materialização das ações, propostas no ponto anterior, possam ascender a 100,00€ (cem euros), aproximadamente.-----

2.3 Como a colocação de uma lomba e respetiva sinalização vertical associada representa um encargo mais elevado (cerca de 1.000,00€), e como o tráfego rodoviário existente é reduzido, entendem estes serviços que, numa primeira fase, de forma a reforçar a segurança rodoviária, se recorra apenas ao reforço da sinalização vertical conforme proposta acima descrita.-----

2.4 Posteriormente, numa segunda fase, caso se verifique que as condições de segurança rodoviária não apresentam melhorias, deverá então proceder-se à colocação da referida lombada redutora de velocidade e respetiva sinalização vertical no local indicado nas peças desenhadas, anexadas a esta informação.-----

3. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA AUTARQUIA LOCAL, EM MATÉRIA DE SINALIZAÇÃO

3.1. Por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar posturas e regulamentos com eficácia externa do município.-----

3.2. Ora, de acordo com a jurisprudência que tem vindo a ser tirada sobre a matéria, um sinal de trânsito consubstancia, em bom rigor, uma postura com eficácia externa, devendo, nesta justa medida, a sua colocação na via pública, com caráter permanente, ser objeto de sancionamento por parte do órgão deliberativo municipal.-----

3.3. Partindo do enquadramento legal, acima enunciado, verifica-se, portanto, que, no caso individual e concreto, a decisão sobre colocação de sinalização, de caráter permanente, deve ser adotada pelo órgão deliberativo municipal.-----

4. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

4.1. Que se submeta a presente proposta técnica **à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz**, com vista a exarar despacho de agendamento deste assunto à próxima **Reunião da Câmara Municipal**, tendo em vista a obtenção de uma deliberação conducente à sua aprovação;---

4.2. Alcançado tal desiderato, e uma vez que estamos na presença de uma postura do município com eficácia externa, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima sessão da **Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento** da proposta em causa, tendente à colocação da sinalização de trânsito, em via pública, e com caráter permanente, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, do RJAL;-----

4.3. Caso a presente proposta venha a ser sancionada por parte do Órgão Deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, propõe-se que sejam determinados os seguintes procedimentos:-----

e) Remeter cópia da presente informação à Divisão de Recursos Operacionais, a fim desta unidade orgânica adotar todos os procedimentos que permitam implementar a sinalização indicada nas plantas em anexo, de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito e do Código da Estrada;-----

f) Notificar o Presidente da freguesia de São Pedro de Agostém, o Senhor Pedro Barroco, da decisão que recaiu sobre a presente informação;----

g) Após a materialização da sinalização no local, deverá a DRO dar conhecimento ao Senhor Comandante do Posto Territorial de Chaves da Guarda Nacional Republicana, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos; alertando das situações de infração ao Código da Estrada descritas no pedido apresentado a estes serviços.-----

h) Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado com a alínea t), do n.º 1, do artigo 35º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão: i) Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão; ii) No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL TEIXEIRA PEIXOTO, DE 26.09.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Atento os fundamentos nela expressos, sou a propor que, nos termos da mesma, seja superiormente proferida decisão administrativa conducente (i) à aprovação da proposta de implementação, numa primeira fase, da sinalização de código referida na alínea a), do ponto 2.1 e (ii) ao sancionamento da estratégia procedimental enunciada no ponto 4.-----
À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.01. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.10.01. -----

À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

7. COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - PROCESSO N.º 691/18 - JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM - PARADELA DE VEIGA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º BRUNO RUA DATADA DE 26.09.2018.

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

A presente informação visa dar resposta ao solicitado, via correio eletrónico, pelo Sr. Pedro Barroco, presidente da Freguesia de São Pedro de Agostém. O pedido foi registado com o n.º de requerimento 1829/18, relativo ao processo n.º 691/18.-----

A solicitação referida, consiste no pedido de colocação de três sinais de trânsito "STOP" ou outra sinalização alternativa, em três cruzamentos na aldeia de Paradela de Veiga, sitos na freguesia acima referida.-----

2. ENQUADRAMENTO E PROPOSTA TÉCNICA -----

2.1. Após deslocação ao local, e atendendo às disposições legais previstas no Regulamento de Sinalização e Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º22-A/98, e ulteriores alterações, bem como no Código da Estrada, publicado pela Lei n.º72/2013, de 3 de setembro, estes serviços julgam, salvo melhor opinião, e tendo em conta o fim em vista, que devem ser implementadas as seguintes medidas/ações, representadas graficamente nas peças desenhadas em anexo:-----

c) Na Rua da Capela (Sul), junto ao entroncamento com a EM 537: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----

d) Na Rua do Bairro Novo, junto ao entroncamento com a EM 537): Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----

e) Na Rua da Capela (Norte), junto ao entroncamento com a EM 537: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----

2.2. Estima-se que os encargos com a materialização das ações, propostas no ponto anterior, possam ascender a 300,00€ (trezentos euros), aproximadamente.-----

3. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA AUTARQUIA LOCAL, EM MATÉRIA DE SINALIZAÇÃO

3.1. Por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar posturas e regulamentos com eficácia externa do município.-----

3.2. Ora, de acordo com a jurisprudência que tem vindo a ser tirada sobre a matéria, um sinal de trânsito consubstancia, em bom rigor, uma postura com eficácia externa, devendo, nesta justa medida, a sua colocação na via pública, com caráter permanente, ser objeto de sancionamento por parte do órgão deliberativo municipal.-----

3.3. Partindo do enquadramento legal, acima enunciado, verifica-se, portanto, que, no caso individual e concreto, a decisão sobre colocação de sinalização, de caráter permanente, deve ser adotada pelo órgão deliberativo municipal.-----

4. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

4.1. Que se submeta a presente proposta técnica **à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz**, com vista a exarar despacho de agendamento deste assunto à próxima **Reunião da Câmara Municipal**, tendo em vista a obtenção de uma deliberação conducente à sua aprovação;---

4.2. Alcançado tal desiderato, e uma vez que estamos na presença de uma postura do município com eficácia externa, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima sessão da **Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento** da proposta em causa, tendente à colocação da sinalização de trânsito, em via pública, e com caráter permanente, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, do RJAL;-----

4.3. Caso a presente proposta venha a ser sancionada por parte do Órgão Deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, propõe-se que sejam determinados os seguintes procedimentos:-----

i) Remeter cópia da presente informação à Divisão de Recursos Operacionais, a fim desta unidade orgânica adotar todos os procedimentos que permitam implementar a sinalização indicada nas plantas em anexo, de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito e do Código da Estrada;-----

j) Notificar o Presidente da freguesia de São Pedro de Agostém, o Senhor Pedro Barroco, da decisão que recaiu sobre a presente informação;----

k) Após a materialização da sinalização no local, deverá a DRO dar conhecimento ao Senhor Comandante do Posto Territorial de Chaves da Guarda Nacional Republicana, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos;-----

l) Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado com a alínea t), do n.º 1, do artigo 35.º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão: i) Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão; ii) No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL TEIXEIRA PEIXOTO, DE 26.09.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.

Atento os fundamentos nela expressos, sou a propor que, nos termos da mesma, seja superiormente proferida decisão administrativa conducente (i) à aprovação da proposta de implementação da sinalização de código referida no ponto 2.1 e (ii) ao sancionamento da estratégia procedimental enunciada no ponto 4.-----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.01. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.10.01. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

8. COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - PROCESSO N.º 686/18 - JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM - AGOSTÉM, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º BRUNO RUA DATADA DE 21.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

A presente informação visa dar resposta ao solicitado, via correio eletrónico, pelo Sr. Pedro Barroco, presidente da Freguesia de São Pedro de Agostém. O pedido foi registado com o n.º de requerimento 1823/18, relativo ao processo n.º 686/18.-----

A solicitação referida, consiste no pedido de colocação de um sinal de trânsito "STOP" ou outra sinalização alternativa, num cruzamento na aldeia de Agostém, sito na freguesia acima referida, na cidade de Chaves.-----

2. ENQUADRAMENTO E PROPOSTA TÉCNICA -----

2.1. Após deslocação ao local, e atendendo às disposições legais previstas no Regulamento de Sinalização e Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º22-A/98, e ulteriores alterações, bem como no Código da Estrada, publicado pela Lei n.º72/2013, de 3 de setembro, estes serviços julgam, salvo melhor opinião, e tendo em conta o fim em vista, que devem ser implementadas as seguintes medidas/ações, representadas graficamente nas peças desenhadas em anexo:-----

a) Na Rua de Baixo, junto ao entroncamento com a Rua Central: Colocação de um (1) sinal de código B1 com 0,6 m de largura (cedência de passagem). -----

b) No entroncamento da Rua Central, com a Rua Direita e com a Rua do Cruzeiro: Colocação de dois (2) sinais de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----

2.2. Estima-se que os encargos com a materialização das ações, propostas no ponto anterior, possam ascender a 300,00€ (trezentos euros), aproximadamente.-----

3. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA AUTARQUIA LOCAL, EM MATÉRIA DE SINALIZAÇÃO

3.1. Por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar posturas e regulamentos com eficácia externa do município.-----

3.2. Ora, de acordo com a jurisprudência que tem vindo a ser tirada sobre a matéria, um sinal de trânsito consubstancia, em bom rigor, uma postura com eficácia externa, devendo, nesta justa medida, a sua colocação na via pública, com caráter permanente, ser objeto de sancionamento por parte do órgão deliberativo municipal.-----

3.3. Partindo do enquadramento legal, acima enunciado, verifica-se, portanto, que, no caso individual e concreto, a decisão sobre colocação de sinalização, de caráter permanente, deve ser adotada pelo órgão deliberativo municipal.-----

4. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

4.1. Que se submeta a presente proposta técnica **à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz**, com vista a exarar despacho de agendamento deste assunto à próxima **Reunião da Câmara Municipal**, tendo em vista a obtenção de uma deliberação conducente à sua aprovação;---

4.2. Alcançado tal desiderato, e uma vez que estamos na presença de uma postura do município com eficácia externa, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima sessão da **Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento** da proposta em causa, tendente à colocação da sinalização de trânsito, em via pública, e com caráter permanente, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, do RJAL;-----

4.3. Caso a presente proposta venha a ser sancionada por parte do Órgão Deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, propõe-se que sejam determinados os seguintes procedimentos:-----

a) Remeter cópia da presente informação à Divisão de Recursos Operacionais, a fim desta unidade orgânica adotar todos os procedimentos que permitam implementar a sinalização indicada nas plantas em anexo, de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito e do Código da Estrada;-----

b) Notificar o Presidente da freguesia de São Pedro de Agostém, o Senhor Pedro Barroso, da decisão que recaiu sobre a presente informação;-----

c) Após a materialização da sinalização no local, deverá a DRO dar conhecimento ao Senhor Comandante do Posto Territorial de Chaves da Guarda Nacional Republicana, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos;-----

d) Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado com a alínea t), do n.º 1, do artigo 35.º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão: i) Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão; ii) No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL TEIXEIRA PEIXOTO, DE 24.09.2018:-----

Atento os fundamentos de facto e de direito expressos na presente informação técnica, sou a propor que, nos termos da mesma, seja superiormente proferida decisão administrativa conducente ao sancionamento da estratégia procedimental enunciada no seu ponto 4. À consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.24. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.09.24. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram onze horas e trinta minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----
